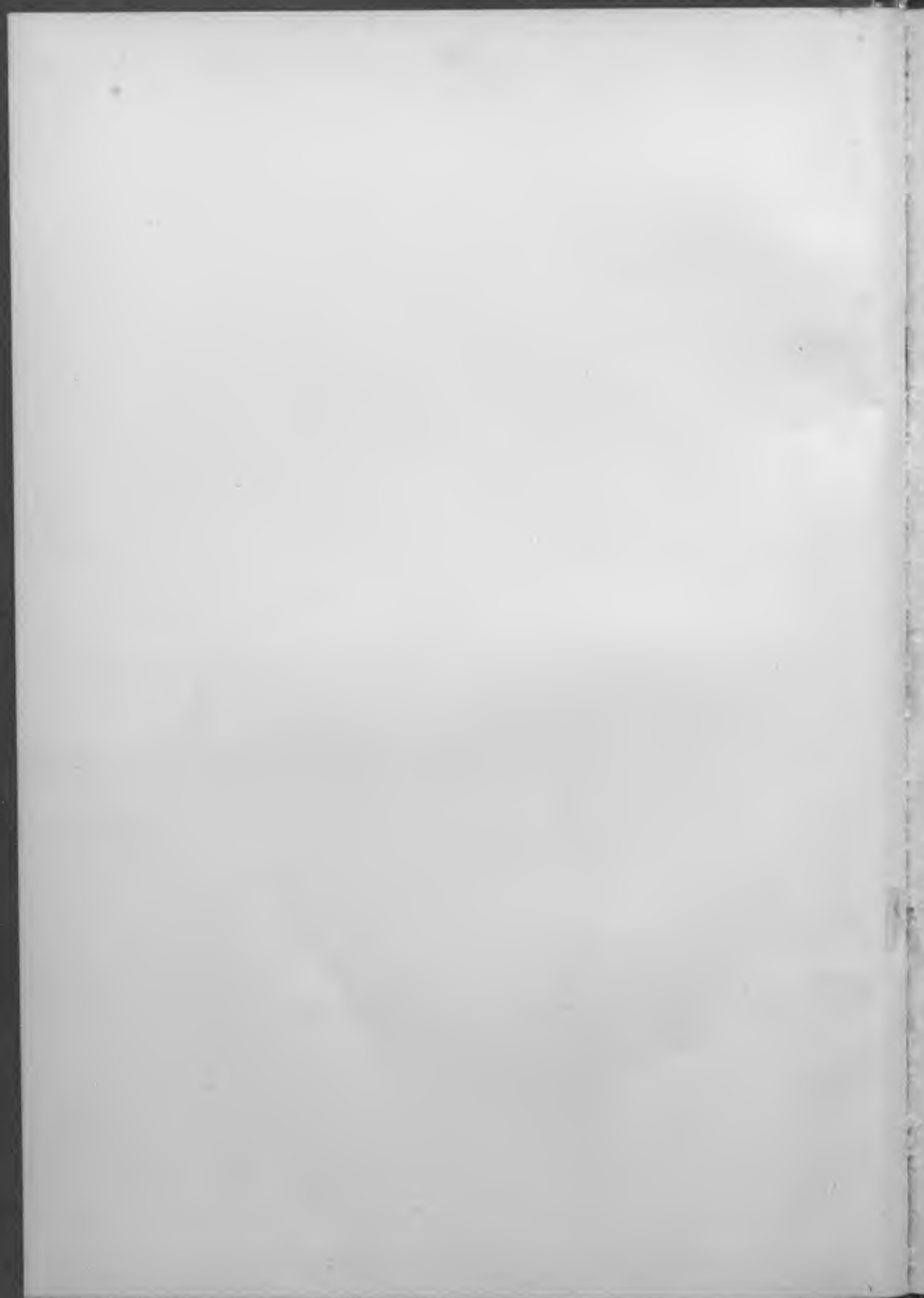








OBRAS COMPLETAS DE RUI BARBOSA

VOL. XXXIV

TOMO I

*Foram tirados três mil exemplares em papel vergé,
do presente volume das Obras Completas de
Rui Barbosa, mandadas publicar, sob os auspícios
do Governo Federal, pelo Ministro Gustavo Capanema,
dentro do plano aprovado pelo decreto-lei n.º 3.668
de 30 de setembro de 1941, baixado pelo Presidente
Getúlio Vargas, e de acôrdo com o decreto n.º 21.182,
de 27 de maio de 1946, promulgado pelo Presidente
Eurico Gaspar Dutra e referendado pelo Ministro
Ernesto de Sousa Campos*





Rui Barbosa, embaixador do Brasil na 2ª Conferência da Paz —
(Fotografia tirada em Paris por Pirou).

OBRAS COMPLETAS
DE
RUI BARBOSA

VOL. XXXIV. 1907
TOMO I

DISCURSOS PARLAMENTARES



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
RIO DE JANEIRO — 1962

LOMB 013 096



320.981
B238

CATÁLOGO 013 136

ADVERTÊNCIA

FOR

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

Diretor da Casa de Rui Barbosa



ADVERTÊNCIA

1907 é o ano da Conferência de Haia. A atividade parlamentar de Rui Barbosa limita-se a três discursos e a simples intervenções forçadas pela posição de vice-presidente do Senado.

Na ida para a Conferência e na volta à Pátria, porém, tem ele ocasião de proferir alguns discursos de circunstância, sem muita gravidade para a obra literária, mas alguns de bastante interesse para a compreensão do ambiente que se formou em torno da glória conquistada definitivamente no estrangeiro. Dois deles, porém, destacam-se dos demais. Em primeiro lugar a resposta ao discurso do Ministro Toledo Pisa, em Paris, na manifestação dos brasileiros ali residentes. Discurso escrito e meditado, contém alguns conceitos graves acerca da conferência e da ação do embaixador. Encerra especialmente algumas afirmações características do ponto de vista do orador em relação ao americanismo. Acima de tudo é um discurso, do lado formal, à altura de suas grandes produções.

Também não se pode confundir com os improvisos dos demais, o que foi proferido na Bahia, em resposta à manifestação popular em que foi orador Virgílio de Lemos. Também escrito, revela que o embaixador começava a voltar-se para os problemas políticos locais.

Lamentável não ter sido estenografado o discurso proferido por Euclides da Cunha na manifestação do Itamarati. Pelo eco longínquo de suas palavras que nos chega através de um parco resumo sente-se que seria talvez o mais agudo

exame da verdadeira significação da obra de Rui Barbosa no quadro da vida internacional.

Para não perder o aspecto polêmico, infalível em qualquer produção ruiana, contém este volume o discurso e as publicações pronunciadas em revide a graves insinuações de J.J. Seabra, que visavam a criar uma situação perigosa entre o Embaixador nomeado para a Conferência e o Chanceler Rio Branco.

A dialética de Rui e a nobreza do barão, atalharam a uma intriga que poderia ter sérias conseqüências.

Já se encontra composto o tomo dêste mesmo volume contendo os discursos em Haia, de que este é, de certo modo uma introdução.

Se juntarmos ainda o tomo relativo a 1908, onde se encontra o discurso em resposta a E. Zeballos, () teremos os elementos essenciais para o estudo da atuação do grande embaixador do Brasil na 2ª Conferência da Paz.*

Casa de Rui Barbosa, 30 de julho de 1960.

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE
Diretor

(*) Publicado nas *Obras Seleatas*, Trib. Parlamentar — Tomo III, Rio, 1955, p. 85.

CONGRESSO NACIONAL

ANNAES

DO

SENADO FEDERAL

Sessões de 28 de abril a 31 de maio de 1907

VOLUME I



RIO DE JANEIRO
IMPrensa NACIONAL

1907

Fôlha de rosto do Tomo I dos Anais do Senado de 1907.
(Tamanho original — Exemplar da Casa de Rui Barbosa).

SENADO FEDERAL

Segunda sessão da sexta legislatura

Sessão de 1907



BANIMENTO DA FAMÍLIA IMPERIAL. I

Sessão em 14 de maio de 1907

(O Sr. Presidente Rui Barbosa deixa a cadeira da presidência, que passa a ser ocupada pelo Senhor 1º Secretário.)

O SR. RUI BARBOSA (*) (*movimento de atenção*) — Sr. Presidente, ocuparei a atenção da Casa unicamente para me defender contra uma notícia inexacta, divulgada por um dos grandes órgãos de publicidade desta Capital, a propósito da questão suscitada pela viagem do príncipe D. Luís e sua tentativa de desembarque nesta cidade.

Refiro-me, Sr. Presidente, ao que, em relação a mim, disse o *Jornal do Comércio*, nas suas *Várias* do dia 12 do corrente: "Sabemos (diz esta fôlha) que o Sr. Presidente da República não objetaria pessoalmente ao desembarque do Sr. príncipe D. Luís: mas a preocupação de S. Ex., foi unicamente a da execução de lei, como é. E, considerando que há divergência sobre a sua interpretação, S. Ex. informou-se escrupulosamente sobre o assunto.

"Entre as autoridades consultadas, destaca-se a do Sr. Vice-Presidente do Senado, Dr. Rui Barbosa, que entende que está ainda em vigor o decreto banindo a família imperial e que o banimento, de que

(*) Este discurso não foi revisto pelo orador. (Nota dos *Anais do Senado*.)

trata a Constituição, é uma penalidade — coisa diversa do banimento político daquela família, que é base das instituições vigentes”.

Antes de mais nada, aqui há, evidentemente, um êrro tipográfico; em vez de “é uma penalidade” deve-se escrever: “não é uma penalidade”.

O ponto sôbre que chamo a atenção do Senado, em relação ao qual é de meu interêsse defender-me, vem a ser aquêle em que se me atribui a opinião que considera o banimento da família imperial como base das instituições vigentes.

Há aqui, evidentemente, no modo como se dá a notícia dêsse fato, uma diferença estabelecida entre a minha atitude e a do Sr. Presidente da República, ou, pelo menos, uma diferença na maneira de se considerar as duas atitudes.

O Sr. Presidente da República, pessoalmente, não teria objeção alguma ao desembarque do príncipe D. Luís; mas teve escrúpulos constitucionais, ditados ao espírito do Chefe da Nação pelo seu desejo escrupuloso de se cingir à lei.

Em contraposição a isto, se destaca a minha posição, apontada como a de quem se acha dominado pela convicção de que o banimento da família imperial é uma das bases das instituições vigentes!

Ora, Sr. Presidente, esta proposição seria uma tolice — não a posso qualificar de outro modo — de que me não deviam julgar capaz, por mais pobre de espírito que me considerassem. Enxergar no banimento da família imperial uma das bases das instituições vigentes seria subordinar a existência dessas instituições ao banimento da família imperial; seria afirmar que, cessando o banimento da família imperial, essas instituições, ou juridicamente, ou de fato, não se poderiam sustentar.

Ora, Sr. Presidente, longe disso a minha opinião, dada ao Sr. Presidente da República, foi que o banimento da família imperial constitui simplesmente um ato de legislação ordinária e, consequentemente, pode ser revogado por outro ato de legislatura ordinária em nosso país.

Mais uma vez, portanto, Sr. Presidente, fui eu vítima de um desses enganos, que, infelizmente, succede ocorrerem sempre contra mim e que à imprensa muito fácil seria evitar, dispondo ao pé de mim de pessoas, que comigo se encontram todos os dias e às quais, certamente, em matéria dessa natureza eu não recusaria esclarecimentos. Mas, para tirar a limpo o caso e de modo autêntico, que não deixe dúvidas, trarei ao conhecimento do Senado, uma vez que se trata de papel que não contém reserva, a carta que dirigi ao Sr. Presidente da República, em resposta à consulta com que me tinha honrado. (*) Pedi a S. Ex. autorização para publicá-la, comunicando-a ao Senado.

A carta é a seguinte:

"Amanheço respondendo à consulta formulada na sua carta de ontem, que só me chegou às mãos pela tarde.

"Se a questão do banimento da família imperial fôsse entabulada no Congresso, eu votaria pela revogação do ato do Governo Provisório que es-

(*) «Rio, 9 de maio de 1907. — Meu caro Rui Barbosa — Os jornais anunciam a próxima vinda do príncipe D. Luís de Orléans ao Brasil, e sendo o caso de natureza jurídico-política, desejo ouvir sua opinião para obrar com segurança. — O art. 72 da Constituição revogou o decreto de 21 de dezembro de 1889, que baniu o imperador e sua família? — Não sendo o príncipe D. Luís o herdeiro direto da Coroa, segundo a antiga Constituição imperial, estará ele compreendido no decreto de banimento? — Peço urgência na resposta, pois não sei se haverá demora na chegada do paquete que traz o príncipe. — Receba um abraço do Colega e Amigo velho — Afonso Pena.»

tatuiu aquela medida, considerando como já não subsistentes os motivos que a determinaram.

"Mas, se assim tenho que procederia (salvo melhor juízo) como membro do Congresso, é justamente por se me afigurar que essa medida ainda se acha em vigor, e não poderia ser ab-rogada senão por ato do Poder Legislativo.

"Com efeito, o que se estabelece no art. 72, § 20, da nossa Constituição é que "fica abolida a pena de galés e a do banimento *judicial*."

"Aí, e mui explicitamente, por uma declaração formal e dupla, só se trata do banimento enquanto "pena" e do banimento "judicial".

O SR. COELHO E CAMPOS — Apoiado.

O SR. RUI BARBOSA — (*Continuando a leitura:*) "Não se cogita, pois, da hipótese criada pelo decreto ditatório de 21 de dezembro de 1889, que baniu do território brasileiro D. Pedro e sua família.

"Na Constituição que o Governo Provisório promulgou aos 22 de junho e 23 de outubro de 1890 não se continha a cláusula relativa ao banimento.

"E o Código Penal, por êle decretado em 11 de outubro do mesmo ano, cominava o banimento como penalidade a vários crimes.

"Ao elaborar, portanto, a Constituinte Republicana a sua obra, o banimento existia, na legislação do país, em duas entidades distintas: como providência de Estado, no decreto que banira a família destronizada, e como meio de repressão, no Código Penal.

"Encarando essas duas figuras jurídicas, absolutamente distintas, se a Constituinte as quisesse tratar segundo o mesmo critério, extinguindo juntamente uma e outra, ou havia de abolir, por uma fórmula geral, o banimento, sem distinção entre as duas espécies, ou, procedendo por especificação, teria que

acrescentar ao banimento *judicial* o banimento *político*.

"Mas de nenhum dêsses dois métodos usou. Antes individuou expressamente o banimento *judicial*. E por quê? Porque tivesse em mente reservar aos poderes políticos do regímen, no exercício constitucional de suas funções, o direito de banir? Não; porque nenhum dêsses poderes tem atribuição alguma, além das que o texto constitucional lhes confere declaradamente ou das que nessas implicitamente se contêm, e não cabe sob qualquer delas o arbítrio de fulminar o banimento.

"Por que então particularizar-se, como se particularizou, no § 20 do art. 72, o banimento *judicial*?

"Porque existia uma situação singular de banimento *político*, instituída pelos órgãos legislativos da revolução, que a Constituinte entendia necessário respeitar: a da família imperial. E, para não envolver na abolição do banimento o dos membros da família deposta, o meio era restringir a fórmula constitucional, que o extinguiu, ao banimento *judicial*, isto é, ao impôsto por sentença dos tribunais.

"Haveria, realmente, em 1890 ou 1891, quem, sensatamente, quando andavam tão acesas as pretensões, manobras e esperanças de restauração, concebesse o regresso dos herdeiros do trono ao país com o beneplácito dos fundadores do novo regímen? Imagine-se que suscitassem na Constituinte essa idéia. Como a teria ela recebido? Certamente com uma repulsa quase unânime, como ameaça ou pelo menos imprudência grave contra as instituições recém-criadas.

"Na restrição, pois, que o adjetivo *judicial* encerra, houve, manifestamente, o propósito refletido e atento de não abranger no benefício ali consagrado

a posição do monarca descorado e seus descendentes ou herdeiros.

"Essa intenção clara, indubitável, ainda com mais relêvo sobressairá aos nossos olhos, se advertirmos em que a Constituinte Republicana teve muito em consideração o caso de D. Pedro de Alcântara, com cuja individualidade se ocupou, consagrando-lhe, nas Disposições Transitórias, o art. 7º, onde lhe estipulou, determinando que o primeiro Congresso ordinário a fixasse, uma pensão, capaz de lhe assegurar "por tôda a sua vida, subsistência decente".

"A êstes têrmos reduziu a Constituinte de 1889 a expressão de sua magnanimidade para com a dinastia decaída. Se mais lhe quisesse outorgar, se lhe quisesse dar a liberdade ampla de volver ao país, ou teria ampliado a linguagem daquele texto revogando o decreto do Govêrno Provisório, ou não teria limitado a abolição do banimento ao banimento *judicial*.

"Adotada esta qualificação, o seu efeito *restritivo* é inquestionável. Os redatores e autores do texto constitucional não podiam ter admitido essa adjetivação indiferentemente, desde que, tendo ela um sentido jurídico preciso, a sua inserção no contexto de uma disposição legal não se podia tomar como redundância ou superfluidade inadvertida. Isso tanto mais quanto razões históricas da mais alta força política explicam, em relação àquele tempo, a necessidade absoluta da restrição.

"Logo, enquanto me não provarem que o decreto do Govêrno Provisório, banindo a família de D. Pedro e seu chefe, é um ato *judicial* não vejo como se possa considerar ab-rogado êsse ato pelo art. 72, § 20, da Constituição Brasileira.

"Excluído como foi, e intencionalmente, do alcance dessa garantia constitucional o ato do Govêrno

Provisório, subsiste, pelo seu caráter legislativo, enquanto outro ato legislativo o não anular.

"Criada antes da Constituição e não resolvida por ela, essa situação *extra-constitucional*, não é *inconstitucional*.

"Pela sua singularidade, a hipótese de uma família, privada do trono por uma revolução republicana, contra a qual continua a reivindicar privilégios incompatíveis com a manutenção do novo regime, está fora das normas ordinárias pelas quais se regulam, no mecanismo deste, a vida e os direitos políticos ou individuais dos cidadãos.

"Deixando por solver na sua *unicidade* o caso imperial e entregando-lhe a solução ao juízo do Poder Legislativo, a Constituinte fez o que, naquela época, não podia deixar de fazer.

"Se hoje não há mais risco algum (e me parece que não haverá) em acabar com semelhante exceção, à representação nacional compete decidi-lo. Não aos tribunais, nem ao Poder Executivo, aos quais incumbe manter a lei que a Constituição da República deixou intacta.

"Eu acredito que, na sua maioria, não se deram ao trabalho de ler o texto constitucional, ou atentar nele, os contraditores desta opinião.

"Em todo o caso, se errônea é, eu, em minha consciência de jurista, não descubro o meio de ter outra.

"Releve-me os descuidos, porque vai tudo isto escrito a correr; e, como lhe remeto em original, sem rascunho, peço-lhe me envie uma cópia. É trabalho feito, que, em caso de necessidade, me poupará novo esforço.

"Ficam assim cumpridas, meu caro Pena, não sei se mal, mas como eu podia e me permitia a curteza

do tempo, as suas ordens pelo velho colega e amigo — *Rui Barbosa.*” (*)

Portanto, Sr. Presidente, já o Senado conhece a minha opinião, oferecida ao Sr. Presidente da República em resposta à sua consulta. Longe de nela qualificar de base das instituições vigentes o banimento da família imperial, apontava-o como uma simples lei ordinária, revogável ordinariamente por outra lei. O que eu contestava era ao Executivo o direito de não executar esta lei, era aos tribunais o arbítrio de não a considerarem como existente.

Quanto mais reflito no assunto, mais me parece que o texto é um daqueles a cuja respeito vigora o prolóquio de hermenêutica jurídica, onde se diz que nos lugares claros cessa a interpretação: *In claris cessat interpretatio.*

O texto constitucional é terminante, não me parece que possa deixar ensejo sequer a sofisma plausível, pois, Senhores, nesse texto a palavra *banimento* vem seguida imediatamente de um qualificativo que os legisladores constitucionais não podiam ter empregado sem lhe ligar a sua significação natural. O legislador constitucional referiu-se exclusivamente ao banimento judicial, qualificando-o como pena.

Diz êle: “Fica abolida a pena de galês e a pena do banimento judicial.”

Porque não disse unicamente — “fica abolido o banimento?” Porque não disse de outro modo — “fica abolido o banimento judicial e político?” Porque diz

(*) A esta carta respondeu nestes termos Afonso Pena: «Rio, 11 de maio de 1907. — Meu caro Rui Barbosa — Magnifico e irresponsivel o seu parecer. — Da leitura comparativa que havia feito do Decreto do Gôverno Provisorio e dispositivo constitucional havia chegado às conclusões, que seu parecer elucidou de modo cabal. — Meus cordiais agradecimentos, que me apresso em transmitir-lhe, sem aguardar a cópia do parecer, que mandarei depois. — Receba um abraço do Colega e Amigo velho — Afonso Pena.»

simplesmente — “fica abolido o banimento judicial?” Porque individuou uma espécie e outra e, individualizada esta espécie, se pretende que tenha abrangido ambas, isto é, toda a generalidade a elle relativa?

Senhores, é absurdo, é insustentável o que se pretende.

O ato do Governo Provisório constituiu, porventura, um banimento judicial? Éramos juizes, constituíamos tribunal, impúnhamos nós alguma pena? Não; nem impúnhamos pena, nem constituíamos tribunal, nem éramos juizes. Logo, o banimento que decretamos não era judicial; logo, não está abrangido na fórmula constitucional. (*Apoiados gerais*).

O SR. A. AZEREDO — E assim o entendeu o Supremo Tribunal Federal.

O SR. RUI BARBOSA — E, Senhores, haverá quem, refletindo com calma as circunstâncias nas quais deliberava a Constituição de 1890 a 1891, lhe pudesse attribuir o intento de revogar o ato do Governo Provisório que banira a família imperial? Haverá quem, em boa razão, em bom siso, seriamente, com a mão na consciência, o possa afirmar?

O mesmo fôra que pretender, Sr. Presidente, que aquella assembléia considerasse sem inconveniência de espécie alguma o regresso ao território brasileiro da família destronizada. (*Apoiados*).

Mas, Senhores, seria preciso adulterar a situação histórica daquelle tempo, para não ver que no seio daquelle assembléia, se semelhante idéia se tivesse levantado, seria unânimemente repelida, porque não podia deixar de sê-lo.

Não era possível que no dia immediato a uma revolução cujo primeiro resultado havia sido a destruição do trono, os autores dessa revolução consi-

derassem indiferente a volta ao território brasileiro da família destronizada.

Verdade é, Sr. Presidente, que sobre este assunto, entre nós se tem explorado sentimentos nobres, mas nem sempre refletidos, apontando-se no ato do Governo Provisório um excesso, uma violência, um atentado, facilmente evitável, cuja culpa recai pesadamente sobre os membros daquele Governo.

Mas, Senhores, é preciso zombar da história, da experiência humana e do senso comum, para não ver naquele ato um fruto da primeira das necessidades da revolução republicana, necessidade tamanha a que esse Governo se não podia ter furtado, sem trair a missão que as circunstâncias lhe haviam conferido, sem faltar ao primeiro dos deveres que, pelas circunstâncias, lhe competia.

Haverá, porventura, na história, em toda a sua extensão, um só exemplo de uma revolução que, destruindo um trono, acabando com uma coroa, conservasse em território do país a família destronizada, o monarca descorado? Haverá algum homem de Estado, algum homem de siso que possa considerar simplesmente compatíveis essas duas hipóteses: — a da destruição de um trono e a conservação, no território desse trono que desaparece, da família que acaba de perdê-lo?

Não, Sr. Presidente, o banimento da família imperial era uma medida de necessidade não só política como humana.

O SR. ERICO COELHO — Apoiado; e até assecuratória da liberdade e da vida da própria família imperial.

O SR. RUI BARBOSA — O Governo Provisório cumpriu o seu dever. A Constituinte Republicana respeitou a palavra do Governo Provisório, conservando-a com o seu silêncio.

Podia ter revogado essa medida por uma disposição clara do texto constitucional. Não o fez; deixou-a no terreno das medidas de legislação ordinária, para que a representação nacional, no momento oportuno, considerando as circunstâncias políticas de época diversa, revogasse o ato do Govêrno Provisório, quando calmos os espíritos, consolidadas as instituições, essa medida se pudesse adotar sem inconvenientes de qualquer ordem, quer em relação a elas, quer em relação ao nosso país.

Eu, portanto, Sr. Presidente, longe de sentir remorsos com a recordação dessa medida, em que tive parte considerável, não encontro no fundo da minha consciência, senão motivos para me congratular pela cooparticipação nela, e ainda agora, defendendo-a, não só na sua moralidade, como na sua existência, cumpro os deveres de membro daquele Govêrno, cumpro os deveres de membro do Congresso, cumpro os deveres de cidadão e de amigo da lei.

Não há vantagem, nunca, em sofismar, a benefício de interesses nomentâneos, textos legislativos, textos constitucionais cuja evidência se impõe ao espírito de todos os homens de juízo e de moralidade. Se as circunstâncias nos criam uma situação diversa, revoguemos êsse texto, mas não habituemos ao sofisma, à cavilação e à mentira o espírito público, acostumando-o a acreditar que tôdas as formas legislativas, todos os textos constitucionais se podem acomodar facilmente a todos os interesses.

Precisamos dar exemplo de respeito à lei, para o qual eu tenho buscado concorrer, e concorro ainda neste momento, com o apoio, acredito, que unânime desta Casa (*apoiados*); com o apoio, creio que unânime do Congresso Nacional; com a opinião geral de todos aquêles que, com a devida atenção, procuram conhecer a verdade, abandonando as paixões e os

interesses políticos, para resolverem os assuntos, simplesmente com o espírito de juristas.

E, quando, Sr. Presidente, em presença da clareza dêste texto e da evidência das circunstâncias históricas daquele tempo, ainda pudesse subsistir dúvida em espíritos obcecados, um fato existe, um fato autêntico, um fato histórico, um fato irrecusável no seu alcance, para demonstrar que a Câmara não considerava revogado o ato do Governo Provisório que decretou o banimento da família imperial, porque ela teve quem formulasse um projeto revogando o ato do Governo Provisório.

Dois membros daquela Câmara, os Srs. Caetano de Albuquerque e Anfilófilo de Carvalho, apresentaram êste projeto: "O Congresso Nacional, considerando terem cessado os motivos de ordem pública, que determinaram, como medida de ocasião, o banimento do ex-Imperador do Brasil, decreta:

"Art. 1º É restituído a D. Pedro de Alcântara, ex-Imperador do Brasil, o gozo de todos os direitos de cidadão brasileiro, de conformidade com as disposições da Constituição de 24 de fevereiro do corrente ano, podendo êle regressar ao Brasil quando lhe aprouver.

"Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

"Sala das Sessões, 5 de agosto de 1891. —
Caetano de Albuquerque — Anfilófilo."

O Sr. Serzedelo, entendendo que, diante da importância política do projeto, era preciso que se definissem as posições — restauradores e monarquistas de um lado e republicanos de outro — requereu votação nominal para o apoio, o que, sendo concedido, não foi a matéria considerada objeto de deliberação, por 106 votos contra 10.

O SR. ERICO COELHO — É uma interpretação autêntica.

O SR. RUI BARBOSA — É o que se chama em direito, como bem diz o ilustre Senador, uma interpretação autêntica.

O texto constitucional do art. 72, § 20, está interpretado autênticamente pelo Congresso Republicano, que não considerou, sequer, objeto de deliberação o projeto dos Srs. Caetano de Albuquerque e Anfilófilo de Carvalho.

Tenho concluído. (*Muito bem; muito bem. O orador é cumprimentado*).



BANIMENTO DA FAMÍLIA IMPERIAL. II

Sessão em 16 de maio de 1907

O SR. RUI BARBOSA (*movimento de atenção*) — Sr. Presidente, no escrito publicado hoje no *Correio da Manhã* pelo Sr. Conselheiro Andrade Figueira, se lêem as seguintes palavras:

“Se as providências de novembro podiam ser ditadas ao espírito revolucionário pelas necessidades superiores da revolução, o decreto de banimento só foi inspirado pela ira, pelo despeito, pela ingratidão e pelas mais ruins paixões do coração humano.

“Tudo se agravou com a reverenda mentira de haver D. Pedro II aceitado aqui e agradecido o oferecido subsídio, êle que, com a sua família, foi embarcado sem recurso algum, tendo de recorrer ao crédito para um empréstimo de 40:000\$ para ocorrer às primeiras despesas do exílio”.

Sr. Presidente, ninguém faz mais justiça do que eu às qualidades morais que tanto recomendam à estima dos seus concidadãos o caráter do nobre autor dêste escrito.

Não retiro uma só das expressões com que a êle me referi em ocasião para sempre memorável. (*)

(*) Vejam-se in Rui Barbosa, *Colunas de fogo*, Rio, 1933, os artigos *Um homem*, *Conspiração das consciências*, *Um caso de moral e Mais Tolerância*, ps. 162 a 183.

Mas a violência da linguagem com que neste mesmo escrito S. Ex. se refere à consciência dos seus adversários, prova que, se a sua se pode dizer isenta dos interesses a que em outro tópico alude, não pode considerar-se como superior às paixões que tão evidentemente toldam a límpida inteligência e a alta moralidade do caráter dêsse ilustre cidadão.

Não venho, portanto, discutir, Sr. Presidente, com o nobre signatário dêsse artigo a sua impugnação às palavras com que neste recinto sustentei a subsistência do banimento da família imperial. Nada se lucra em trocar golpes violentos numa questão em que me parece estar a evidência ao alcance de todos os entendimentos.

Nem eu me prezo de competir com o ilustre parlamentar e emérito escritor, quer na dialética, quer nos conhecimentos jurídicos, em que S. Ex. foi sempre considerado como mestre.

Não posso, entretanto, deixar passar sem reparo os tópicos do artigo em questão, cuja leitura acabo de fazer à Casa, porque êles se referem a um fato histórico no qual me coube grande parte, com outros fundadores da República, e a cujo respeito se tem, até hoje, alterado a verdade.

Refiro-me ao decreto que outorgou ao Imperador deposto a quantia de 5.000 contos, para ajuda de custo de sua viagem e de seu estabelecimento no exterior.

Tem-se, por várias vezes, explorado êste ato do Governo Provisório em seu desdouro; e mais do que isto, por vezes, o meu nome, a êste propósito, foi apontado à desestima pública, como o de um homem capaz de tentar corromper a outro, como o de um político sem escrúpulo, que havia concebido o pensamento ignóbil de captar, à força de dinheiro,

a anuência da dinastia deposta à revolução que se acabava de operar.

Isto se disse em relação a mim, durante a revolta; por um diplomata brasileiro em um artigo publicado na *North American Review*, (*) isto se repetiu em um escrito firmado por este mesmo diplomata, em fôlha desta Capital.

Não respondi nem de uma nem de outra vez, porque ambos estes fatos só mais tarde chegaram ao meu conhecimento.

Aproveito, pois, com satisfação o ensejo de restabelecer a verdade, enquanto são ainda vivas algumas das suas testemunhas.

Faleceram já tantos que assistiram a este ato: Floriano Peixoto, Wandenkolk, Benjamin Constant, Aristides Lôbo; mais ainda são vivos o Sr. general Quintino Bocaiúva, o Sr. Francisco Glicério, o Senhor Antônio Azeredo e outros cidadãos, para cujo depoimento eu poderia apelar.

Não é exato, Sr. Presidente, nem me consta se tivesse dito alguma vez, ao menos por homens de responsabilidade nesses acontecimentos, não é exato, nem me consta se tivesse dito que Sua Majestade aceitara o decreto que lhe concedia os 5.000 contos de ajuda de custo; mas, aceitou-o a família imperial.

Eis a verdade, cujas circunstâncias passo a relatar.

Estávamos no Quartel-General, na noite que precedeu ao embarque de D. Pedro II, em circunstâncias cuja dificuldade esta Câmara bem pode avaliar, sob preocupações e ansiedades extremamente graves, quando se anunciou a presença de um ser-

(*) SALVADOR DE MENDONÇA: *Latest aspects of the Brazilian Rebellion*—(*North American Review*)—Fevereiro de 1894—Vol. 158, n. 2. Pág. 164.)

vidor da família imperial, o Sr. Lassance, (*) que eu não tinha a honra de conhecer, e que nos procurava. Acudi ao chamado.

Expôs então S. Ex. que as circunstâncias financeiras de Sua Majestade eram sumamente difíceis e melindrosas; que os seus débitos montavam em uma quantia considerável e que a situação da família imperial, obrigada a deixar o país em tais circunstâncias, sem ter com que acudir às suas dívidas para com os seus credores, era vexatória e desagradável. Ouvido isso, fui procurar o meu honrado colega, Sr. Quintino Bocaiúva; chamei-o e ele teve ocasião de ouvir do Sr. Lassance o mesmo que eu ouvira, essa mesma exposição das melindrosas circunstâncias financeiras em que se achava Sua Majestade o Imperador. Perguntei então quanto seria necessário à Sua Majestade o Imperador para sair dessas dificuldades, para se desempenhar de suas obrigações com os seus credores. Figuramos cifras, perguntamos se quatro ou cinco mil contos seriam suficientes. Respondeu que cinco mil contos bastavam.

Então, Sr. Presidente, chamei os outros companheiros ali presentes, alguns mortos, outros ainda vivos. O Sr. Francisco Glicério não era ainda membro do Governo Provisório . . .

O SR. FRANCISCO GLICÉRIO — Mas estava presente.

O SR. RUI BARBOSA — . . . mas estava presente. Colaborou conosco naquela noite, tomou parte nas nossas dificuldades, nas nossas atribulações. A esses senhores que ficaram cientes do que se acabava de passar, que ouviram do emissário o que tínhamos ouvido, propusemos a questão — se convinha ou não adotar a medida, se devíamos ou não lançar mão de uma providência, que, sendo por um lado, uma ex-

(*) Major Guilherme Carlos Lassance.

pressão da magnanimidade da revolução que se começava a firmar, era ao mesmo tempo de um grande alcance político, pelas dificuldades que de nossa frente removia.

A opinião dos nossos companheiros e amigos foi unânime, e então, imediatamente *séance tenante*, chamei por um dos cidadãos presentes. Não me acode se foi o Sr. Rubem Tavares, ainda hoje funcionário da Secretaria da Indústria. Suponho ter sido êle, porque nessa noite foi um dos que lavraram os decretos e atos de urgência, a que éramos obrigados a recorrer.

Mas, fôsse êle ou outro, ali imediatamente se lavrou o decreto, ato contínuo assinado por todos. Foi encarregado de levar êsse decreto ao seu destinatário um general. Não me recordo se o Sr. Solon, o Sr. José Simeão ou o Sr. Mallet. Foi um dêles.

Por um dêsses três o decreto foi levado e entregue nas mãos do Sr. conde d'Eu e, ao voltar o nosso emissário, nos comunicou que o príncipe, espôso da herdeira presuntiva da coroa, havia recebido o nosso ato com expressões de satisfação e agradecimento, dizendo que outra coisa não era de esperar dos seus amigos, os Srs. Benjamin Constant e Quintino Bocaiúva.

Por menos verossímil que êsse fato pareça, é a expressão da realidade, que nos foi comunicada pelo portador do decreto, homem que, por sua posição militar, pela sua respeitabilidade pessoal, por todos os títulos se recomendava à estima e confiança de todos e era incapaz de faltar à verdade.

E após isso, Sr. Presidente, sabe-se bem o que succedeu! O decreto fazendo ao ex-imperador a outorga dos cinco mil contos, ficou na posse daquele que o havia recebido.

Sua Majestade não sabemos se nessa ocasião teve conhecimento do fato; teve-o, porém, como o Senado acaba de ver, a sua família representada pelos seus membros mais eminentes e respeitáveis.

Sr. Presidente, se os escrúpulos de Sua Majestade, logo que teve conhecimento do fato, mais tarde, em meio de sua viagem, o levaram a recusar o ato do Governo Provisório, não era isso motivo nem para ira, nem para despeito, nem para qualquer sentimento de revolta da parte dos membros daquele Governo. (*)

Sua Majestade podia ter cumprido o seu dever de homem altivo, sem que nós tivéssemos faltado ao da nossa posição naquele momento.

Fica, portanto, Sr. Presidente, sabendo o Senado, e fica sabendo o país que êsse ato do Governo Provisório não nasceu da nossa espontaneidade; foi provocado por um ato que do seio da família imperial

(*) Esta passagem do discurso de Rui Barbosa provocou uma retificação do general Lassance publicada em jornais do dia 18 de maio. (V. TOBIAS MONTEIRO: *Pesquisas e Depoimentos para a História* — Rio, 1913, p. 319). Retifica o general Lassance a declaração de ter sido o decreto de doação entregue ao Imperador por um general. Mallet foi incumbido de promover o embarque da Família Imperial a bordo do *Parnaíba*. O brigadeiro José Simeão de Oliveira comunicou a deliberação do governo ao conde d'Eu. Solon estava incumbido somente da guarda do palácio. O imperador só veio a ter conhecimento do fato a bordo do *Parnaíba*, quando o decreto lhe foi entregue pelo alferes Jerônimo Teixeira França, mas aí mesmo não o leu, só vindo a tomar conhecimento dele no *Alagoas*, recusando a doação logo que tocou o primeiro porto. V. a narrativa do jornal *Novidades* transcrita por TOBIAS MONTEIRO, *op. cit.*, pág. 322; depoimento do general João Nepomuceno de Medeiros Mallet, *ib.* p. 261; depoimento do general Frederico Solon Sampaio Ribeiro na obra organizada por INÁCIO MOURA: *Um Grande Brasileiro* [Dom Pedro II] Belém do Pará, 1925, p. 104; depoimento da princesa Isabel, em memórias existentes no arquivo do Castelo d'Eu, no livro de PEDRO CALMON — *A Princesa Isabel* — S. Paulo, 1941, p. 266; depoimento do barão de Muritiba, nas notas de sua autoria publicadas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (Vol. 176 — 1941 — Rio, 1942, p. 269) sob o título: *Apontamentos sobre o 15 de novembro de 1889*; e depoimento do conde d'Eu, em carta à condessa de Barral, (*Anais do Museu Imperial*, de Petrópolis, vol. XV, Petrópolis, 1954, p. 223-241.)

veio ao nosso encontro, e, se a êle nos deliberamos, não foi porque houvesse então pouco escrúpulo no uso dos dinheiros públicos. Nunca o houve mais neste país em época alguma!

Nenhum Govêrno ainda foi mais rigoroso, mais severo, mais exigente do que o Govêrno Provisório no emprêgo dos dinheiros do Estado. Levamos o nosso escrúpulo ao ponto de não ousar, sequer, emprender a propaganda, que então se nos aconselhava fazer na Europa, em proveito das instituições republicanas, por têmos dúvidas sôbre se nos cabia a liberdade, que para isso nos era necessária, de contribuir cada um dos ministros de Estado com uma parte dos recursos precisos, a fim de organizar-se aquêle serviço.

Está a meu lado o honrado Sr. Senador Francisco Glicério, que me poderá auxiliar, lembrando-me a quantia em que se tinha arbitrado a contribuição que se julgava necessária para tal serviço.

O SR. FRANCISCO GLICÉRIO — Oito contos por ministério.

O SR. RUI BARBOSA — Cada ministério devia contribuir com 8:000\$, para se organizar no exterior um serviço de propaganda e esclarecimentos a respeito dos intuitos e da vantagem de transformação política por que o país acabava de passar.

Tinha-se indigitado o nome de um publicista muito distinto, a quem se pensou em confiar êsse trabalho.

O Govêrno Provisório recuou, porém, diante dessa diminuta despesa e assim procedeu em tudo, porque, naquela época, as leis, os julgamentos, as ordens do Tesouro, tôdas as condições e exigências do mecanismo administrativo se observavam com o maior rigor...

O SR. FRANCISCO GLICÉRIO — Ordens do Tesouro do tempo do Império.

O SR. RUI BARBOSA — ... sem que pelas mãos dos Ministros passassem jamais dinheiros públicos, nem se fizesse emprêgo de qualquer parcela dêles, sem constar, pelos meios competentes, de modo que ficasse conhecida a despesa e discriminada a responsabilidade de quem a ordenara.

Se, portanto, não hesitamos na providência acusada, Sr. Presidente, foi porque nos parecia ceder a uma dessas necessidades de alta política, a cuja obediência não podem fugir as revoluções, que, ou não se fazem, ou para se fazerem, precisam fatalmente de sair das normas e regras ordinárias de proceder dos governos normais.

Foi por isso, Sr. Presidente, que chegamos até ao banimento da família imperial.

Para aquêles que condenam a transformação republicana, o banimento da família imperial será, por muito boa lógica, um atentado, um crime indesculpável; para aquêles que justificam a revolução, o banimento da família imperial era a sua consequência lógica e inevitável. Em todo o caso, não compreendo, Sr. Presidente, o que perdia o Govêrno Provisório com o ato de Sua Majestade o Imperador recusando a concessão dos cinco mil contos. O Tesouro, e, portanto, a administração a cuja frente nos achávamos, lucrava uma verba considerável, que com isso se deixava de despende. A recusa de Sua Majestade não importava de modo algum a desconsideração de nossos atos.

Como, portanto, lançar-se à conta de paixões ruins, baixas, das mais ruins paixões do coração humano, as que nos atribui o nosso ilustre acusador?

No fundo da minha consciêcia, acho que o ato obedeceu à mais nobre, à mais digna (*apoiados*) de

tôdas as paixões, que em um momento daqueles se podiam aninhar no coração de patriotas, sob o pêso das tremendas responsabilidades que então nos assoberbavam.

Digo-o, e de cabeça levantada, Sr. Presidente, porque, embora eleve muito alto a minha veneração ao caráter do nosso ilustre agressor, não coloco a sua consciência acima da minha; e, sento-me, satisfeito de haver restabelecido os fatos de um episódio histórico importante, porque esta é a realidade, que eu juro solenemente, em nome de Deus, em quem creio e que me castigará se me afastei neste momento um ápice da verdade. (*Muito bem; muito bem*).



ELEIÇÃO SENATORIAL NO ESTADO DE ALAGOAS

Sessão em 17 de maio de 1907

Numa série de artigos intitulados — *O Caso de Alagoas* — publicados no *Jornal do Comércio*, o antigo ministro J. J. Seabra fez diversas acusações a Rui Barbosa — A tôdas elas respondeu o acusado com o seguinte discurso.

O SR. RUI BARBOSA (*movimento de atenção*) — Sr. Presidente, o assunto, de que me vou ocupar, não é o com que eu, de bom grado, quisera fazer as minhas despedidas ao Senado. (*) Sou constrangido, porém, a encará-lo por uma necessidade moral, que a Casa reconhecerá depois de me ouvir, tanto mais quanto contraí expressamente um compromisso, e não costumo faltar aos que contraio.

Quando, nas colunas da imprensa desta Capital, fui brutalmente açoitado pela mão de um patricio meu, procurado em Petrópolis, pelo representante de uma das fôlhas desta cidade, declarei-lhe que, aberto o Senado, daria a essas violências a resposta que a minha desafronta exigia.

Venho fazê-lo, Sr. Presidente, procurando esta tribuna pela sua altura e serenidade, para opor à violência a justiça, à fabula a verdade.

(*) Rui Barbosa ia partir para Haia, como chefe da Delegação Brasileira à 2ª Conferência da Paz.

Não usarei das armas com que fui agredido. A educação política e moral das minhas mãos repele esse instrumento de luta sem escrúpulos. Não perpetrarei reações fáceis, retaliações, que nada me custariam, se eu fôsse capaz de escancarar na praça pública segredos da intimidade política e reservas da confiança pessoal. Mil vezes tôdas as desvantagens de uma luta com armas desiguais à humilhação de me medir no mesmo terreno com estilos que a minha consciência e a pureza dos meus sentimentos não admitem.

Irá isto em tom de palestra, sem paixões, sem cóleras, sem revinditas, com a animação natural à palavra de um homem convencido e habituado a se inflamar quando a sua consciência o domina na defesa de outros, quanto mais na sua própria defesa.

Mas, sem ânimo de fazer mal, outro propósito não tenho que o de demonstrar aos meus caros colegas quanto a realidade moral da minha alma, na sua expressão verdadeira, dista dessa figura desprezível em que, num acesso de loucura, aprouve a um homem desatinado retratar-me aos olhos do país.

O caso de Alagoas, Sr. Presidente, devia considerar-se liquidado pela segunda eleição havida nesse Estado. O candidato mais votado na primeira, vira desaparecerem, por uma transformação singular, todos os votos que no escrutínio anterior o haviam laureado.

Seis mil votos a descoberto; 13.000, creio eu, na totalidade do escrutínio, e tudo isso se volatilizou, sumiu, desapareceu inteiramente. Quando se tentou a segunda prova, essa seria evidentemente a verificação da primeira, se os primeiros escrutínios tivessem tido realmente a expressão popular, se se tratasse de um Estado que fôsse procurar à distância,

fora do círculo dos seus filhos conhecidos, um homem ilustre para o coroar com uma dessas eleições, de que tão poucos homens ilustres em nossa terra têm sido, realmente, objeto.

Aos olhos, portanto, Sr. Presidente, daqueles que encaravam as coisas com espírito desprevenido, a segunda eleição de Alagoas foi a sanção do ato do Senado no julgamento da primeira; foi a contraprova da justiça, tão caluniada, tão desfigurada aí fora, com que esta Casa naquele ato procedeu.

A prudência, a experiência, a idade, tudo parece que devia concorrer para aconselhar, ao candidato desiludido, conformidade com a sua situação; mas a vingança lhe refervia na alma, a cólera, incompatível com as qualidades do homem político, o desfigurava.

Era preciso uma vítima, que se imolasse no altar de suas paixões, e esta vítima, estava fadado que fosse eu, justamente por ser aquêle que a nossa história comum devia tornar mais respeitável às paixões do meu agressor. Anunciou-se, pois, a trucidação.

Em conversas particulares se me mandava aconselhar, como uma resolução conveniente à minha comodidade, que aceitasse a missão de Haia, já então oferecida. Era um meio de me ausentar do meu país, onde me estavam reservados grandes desgostos com as revelações que se iam fazer contra mim na imprensa desta cidade.

Não faltaram à tragédia os cartazes de anúncios retumbantes; e uma das folhas matutinas desta cidade preveniu o público, mais de uma vez, repetidamente, com uma insistência intencional para atrair e firmar, pela expectativa, a curiosidade, de que o ex-Ministro do Interior(*) ia encetar uma série de artigos, longa,

(*) José Joaquim Seabra.

na qual não se entenderia com a gente e a política da Bahia, mas diretamente, e unicamente, com Alagoas e comigo.

Alagoas creio que foi poupada; digo — creio — porque devo confessar a V. Ex., Sr. Presidente, que, de certa altura em diante, a repugnância venceu em mim a indignação e a curiosidade. Deixei de acompanhar no seu seguimento a série dos artigos anunciados. Mas li quanto bastava para ver que proporções assumia no espirito do seu autor a trucidação moral, de que êle me fazia objeto.

Desde os primórdios, Sr. Presidente, dessa história, desde os seus pródromos, digamos assim, desde que se enterreirou na cena parlamentar o caso de Alagoas, desde que começou a constar que êste caso ia ter, como solução, a perda do diploma pelo candidato que o trazia, entrou-se a dizer, Sr. Presidente, que nisso atuava, sobretudo, o terror que me inspirava a mim a presença do Sr. Seabra na Tribuna desta Casa. Eu era um possesso do mêdo; a sua figura era um espantalho diante do qual eu recuava, porque, de certo, não podia resistir aos seus embates, ou porque a sua simples presença seria para mim, neste recinto, uma cabeça de Medusa.

Ora, Sr. Presidente, V. Ex. sabe que, neste recinto mesmo, não hesitei em sair a campo num encontro célebre com o ex-candidato por Alagoas.

A ocasião teve uma solenidade especial, porque então se achavam reunidas as duas Câmaras do Congresso. Apurava-se a eleição do Chefe de Estado no período anterior a êste.

Reunidas, pois, as duas Casas do Congresso, tive diante de mim, em uma daquelas cadeiras fronteiras à minha o ex-candidato por Alagoas, quando êle

era, na outra Câmara, o *leader* do Govêrno do Senhor Campos Sales. (*)

Por três dias consecutivos arrotei a sua presença temerosa, em três discursos, nos quais o Congresso reunido certamente apreciou a minha inferioridade, mas viu que eu não era uma pessoa capaz de ter medo.

E não os tenho, Sr. Presidente, porque, louvado Deus — louvado Deus! — com o meu temperamento acanhado, retraído, e talvez tímido ao contacto das coisas delicadas, nunca me faltou a coragem do coração, a coragem das idéias, a coragem do patriotismo, a coragem da honra.

O SR. PINHEIRO MACHADO — Muito bem. Apoiado.

O SR. RUI BARBOSA — O Senado me perdoe se evoco lembranças antigas; palestro com amigos e com colegas. Por muito tempo teremos de passar sem nos avistarmos; por muitos meses, talvez, não terei a honra e o prazer de uma conversa como esta com os honrados membros desta Casa. Eu lhes suplico, portanto, a sua benevolência, a sua paciência, a sua bondade. Perdoe o Senado se evoco lembranças antigas.

Nas horas de separação e de adeuses, quando o mistério do futuro nos anuvia o horizonte e o coração se inclina para a melancolia, a saudade nos reconduz, pela mão amiga e carinhosa das boas reminiscências, ao seio do passado.

Eu poderia ir nêle de vôo; não vou.

Eu poderia ir de vôo a êsses tempos, para mim já remotos, quando nos começa a alvorecer a ante-manhã da vida pública nos bancos da academia, e mostrar ao Senado que, já então, nesses bons tempos

(*) Veja-se: Rui Barbosa, *Discursos Parlamentares*, 1902, volume XXIX — Tomo V — (Rio, 1957) das *Obras Completas*. Discurso de 4, 5 e 6 de junho, no Congresso Nacional.

de estudante, me achei sempre na primeira linha das avançadas, onde os perigos eram mais sérios e menos cubiçados os lugares; quando, 4.^o anista de direito, abria conflito com o meu lente de Direito Comercial, venerável da loja maçônica de que eu era humilde orador, para fazer triunfar naquele recinto o princípio da liberdade do ventre escravo, decretado para todos os membros da loja, por um projeto meu, em defesa do qual tive a honra de ser vitorioso contra o meu lente, venerável da mesma loja, ilustre professor da Faculdade e fazendeiro abastado em S. Paulo. (*)

Ainda se não tinha decretado no país a lei gloriosa de Vinte e Oito de Setembro.

Nessa época havia perigos não leves em defender a liberdade dos escravos; e, em S. Paulo, centro dos interesses da propriedade servil, o assunto era ainda oirizado de perigos. Precisava-se de quem fôsse — digamo-lo assim — amarrar o guizo ao pescoço do gato, e fui eu o escolhido para fazer a primeira conferência abolicionista, que ali se realizou.

Mas não quero continuar neste campo de lembranças tão saudosas. Quem, porém, Sr. Presidente, que haja seguido a história dos tempos mais próximos, esquecerá o que foram êsses dias de ebulição ardente, em que se preparou nesta terra a queda da monarquia e ainda a inauguração do regímen atual?

Nunca houve na política dêste país época mais perigosa, de maiores ameaças.

Não era eu republicano; continuava a militar nas fileiras de um dos partidos monárquicos, e, não obstante, não hesitei em romper, em me separar de amigos, aos quais estava ligado desde os primeiros anos da minha vida, para iniciar essa campanha que foi de certo um sério contingente para a transformação

(*) Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva. V. *Obras Completas*, Vol. I, 1865-1871. Tomo I — (Rio, 1953) p. 207.

das instituições nacionais. A minha humilde casa, Sr. Presidente, naquela época, ficou êrma de amigos; não passavam de dois ou três os que continuavam a honrá-la com a freqüência das suas visitas.

A luta havia assumido proporções de fazer esmorecer realmente o ânimo a homens, que o não tivessem de têmpera um pouco preparada para essas campanhas, mas, graças a Deus, dela não me amedrontei; pude lutar com o último govêrno do Império, representado por um homem de grande cabeça e pulso forte, sem que isso me esfriasse, ou me metesse medo.

O Senado sabe que os primeiros anos da República foram para mim igualmente uma época de combates, cujos perigos não quero rememorar. Tive a honra de lutar então com o govêrno de um homem, como o marechal Floriano Peixoto, a quem de certo não faltavam as qualidades da energia, nem os arbítrios do poder; e, não obstante, e por isso mesmo, no pretório, na imprensa, na tribuna desta Casa, durante meses e meses me expus a todos os perigos, simplesmente, naturalmente, porque considerava ser isso meu dever, sem que nunca pelo meu espírito passasse de longe a sombra do medo.

Mais tarde, Sr. Presidente, mais tarde, quando, terminada a revolta, volvi ao seio desta Casa, V. Ex. sabe que me achei aqui sòzinho, por assim dizer, contra a quase totalidade de meus colegas, que me fizeram sempre a honra de me não negar o seu respeito, mas contra quem me tive de bater constantemente desta tribuna nos combates mais acesos.

Por que é então, Sr. Presidente, que havia eu de acabar com medo? Medo a que e a quem? Ao Senhor Seabra?! Parece, entretanto, que S. Ex. se pos-suiu da convicção de que era realmente um homem

talhado para me esmagar pelo terror, antes de me aniquilar pelos seus golpes.

S. Ex. cumpriu a ameaça anunciada ao país com rufos de tambor e, devo dizer, não sei se o que mais me admirou em tudo isso foi a ingenuidade da confiança com que se julgava estar refulgindo aos olhos do país em uma brilhatura aquêlê que praticava, tão a seu gôsto, ação tão feia.

Era o meu cliente dos primeiros anos da República, aquêlê que eu havia encontrado com outros envolvido na medida injusta do golpe de 10 de abril, aquêlê de quem eu tornara a ser o advogado sem interêsses, depois da revolta de setembro, aquêlê que me trata sempre como mestre, como amigo e como o melhor dos brasileiros.

Eu não ousaria chegar a êste ponto e repetir coisas que me constrangem, se não pudesse trazer, dêsses fatos, os documentos ao Senado.

Tudo isso, por que, Sr. Presidente? Porque lhe aprazia representar-me como o responsável pelo ato do Senado Brasileiro, que considerara nula a sua eleição.

Não discutirei essa responsabilidade já tão discutida. Aceito-a no grau em que quizerem, conquanto os que têm o conhecimento íntimo dos fatos bem possam atestar que nunca atuou em mim, contra o candidato por Alagoas, o mais leve ressentimento pessoal.

Mas, fôsse qual fôsse a minha responsabilidade nesse ato político, claro era que eu constituía simplesmente a expressão de responsabilidades coletivas, que, em boa-fé, não era lícito a ninguém circunscrever à minha individualidade, para me vitimar isolado.

Convinha, porém, que assim se fizesse, Sr. Presidente, para que se não fechassem outras portas. O meu aniquilamento podia talvez consumir-se, sem se

criarem contra o meu agressor ressentimentos perigosos.

Não me queixo, Sr. Presidente. Estou satisfeito do meu quinhão no ódio, quando o ódio vem, como um clarão, revelar na alma daquele que o exerce qualidades tão incompatíveis com êsse rudimento da confiança essencial nas relações entre os homens. Porque, ou seja na vida pública, ou seja na vida particular, para os homens honrados há leis que nunca lhes será lícito infringir.

A amizade pode extinguir-se, pode sofrer abalos profundos, romper-se totalmente, não deixar senão recordações dolorosas; mas o homem de bem a respeitará sempre, ainda depois de extinta, nos fatos íntimos que ela cobriu e que se passaram no seu seio.

Foram estas as leis, foram estas as tradições, foram êstes os deveres que se romperam para a perpetração dêste atentado, em que a vítima fui eu, diretamente.

Mas abriu-se uma escola, uma escola funesta, criou-se um precedente fatal para a vida política, para a educação dos homens públicos, levando-nos ao espírito a desconfiança, tornando impossíveis as solidariedades de honra, sem as quais, na vida pública, as grandes campanhas são impossíveis, são impossíveis as grandes aspirações, impossíveis os grandes resultados. Se não confiarmos nos outros, se não pudermos ter a certeza de que fatos passados no íntimo das relações da amizade política estarão vedados para sempre à publicidade indiferente e curiosa, a que ficam reduzidas, entre nós, essas relações?

Quem poderá mais depositar nos seus companheiros, nos seus aliados, nos seus correligionários a

fê, de que depende o bom êxito de tôdas as campanhas morais?

Não continuemos, porém, a filosofar. Passemos aos fatos; entremos franca e abertamente no assunto; consideremos os pontos capitais dêste libelo famoso para mim.

No meio de uma salgalhada, a cuja futilidade o espírito dos leitores poderia fâcilmente fazer justiça, a que mais sobressaiu, naquela série de agressões, foi a injúria arrogada à minha veracidade, em um ponto histórico de que tanta vez já me ocupei desta tribuna.

Refiro-me à minha posição na revolta de 1893.

Aprouve ao meu agressor trazer-me a público na posição de um mentiroso, que pretendera embair seus concidadãos, dando-se como alheio ao movimento revolucionário, no qual afirmava não ter tido parte alguma, mas do qual havia sido um dos fatores principais.

Para isso, Sr. Presidente, munuiu-se o meu agressor, de um lado, com um manifesto que eu publicara logo após a revolta, ao chegar ao Rio da Prata, de outro, com um artigo e documentos que êle recomendava ao público, como velhos e amarelecidos pelo tempo. No manifesto afirmava eu a minha inocência com relação aos acontecimentos de 6 de setembro; os documentos, porém, vinham provar que eu tivera, na revolta, parte considerável.

O estratagema empregado para se chegar a dar côr de plausibilidade e essa agressão consistia em fazer coincidir duas datas diferentes, para colocar na primeira data acontecimentos que só na segunda se passaram.

Deixei em 13 de setembro de 1893 as águas do Rio de Janeiro, no vapor *Madalena*, com destino ao

Rio da Prata. Aí estampeei, logo após a minha chegada a Buenos Aires, nas colunas da *Nación*, que, para isso, m'as franqueou bondosamente, um manifesto, em que me pronunciava sôbre a revolta, que acabava de estalar. Nesse manifesto, já trazido a esta tribuna, eu afirmava ao país não ter tido a menor parte no movimento e, mais do que isso, o condenava francamente, não por não julgar natural, contra o Govêrno de então, um movimento revolucionário, mas porque o caráter de movimento militar, a meus olhos, o tornava condenável. Julgava lícita, natural, uma reação popular; condenava absolutamente o movimento militar.

O Senado sabe, depois disso, os fatos que decorreram. Confiado no valor manifesto das minhas declarações, resolvi voltar ao país, não tornando ao Rio de Janeiro, mas procurando as águas da Bahia, de que eu era representante e para onde, não havendo ali agitação revolucionária, considerei ir sem inconveniente.

É com constrangimento que volto a êsse assunto, porque já, mais de uma vez, o elucidei da tribuna desta Casa.

Em caminho para o Rio de Janeiro, ao passar por Montevidéu, tive ocasião de estar com o conselheiro Silveira Martins, com quem as minhas relações se tinham rompido havia muitos anos, pouco depois de se haverem travado, quando representei a província da Bahia na primeira Câmara para que fui eleito. Aquêlê illustre brasileiro, com estranheza, me perguntou como me atrevia a voltar ao Brasil, com que garantias contava para a minha pessoa e para a minha vida.

Respondi-lhe, apontando para o meu manifesto.

Eu não atribuía ao marechal Floriano Peixoto intenções pessoais contra a minha individualidade.

No seio do Governo Provisório não tive melhor companheiro, não tive aderente mais firme a todos os meus atos.

É certo que depois não continuei a cultivar a sua amizade; mas acreditava que informações errôneas e maliciosas o devessem ter predisposto contra mim, levando a supor-me conivente nos acontecimentos de setembro.

Feita, porém, a minha profissão pública por um manifesto daquela solenidade, onde eu abertamente condenava o movimento pelo seu caráter militar, provada estava a minha inocência por modo irrefragável, e me parecia, portanto, que a minha volta ao país não encontraria dificuldades.

As prevenções eram naturais no ânimo do marechal Floriano, à vista da campanha que eu, contra êle, abrira na tribuna desta Casa, nos tribunais e na imprensa, onde adquirira o *Jornal do Brasil*, que então redigia.

Mas é evidente que, se eu tivesse qualquer parte no movimento de setembro, não poderia encontrar em mim coragem para, diante dos meus cúmplices, afirmar publicamente a minha inocência, condenando o ato que êles praticavam.

Esta simples consideração moral bastava para tornar a minha inocência evidente.

A verdade é, porém, Sr. Presidente, que as minhas previsões não se confirmaram.

Chegado ao pôrto do Rio de Janeiro, no vapor *Madalena*, o comandante dêste vaso mercante, ao regressar a bordo, me comunicou haver o Governo expedido ordem para a minha prisão e transmitido essa ordem ao chefe do distrito militar da Bahia.

A minha situação, portanto, claramente não me deixava outra alternativa senão ou entregar-me prisioneiro ao governo do marechal Floriano, meu inimigo então declarado, ou ir procurar nos navios da revolta a única hospitalidade que me podia salvar.

Recolhi-me, pois, ao *Aquidabã*, onde me demorei somente o tempo necessário para aguardar o primeiro vapor inglês que me levasse ao Rio da Prata.

Esse vapor chegou três dias depois; nêle me embarquei com minha família e, chegando a Buenos Aires, publiquei outro manifesto.

Neste declarava eu que, de então em diante, forçado pela iniquidade da perseguição que pretendia envolver-me em um movimento, a que era declaradamente avêso, começava a me considerar ligado a êle, a fazer votos pelo seu triunfo, a não lhe recusar nenhum dos serviços que ao meu alcance pudesse estar.

Pois não era natural, pois não era humano êsse procedimento?

Poderia eu continuar a desejar o malôgro da revolução de setembro, quando, pelo Governo do país, via fechadas para mim, injustamente, as portas de minha terra?

O certo é, porém, Sr. Presidente, que essas duas situações ficaram distintas: a inocência do meu procedimento em relação à revolta, no começo; depois, a minha adesão franca a ela, desde que comecei a ver no seu triunfo a condição necessária do meu repatriamento.

Que faz agora, Sr. Presidente, o meu agressor? Vai buscar documento, fatos, escritos meus concernentes à segunda época, àquela em que eu abertamente havia aderido à revolta, para provar que na

primeira mentia, quando me dizia alheio ao movimento.

Não quero qualificar a boa-fé dêste processo; êle, porém, certamente repugna ao espírito de quem quer que respeite a verdade e não sacrifique às suas paixões a honra alheia.

Tudo isto, Sr. Presidente, era velho; nem ao menos essa agressão tinha o mérito da originalidade, porquanto, aqui, no mesmo ano da minha chegada, isto é, em 1895, o nobre Senador Ramiro Barcelos levantara a mesma balela contra mim, fazendo, devo ser justo, então, involutariamente, a mesma confusão involutariamente, porque o caso ainda não fôra elucidado, como nessa ocasião ficou por mim desta tribuna, — e não costumo atribuir aos meus adversários pessoais sentimentos malévolos e indignos antes de provados.

Nessa ocasião, Sr. Presidente, (o Senado me perdoe se me alongo demais nesta defesa: sou forçado, não posso evitá-lo), nessa ocasião, respondendo ao Sr. Ramiro Barcelos, disse eu (*lendo os Anais*):

"Senhores, estranho à combinação do movimento de 6 de setembro, obrigado a retirar-me do país, para evitar os golpes do ódio político iminente sobre a minha cabeça, asilei-me no Rio da Prata, onde, em um documento público, estampado na imprensa de Buenos Aires, logo após a minha chegada àquela capital, provei minha inocência completa nos acontecimentos, em que injustamente alguns queriam envolver-me."

Depois de fazer a história dos sucessos que acabo de resumir sucintamente, concluí (*lendo*): "Eu me julgava com o direito de trabalhar; eu me julgava com o direito de cumprir o meu dever para com o meu país e êsses direitos todos me davam o de pegar

em armas, se eu pudesse, contra o ditador obsecado, que não recuava nem diante da inocência demonstrada, nem diante de tôdas as considerações sagradas pelos tribunais do país.

"Voltei ao Rio da Prata e, com a mesma franqueza com que nos jornais da República Argentina censurei a revolta, não por julgar injustificável no país o movimento revolucionário contra a ditadura, mas pela organização militar que se impunha, com essa mesma franqueza, declarei que daí em diante tôdas as minhas simpatias, todos os meus aplausos, todos os meus votos eram a favor do movimento revolucionário, provado, pela situação em que me tinha colocado, que julgava demonstrado que aquêle ditador não tinha em mira senão oprimir o país, que a inocência era inútil para me salvar das ganas dêle, e que a única esperança que restava aos exilados, como eu, era que outro govêrno se estabelecesse, para que fôsem observadas as leis e não as paixões do ditador. Eis a minha situação.

"Daí em diante, na imprensa, escrevi a favor do movimento feito contra o homem de menos patriotismo, contra o homem desumano que me tinha feito sofrer e sair do meu país, sem julgamento, sem processo, nem forma nenhuma garantidora dos meus direitos.

"Queria prestar a esta revolta os maiores serviços, pôr a minha inteligência à sua disposição, se eu pudesse salvá-la por minha intervenção pessoal. Teria armado soldados, teria dado dinheiro, tôda a fortuna para dar-lhe o triunfo. Tudo lhe teria dado, porque me julgava revolucionário. Os meus escritos estão entregues a pessoa de confiança para serem publicados brevemente; não tenho nada a ocultar.

"Teria aceitado tôdas as missões, teria desempenhado tôdas as comissões que me tivessem dado, e as teria cumprido se pudesse. A verdade é que ne-

nhum serviço de ordem alguma pude prestar a êsse movimento, e tôda a minha parte na revolta consiste nos meus bons desejos, nos meus votos e simpatias e no meu trabalho na imprensa."

De modo que, o que o Sr. José Joaquim Seabra, a êste propósito, fêz contra mim, supondo trazer a público grandes revelações e provocar enorme escândalo, não foi mais que a reprodução do que da tribuna do Senado, com a maior franqueza, eu havia narrado ao país.

O SR. PRESIDENTE — Peço permissão a V. Ex. para observar que a hora do expediente está terminada.

O SR. RUI BARBOSA — Sr. Presidente, requeiro a V. Ex. que consulte ao Senado se me concede prorrogação da hora para continuar o meu discurso.

Consultado, o Senado concede a prorrogação requerida pelo Sr Rui Barbosa.

O SR. RUI BARBOSA (*continuando*) — Sr. Presidente, para de uma vez confundir essa especulação, venho armado hoje de provas diretas, de testemunhos irrecusáveis.

Até agora eu apelava simplesmente para a evidência dos fatos e para a franqueza do meu proceder nas duas situações. Da primeira vez, protestando pela minha inocência, da segunda, aderindo francamente à revolta.

Uma vez, porém, que se trazem fatos da segunda época para contestar a minha veracidade na primeira, devo apelar para o depoimento daqueles que foram parte no sucesso e possam atestar ao público a verdade.

Infelizmente, dos dois chefes do movimento de 6 de setembro, um é morto, o Sr. almirante Custódio de Melo.

Digo dos dois chefes, porque o almirante Saldanha da Gama só mais tarde aderiu à revolta, e, quando me refiro aos dois chefes, aludo ao Sr. almirante Custódio de Melo e ao Sr. almirante Alexandrino de Alencar.

Faleceu o almirante Custódio de Melo, deixando, porém, como seu representante quem, neste assunto, poderá dar ao país o testemunho mais solene do quanto fui estranho ao movimento de 6 de setembro.

Refiro-me ao amigo, ao confidente mais íntimo do falecido almirante, ao seu irmão.

Não podendo apelar para êle, apelei para o irmão sobrevivente que se não recusou, felizmente, a me dar o testemunho da verdade.

O Senado vai ouvir.

O Senado vai ouvir a carta que, a propósito dos artigos do Sr. Seabra, me dirigiu o Sr. engenheiro Licurgo José de Melo:

"Rio de Janeiro, 24 de março de 1907 — Exmo. amigo, Dr. Rui Barbosa — No artigo que sob a epigrafe — *O caso de Alagoas* — inseriu o Sr. Dr. Seabra no *Jornal do Comércio* de ontem, 23 do corrente, deparei com o tópico seguinte:

Não é absolutamente exato que o Senador baiano fôsse e se tivesse mantido estranho à revolta de setembro e à sua sorte como afirmou nos trechos dos documentos que transcrevi.

"Testemunha do contrário ao que nesse tópico assevera o Sr. Dr. Seabra, apresso-me a escrever esta carta a V. Ex., pedindo-lhe ao mesmo tempo que lhe dê a maior publicidade, para enêrgicamente protestar contra a inverdade caluniosamente contida no período transcrito do artigo a que aludo.

"Um dia, três meses, mais ou menos, antes de rebentar a revolta de 6 de setembro, meu irmão, o almirante Custódio de Melo, de saudosa memória, disse-me: — Vou confiar-te um segredo, cuja revelação será a minha desgraça. Não o faria se não precisasse dos teus conselhos e ainda assim exijo que, pela tua honra, me jures que serás d'ele fiel depositário.

" — Não posso recusar-me a ouvir-te e prestar-te o juramento que me pedes, desde que precisas dos meus conselhos, respondi eu.

"Então, meu malogrado irmão declarou-me que elle, com a maior parte da nossa marinha de guerra, conspirava para depor o marechal Floriano Peixoto, que se preparava para, por um golpe de Estado, fazer-se ditador, etc., etc.

"Senhor dessa revelação, acudiu-me immediatamente à memória a pessoa de V. Ex., que então redigia o *Jornal do Brasil* em opposição ao Governo e que, rebentada a revolta, necessariamente seria considerado, pelo menos, suspeito, e perguntei a meu irmão:

" — Nem ao meu prezadíssimo amigo Rui poderei eu transmitir êsse teu segredo?

" — Nem a tua própria mulher, disse-me elle.

"Desde então ausentei-me da casa de V. Ex. e só a ela tornei quando V. Ex. voltou do exílio.

"Assim procedi, por dois poderosos motivos: não trair-me e evitar o grande pesar que teria tôdas as vêzes que me achasse na presença de V. Ex. Quando por essa ocasião nos encontramos, para justificar-me, relatei a V. Ex. tudo quanto aí deixo dito, e é conhecido por muitos dos nossos amigos.

"Sem motivos para mais, assino-me de V. Ex. amigo muito e muito grato — *Licurgo de Melo.*"

Eis o depoimento do chefe da revolta de 6 de setembro, dado por seu honrado irmão.

Não me contentando com isso, Sr. Presidente, e havendo ainda vivo outro chefe daquele movimento revolucionário, apelei para êle. Era o Sr. almirante Alexandrino.

Dirigi-lhe uma carta que leio no Senado e, após ela, a sua resposta:

"Petrópolis, 8 de abril de 1907. Exmo. amigo Sr. almirante Alexandrino de Alencar — Ninguém melhor do que V. Ex., como um dos que tiveram a direção do movimento naval aqui declarado em 5 de setembro de 1893, sabe ter eu sido estranho a êle, e não haver sido prevenido sequer da sua explosão, continuando a não entreter com o seu andamento relação de ordem alguma, até que, em regresso do Rio da Prata, por fim daquele mês, para não cair nas mãos do Governo, que ordenara a minha prisão, me vi obrigado a passar-me do *Madalena*, onde chegara da República Argentina, para o *Aquidabã*, cujo agasalho me assegurou a liberdade.

"A êste respeito, pois, espero que V. Ex. ao pé desta, me dará o testemunho, que a verdade lhe inspirar, autorizando-me a fazer dêle o uso conveniente à minha defesa. Com a mais alta consideração, de V. Ex. amigo, afetuoso e obrigado. — *Rui Barbosa*."

Respondeu-me o Sr. almirante Alexandrino:

"Exmo. amigo conselheiro Rui Barbosa — Confirmo plenamente o que diz o amigo em sua carta de 8 do corrente, acima escrito, e ainda mais — que antes e durante a revolta nunca participou dos trabalhos da mesma. Podendo fazer o uso que entender, subscrevo-me com a mais alta consideração. De V. Ex., amigo afetuoso e obrigado — *Alexandrino F. de Alencar*.

Recorri, Sr. Presidente, apesar de serem mais que bastantes êsses dois testemunhos, recorri ainda a outra testemunha daqueles fatos, que nêles tinha tido parte assinalada, com relação à minha pessoa — o Sr. coronel Sebastião Bandeira.

Eis como, em resposta à minha carta, expõe a verdade êsse ilustre militar:

“Na noite de 5 de setembro de 1893, a bordo do couraçado *Aquidabã*, lamentava-se, entre oficiais da marinha e do exército, a sorte a que ficava sujeito, em terra, o conselheiro Rui Barbosa, quando um dos companheiros lembrou o alvitre de salvá-lo, indo um dos amigos buscá-lo para bordo.

“Depois de curto silêncio, ofereci-me para desempenhar essa comissão, caso não houvesse outro em condições de fazê-lo melhor.

“Em seguida o comandante do *Aquidabã* providenciou, fazendo-me conduzir à terra em uma lancha dirigida pelo comissário Paulo, com auxílio do guarda-marinha Couto, hoje capitão-tenente e engenheiro naval.

“Seriam pouco mais de 11 1/2 da noite quando desembarquei no cais dos Mineiros, depois de combinar com aquêles oficiais a hora e o lugar onde me deviam receber.

“Chegando ao *Jornal do Brasil*, em procura do conselheiro, encontrei o respectivo secretário, Dr. Tobias Monteiro, que, sabedor do objeto da minha diligência, levou-me à presença do amigo procurado. Êste mostrou-se surpreso com o meu comparecimento àquela hora, surpresa que aumentou de intensidade quando lhe fiz conhecer qual a minha missão, dizendo-lhe que eu ia, por mim e por parte dos companheiros embarcados na esquadra revoltada, buscá-lo para bordo do *Aquidabã*, a fim de salvá-lo do pe-

rigo iminente a que ficava exposto em terra, em consequência da atitude que assumia defendendo os oprimidos contra a tirania, na imprensa, no Senado e nos tribunais.

"Deixo de referir o mais que ocorreu nessa noite, desde a minha partida do *Aquidabã* até que voltei ao mesmo navio, ao clarear do dia, por julgar desnecessário, visto não interessar à defesa do conselheiro, segundo os quesitos formulados na carta que me dirigiu. — Rio de Janeiro, 10 de abril de 1907. — *Sebastião Bandeira.*"

Eis aí, Sr. Presidente, liquidado, portanto, o valor das imputações que me faziam copartícipe na revolta de 6 de setembro.

Como se isto não bastasse, porém, Sr. Presidente, anunciaram telegramas da Bahia que o meu agressor, na sua inesperada viagem à Europa, ao passar pelo meu Estado natal, afirmara, em presença de testemunhas numerosas, estar, com documento, habilitado a provar que eu, por ocasião do movimento de 15 de novembro de 1889, assinara, com outros homens políticos, uma ata, onde se resolvia o assassinio de vários cidadãos brasileiros. (*Prolongada pausa.*)

Não sei, Sr. Presidente, se deva levar essa notícia ao crime da reportagem jornalística, às vezes tão pouco cuidadosa entre nós na divulgação de fatos, de informações graves para a honra de seus semelhantes. Difícil parece-me, porém, de crer que alguém pudesse conceber essa idéia, sem que outrem, mais arrojado ainda, tivesse tido a coragem de enunciá-la.

Não compreendo, todavia, que, armado como se diz o meu denunciador, com prova tão estrondosa para aniquilar-me, a guardasse, em vez de fazer dela

a clava de Hércules para, de um só golpe, operar a minha ruína, o meu esmagamento.

Não sei, Sr. Presidente, se devo defender-me de calúnia tão absurda.

Quem haverá, dos que em tôda a minha vida têm convivido comigo, que me julgue capaz do pensamento de um crime de sangue?

No Govêrno Provisório, onde êsses sentimentos nunca penetraram, onde a corrente foi sempre a da magnanimidade, a da bondade, a da humanidade, posso dizer que a minha iniciativa, a minha influência, o meu concurso foram sempre em favor das medidas mais moderadas, mais humanas, mais consiliadoras.

O SR. A. AZEREDO — Apoiado.

O SR. RUI BARBOSA — Se, em relação à vida alheia, de alguma coisa tem servido o meu papel político, Sr. Presidente, até hoje, é para evitar os atos de sangue, jamais para os aconselhar, para os acorçoar, para os aprovar.

Nunca assinei ata alguma revolucionária, ou entendamos que a imputação se refira ao movimento revolucionário de 15 de novembro de 1889, ou aluda ao movimento de 6 de setembro de 1893.

Nem de uma, nem de outra vez, tive de concorrer com a minha assinatura para consagrar em um ato solene qualquer deliberação coletivamente adotada.

Quanto à revolta de 6 de setembro de 1893, já viu o Senado que eu, nem de longe participei da conspiração que se preparou; ao contrário, fui por ela surpreendido, não tendo recebido o menor aviso dos meus amigos, dos meus clientes, dêsses dignos oficiais de marinha por cuja causa, na imprensa, na tribuna e nos tribunais, então me batia.

Claro está, pois, que eu não podia ter comparecido a reunião alguma, nem assinado ata de qualquer natureza.

Quanto ao movimento de 15 de novembro de 1889, apelei na ocasião para o testemunho de um dos mais ilustres fundadores da República, o Sr. Quintino Bocaiúva. Foi S. Ex. quem me conduziu à participação nesse movimento; foi S. Ex. quem me revelou os seus segredos, depois de ter estado comigo na única reunião a que compareci, antes de 15 de novembro.

Escrevendo, pois, a S. Ex., disse-lhe eu, depois de transcrever a notícia telegráfica da Bahia (*lendo*):

“Ora, a única reunião política, a que assisti antes da revolução de 15 de novembro, foi a celebrada, às suas vésperas, em casa do general Deodoro, presentes, além de nós três, os Srs. Benjamin Constant, Aristides, Glicério, Solon e não sei se outros.

“Dessa não sei que se lavrasse ata alguma.

“Eu, pelo menos, não a vi, e muito menos a assiniei.

“Outrossim, ninguém ali maquinou contra a vida de outrem. Muito menos, pois, podia constar semelhante maquinação de um documento comum por nós firmado. Nem tão abominável idéia passaria sequer pela mente de homens cujo timbre foi escoimar totalmente de sangue ou violência aquêlê movimento.

“Não me é possível, porém, uma vez que o meu nome ali está declinado, permitir que tão odiosa calúnia corra mundo sem desmentido.

“Assim, recorro ao seu testemunho, como o mais competente e cabal pela sua parte proeminente nesse episódio histórico, rogando-lhe que em bem da verdade me responda o que a sua consciência lhe ditar. — Seu velho e afetuoso amigo — *Rui Barbosa*.”

Respondeu-me o Sr. Quintino Bocaiúva:

"Meu caro Rui — Da reunião celebrada na casa do falecido marechal Deodoro, antes do dia 15 de novembro e à qual assistimos com outros ilustres e saudosos companheiros, não se lavrou nenhuma ata. Posso afirmá-lo.

"Creio também poder afirmar que o meu amigo não assistiu a qualquer outra reunião antes dessa. Eu, sim, tomei parte em muitas outras reuniões, mas delas também não se lavrou ata alguma. Quanto à maquinação que se diz haver sido combinada para o assassinato de homens públicos — maquinação à qual, segundo o telegrama, aderiram altos personagens — posso assegurar que disso não tive conhecimento nem notícia. Devo ainda acrescentar que se a proclamação da República, para a qual talvez concorri e pela qual trabalhei durante a maior e a melhor parte da minha vida, dependesse da aposição da minha assinatura em documento tão abominável e indigno, ainda a esta hora estaríamos no regímen monárquico.

"Quando, a propósito da nefanda tentativa de assassinato do meu ilustre e honrado correligionário, ex-Presidente da República, Dr. Prudente de Moraes, tive de manifestar minha opinião da tribuna do Senado, disse em voz bem alta: "Se chefes políticos houvessem tomado parte no conluio de semelhante atentado, tais chefes deviam ser excluídos não somente da comunhão republicana, mas também da *comunhão humana*." Assim pensando, é claro que eu, pelo menos, não posso ser suspeitado de haver pactuado com semelhante maquinação.

"Mas eu creio que há no telegrama vício de redação, manifesto equívoco. A referência é talvez à revolta de 6 de setembro e não à revolução de 15 de novembro. — Seu velho e afetuoso amigo, Q. Bocaiúva."

Se, porém, a referência é à revolta de 6 de setembro, mais estranho terei sido ainda a qualquer circunstância dessa natureza, que possa haver ocorrido, porquanto a nenhuma reunião compareci, nem antes, nem depois de declarada a revolta. Conquanto após a minha volta a Buenos Aires, eu houvesse aderido francamente ao movimento; conquanto estivesse pronto, de então em diante, a lhe prestar meus serviços, a verdade é que não os prestei de natureza alguma.

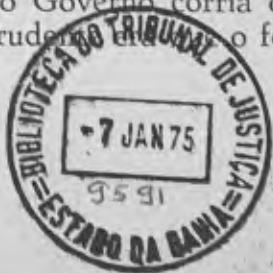
Tendo sido nomeado pelo governo de Santa Catarina para solicitar na Europa a beligerância em favor da revolta, nem sequer acusei o recebimento do ofício que me convidava a exercer essa função. Era então ministro do governo revolucionário, em Santa Catarina, o Sr. comandante Mourão dos Santos. Ele se acha presente nesta cidade e pode atestar a verdade absoluta das minhas declarações.

Durante o tempo que passei em Buenos Aires, consagrei-me, apenas, ao trabalho grato e suave de ser o mestre das minhas filhas e estudar por seis meses os costumes, a vida e as circunstâncias daquele país.

Passo a outro tópico do libelo, procurando ser mais breve em relação a ele.

Hão de lembrar-se, os que leram os artigos do Sr. Seabra, da acusação, que me ele fez, de lhe ter eu ido propor um trabalho de conspiração contra o ilustre Ministro das Relações Exteriores, o Exmo. Senhor barão do Rio Branco.

Afirma o meu agressor que eu o convidara para essa conspiração, prevenindo-o de que era urgente pôr fora do governo esse Ministro, antes da conclusão do tratado de Petrópolis, ao qual se opunha o elemento militar. O exército, as forças armadas saíam à rua, o Governo corria o risco de ser deposto, e mais prudente era o fôsse o Ministro.



Senhores, a esta acusação já respondi pela imprensa, imediatamente depois do artigo. (*)

Nossa convicção, enquanto se tratavam as negociações do Convênio de Petrópolis, era efetivamente a de que êle não seria bem aceito às simpatias da classe militar. Essa a notícia que tínhamos; dela fiz uso natural.

Aqui, nesta Casa, de boca em boca, de ouvido em ouvido, corriam essas informações. Elas chegaram aos do Sr. Presidente da República por outros amigos seus, por homens das mais eminentes posições na política republicana. Êsses, ou contrários ao tratado, ou receosos dos perigos que muitos lhe atribuíam, preveniram o Chefe do Estado contra a conclusão desse convênio internacional.

Como amigo daquele Governo, como amigo particular do Sr. Seabra, naquela época, eu lhe comuniquei êsse fato, mas não é exato que lhe tivesse proposto maquinação contra a conservação, no Governo, do Ministro das Relações Exteriores.

Meu rompimento com o Sr. barão do Rio Branco tinha sido franco. Que necessidade tinha eu de maquinações clandestinas? Desde o momento em que nessas negociações os nossos votos divergiram, solicitei a minha exoneração e obtive-a; e, concluído o tratado, enumerei e justifiquei, em longo voto vencido, as razões da minha atitude divergente.

Estava eu em antagonismo aberto com o ilustre Ministro das Relações Exteriores.

Tinha cumprido o meu dever, quer no voto escrito, quer no que, desta tribuna, disse contra o tratado de Petrópolis. Meu direito seria trabalhar pela

(*) V. artigo intitulado — *Por uma vez* — no *Jornal do Comércio* de 23 de março de 1907 (Anexo XII deste tomo); v., igualmente a carta ao barão do Rio Branco da mesma data (*Correspondência*, Rio, 1933, pág. 155.)

sua queda. É isso um direito na vida parlamentar e público, digo mais, é um dever dos que divirjam, convencidos realmente, sèriamente, da justiça de suas opiniões. A verdade, porém, é que o não fiz.

Como, porém, Sr. Presidente, esta acusação, no momento em que se a fazia, tinha por fim tecer uma intriga malévola entre mim e o honrado Ministro das Relações Exteriores, quando êle acabava de convidar-me para missão tão honrosa, como a representação do país em Haia, dirigi-lhe uma carta, declarando a S. Ex. que declinava desde logo dessa comissão, pedindo a bondade de transmitir êste meu ato ao Sr. Presidente da República.

Como tanto a minha carta, quanto a resposta do honrado Sr. barão do Rio Branco, foram alteradas pelos amigos do meu agressor, ou por êle mesmo, nos seus escritos impressos, lerei ao Senado a correspondência trocada entre mim e aquêlê illustre brasileiro.

"Petrópolis, 23 de março de 1907 — Ilmo. e Exmo. Sr. barão do Rio Branco — No *Jornal do Comércio* de ontem hã de ter passado pelos olhos de V. Ex. o libelo calunioso do Sr. J. J. Seabra, onde o seu autor me argúi de haver tentado, por um artifício clandestino e desleal, captar ao Dr. Rodrigues Alves a destituição do seu Ministro das Relações Exteriores, o barão do Rio Branco.

"A essa indigna intriga dei hoje, pela mesma fôlha, a devida resposta. De mim para comigo eu a considero cabal. Minha consciência está satisfeita. Nem todos, porém, me conhecem bastante, para me fazer inteira justiça. Entre mim, a quem tão de longe conhece, e o seu ex-colega, com o qual manteve, por cêrca de quatro anos, relações de proximidade e companhia no mesmo gabinete, bem poderá ser que

V. Ex. fique hesitando, indeciso, não obstante a evidência moral que, no caso, abona o meu testemunho.

"Ora, ao meu espírito basta a possibilidade eventual de tal dúvida no de V. Ex., para que eu me não sinta, com um Governo em que V. Ex. é o ministro do Exterior, nas condições de mútua confiança e estima necessárias ao exercício de uma comissão de tão alta dignidade e honra, como a que foi servido oferecer-me o Sr. Presidente da República, propondo-me a representação do Brasil na conferência de Haia.

"Em vista, pois, desta situação, que deploro muito, rogo a V. Ex. obter do Presidente me releve o declinar do elevado encargo, e aceite os meus agradecimentos pela distinção com que tão espontaneamente me honrou.

"A V. Ex., pela sinceridade e interêsse com que se associou à essa iniciativa, não menos reconhecido sou, assegurando-lhe que, se em uma conjuntura grave, entre si divergiram as nossas opiniões quanto à maneira de melhor servir ao país, não sofreram com isso ou depois disso a menor quebra de sentimento de antiga admiração e verdadeiro afeto, com que, longos anos há, o acompanha — o amigo obrigadíssimo — *Rui Barbosa.*"

A essa carta respondeu o Sr. barão do Rio Branco nestes termos:

"Exmo. amigo e Sr. Senador Rui Barbosa. — O incidente de que V. Ex. trata na sua carta de ontem em nada pode alterar os meus sentimentos de admiração e reconhecimento para com V. Ex.

"Dadas as relações de amizade que me honro de manter com V. Ex. e com o Dr. Seabra, peço licença para não entrar na questão pessoal que se levanta, questão que profundamente deploro. Entendo que, convencido em 1903 de uma provável perturbação da

ordem pública de que podia ser vítima o Presidente. V. Ex., ou qualquer homem político meu amigo particular poderia, sem ofensa para mim, opinar pela conveniência da minha retirada do Governo. Isso não seria motivo para que eu guardasse ressentimento algum, porque o conselho só se teria inspirado em razões de interesse público. Eu próprio ofereci então ao Presidente Dr. Rodrigues Alves a minha exoneração do cargo que, como V. Ex. sabe, só aceitei depois de longa resistência e em que tenho feito e continuo a fazer grandes sacrifícios.

"Acrescentarei que, exonerado em 1865 da missão imperial que desempenhava no Rio da Prata, meu pai não duvidou chamar, poucos anos depois, para seu colega de ministério um dos membros do gabinete que o exonerara.

"A nossa divergência em 1903 pertence ao passado e durante ela, respeitando sempre as opiniões alheias, procurei proceder de modo a não perder a estima e a amizade de V. Ex., que tanto prezo.

"Trata-se agora de um serviço que o Presidente pede a V. Ex. no interesse do maior brilho de nosso país em uma grande reunião internacional.

"Acato muito a opinião de V. Ex., mas penso que, por um incidente desta natureza, não deve recusar o serviço que a Nação espera do seu patriotismo e excepcional competência, certo, como V. Ex. sabe, de confiança do Presidente e da minha no completo e brilhante êxito de sua missão.

"V. Ex. já me conhece de alguns anos e, ainda antes que nos encontrássemos, pelas notícias que de mim teve por um amigo comum, sabe, portanto, que divergências de opinião nunca me farão esquecer o que devo em gratidão a V. Ex. pelas suas públicas manifestações de benevolência e estima em 1889, 1895 e 1900.

"Aproveito a ocasião para submeter a V. Ex. o programa provisório da conferência de Haia, e sinto muito que o estado febril em que ainda me acho desde ontem me não permita ir pessoalmente falar a V. Ex.

"Sempre, e com particular afeto, de V. Ex. admirado, amigo, obrigado e criado — *Rio Branco.*"

Entretanto, alterando-se as expressões dessa carta, afirmou-se pela imprensa que eu me resignara a uma situação humilhante, aceitando a missão de Haia perdoado pelo Sr. barão do Rio Branco.

Perdoado de quê? E por que me havia de resignar, aceitando essa missão em condições humilhantes?!

Acaso aspirei jamais estas posições honrosas e de responsabilidades?

O país sabe o contrário.

Esta, Sr. Presidente, não é a primeira vez que a benevolência do Governo Republicano assim me distingue. Já antes da República me tinha cabido a honra de ver lembrado o meu nome para honrosa posição na política internacional do país.

Na última situação liberal, o Sr. conselheiro Dantas, tratando-se de nomear o brasileiro que devia representar o Imperador na presidência do Tribunal Arbitral no Chile, honrou-me com a lembrança de propor à escolha da Coroa o meu nome ao lado do Sr. conselheiro Lafayette, naturalmente preferido com toda a justiça por Sua Majestade, atentas as qualidades superiores desse notável brasileiro.

Na República, Sr. Presidente, em 1897, o nosso malogrado e saudoso patrício, o Sr. Dr. Manuel Victorino, de quem então me separavam as circunstâncias políticas, fez-me a honra de convidar para negociar, por parte do Brasil, na solução do conflito internacio-

nal, relativo aos nossos limites com a Guiana Francesa. Essa missão me foi oferecida em condições excepcionais, com vantagens extraordinárias de toda a ordem, quer na escolha do pessoal, quer em tudo quanto pudesse dar ao ato do Governo os maiores atrativos para o meu assentimento. Recusei o convite, e para levar a minha recusa a termo tive de lutar com os esforços extraordinários do então Vice-Presidente da República.

Dêste fato há testemunha viva, o Sr. general Dionísio Cerqueira, então Ministro das Relações Exteriores.

Mais tarde me honrou, sob a presidência passada, o Sr. barão do Rio Branco, convidando-me para negociar a seu lado, o tratado que devia pôr termo à nossa questão de limites com a Bolívia.

Aceitei depois de muito hesitar, mas, apenas as nossas opiniões divergiram, não trepidei em abandonar a honrosa incumbência, solicitando imediatamente a minha exoneração.

Ainda ultimamente, quando se reuniu nessa Capital o Congresso Pan-Americano, pela terceira vez fui honrado com um convite para outra missão de alta confiança. Declinei-a, alegando motivos de saúde.

Agora, convidado pelo Governo do Sr. Afonso Pena para representar o Brasil na conferência de Haia, só anuí depois do mais longo hesitar. Recebido a 26 de fevereiro o convite, só a 30 de março, cerca de 40 dias depois, o aceitei, e aceitei-o, Sr. Presidente, para logo após voltar às minhas hesitações anteriores. Ainda agora, se houvesse meio de recuar, se houvesse alguém que me pudesse render em missão de tão alta responsabilidade, eu, de boa mente, me escusaria a ela.

Poucas vezes na minha vida pública terei feito maior sacrifício aos meus deveres para com o meu

país. Só a força dêles me teria levado à aceitação dêste encargo que por todos os modos desejaria evitar: primeiro, pela consciência da minha falta de aptidão para o caso (*não apoiados gerais*); segundo, pelo estado precário da minha saúde; terceiro, pelo sacrifício dos meus interesses; quarto, pelo muito que custa já, na minha idade, o sacrifício da separação de afeições caras.

Tôdas estas considerações, porém, se subordinam à primeira — à consciência de que não reúno em mim as aptidões exigidas para uma missão de tão alta responsabilidade. (*Não apoiados gerais.*)

Como é, pois, Sr. Presidente, que eu, para exercê-la, teria solicitado um perdão; como é que iria exercer êsse encargo perdoado?

A outra acusação custa-me ainda mais encarar.

Há certas imputações que a dignidade de um homem honesto refoge de considerar, ainda que por um momento; mas, como não faltam pela superfície da terra almas degeneradas, muitas vêzes ao homem político é necessário defrontar essas acusações e pulverizá-las.

Não contente de tôdas as injúrias, de todos os enxovalhos que derramou sôbre a minha cabeça, ainda quis figurar-me o Sr. Seabra, aos olhos do país, como um vil delator.

Triste condição a do homem público em um país. onde, após 35 anos de serviço à causa da pátria, de lutas, de provações, de sacrifícios de tôda a espécie, de uma vida inteira consagrada a deveres tão árduos, se vê na contingência de ser apontado aos seus conterrâneos como capaz de sentimentos e atos ignóbeis.

Sei que dos que me conhecem, dos que têm acompanhado a minha vida, daqueles mesmos que não simpatizando comigo, poderei classificar entre os

meus desafetos, não haverá um homem sério que me considere realmente capaz da prática de ação menos digna. (*Apoiados.*)

Senhores, para considerar essa acusação é necessário refletir no caráter das minhas relações com o Governo do Sr. Rodrigues Alves, ao tempo a que essas imputações se referem.

Quais eram as minhas relações com o Governo do Sr. Seabra na época dos dois fatos por êle denunciados? As da mais estreita amizade.

Adversário das três presidências anteriores, a primeira que apoiei desde o seu comêço foi a do Senhor Rodrigues Alves. Já no banquete de abril eu a saudara antecipadamente, com aplausos; inaugurada que foi, dei-lhe tudo o que lhe podia dar; servi-a, diante do país, com a adesão do meu voto; no Congresso, com a minha fidelidade; na negociação do tratado de Petrópolis, com a minha resistência em um ponto no qual o voto vencedor foi o meu; por ocasião da revolta de 14 de novembro, com a minha solidariedade, trazendo à tribuna do Senado a condenação categórica do movimento, e elucidando, quer em pareceres, quer pela imprensa, às rogativas do Sr. Seabra, a questão do fôro militar no processo.

Acrescentarei ainda que êsse mesmo filho meu, agora abocanhado a propósito dessa indigna imputação pelo meu agressor, comandava, na noite sinistra de 14 de novembro, entre as forças navais mandadas contra a revolta, o primeiro pelotão da 1ª companhia. E, dado o encontro, que se considerava inevitável, êle teria sido um dos primeiros trucidados.

As minhas relações com êsse Governo eram, portanto, as da mais absoluta solidariedade. A causa que se jogou na noite de 14 de novembro era tanto a minha causa como a causa do Governo. O mesmo

interêsse nos ligava contra o que nós considerávamos um inimigo público naquele movimento. No que, entre mim, portanto, e o Sr. Seabra se houvesse passado a êsse respeito, o caráter dessa relação imprimia o cunho de um segredo inviolável.

Que se passou ainda depois da noite de 14 de novembro?

O Sr. Seabra, desde o começo do seu governo, se aproximara de mim com demonstração de amizade. Anunciada a sua entrada para o ministério do Sr. Rodrigues Alves, fêz-me S. Ex. comunicar, por uma pessoa de minhas relações, cujo nome declinarei, pelo Sr. Dr. Imbassaí, que minha seria a sua primeira visita.

Respondi-lhe que não podia acolher com agrado a visita de um homem que, ainda havia pouco, tão insolitamente me ofendera, na célebre resposta da Câmara dos Deputados sobre a redação do Código Civil.

Respondeu o meu amigo, que a êsse respeito lhe dissera o Sr. Seabra ter assinado aquêlê parecer em confiança, sem o haver lido.

Com efeito, a visita se verificou; e, visitando-me apenas nomeado, declarou-me o Sr. Dr. José Joaquim Seabra haver dito ao Sr. Rodrigues Alves que a sua primeira visita seria para mim.

Repetiu as declarações que aos meus ouvidos tinham chegado pelo Dr. Imbassaí, afirmando-me que fôra vítima de um abuso na assinatura que prestara a êsse parecer.

Entrei, pois, com a maior confiança e cordialidade nas relações do Sr. Seabra.

Tive ocasião de receber igualmente da sua parte as maiores provas de confiança e intimidade. Não

usarei das confidências que no seio dessas relações me foram confiadas.

Posso, porém, dizer que, após 14 de novembro, S. Ex. considerava as circunstâncias do Govêrno tão mal seguras, como antes dessa noite. Direi mais: na opinião do Ministro do Interior, as circunstâncias eram cada vez mais ameaçadoras para o Govêrno. Conspira-se abertamente nos quartéis, disse-me o Ministro do Interior; o Govêrno luta com as maiores dificuldades para manter a ordem pública e atalhar a reprodução de um movimento grave.

Foi nestas circunstâncias, Sr. Presidente, que chegou aos meus ouvidos uma notícia a respeito do paradeiro de um dos chefes do movimento. Esta notícia, que me foi confiada sem reserva alguma eu transmiti a quantos encontrei. Comuniquei-a a alguns membros desta Casa, que me estão ouvindo e cujos nomes poderei declinar. Comuniquei-a ao honrado Sr. Pinheiro Machado...

O SR. PINHEIRO MACHADO — Apoiado.

O SR. RUI BARBOSA — ... ao Sr. Senador Azeredo...

O SR. A. AZEREDO — Apoiado.

O SR. RUI BARBOSA — ... e não havia razão de ordem alguma para que não a comunicasse ao Senhor Seabra.

Por que me havia eu de impor sigilo sobre esse assunto? Infringiria, levando esta notícia aos ouvidos do Sr. Seabra, algumas das leis da amizade ou da honra?

Para com o Sr. Varela (*) tinha eu laço ou obrigação de espécie alguma?

(*) O deputado Alfredo Varela, um dos chefes civis da revolta de 14 de novembro de 1904.

A notícia não me fôra confiada em sigilo de amizade; não se tratava de pôr em risco a vida ou a liberdade de ninguém, mas apenas de manietar, de impedir os movimentos de um agitador, cuja atividade livre se considerava perigosa, e o movimento a favor do qual êle se agitava era vivamente condenado por mim.

Que principio de honra havia para que eu me detivesse em levar a notícia ao Ministro do Interior, quando êsse Ministro se achava confundido comigo no mesmo interêsse pela causa, que então defendíamos? O dever que eu tinha para com S. Ex. era o mesmo que o ligava ao Chefe de Estado.

Noticieei, pois, o fato ao Ministro do Interior. Eis o meu grande crime, eis a delação por mim perpetrada!

Mas é necessário não conhecer sequer o valor das palavras, de que se usa, para dar a êsse procedimento o nome de delação.

O delator obra com intuito malévolo: por ódio, ambição ou cobiça. A delação é uma ação malfazeja, ditada por interêsses, ou não, e sempre vergonhosa.

Qual era o interêsse, qual era a malevolência que eu satisfazia?!

Creio, Sr. Presidente, que nenhum juiz, diante dessas explicações poderia deixar de reconhecer a futilidade das imputações de que sou vítima.

Não quero comentar o procedimento de seu autor; a sua consciência já deve ter começado a remordê-lo pela má ação praticada; a ela se entregou o Sr. Seabra com todos os requintes de um prazer singular, compondo, com a pachorra de um romancista, um longo diálogo, de meia coluna de jornal, para dar aparência de plausibilidade ao seu conto.

O que me consola, porém, Sr. Presidente, é que na própria consciência do meu acusador eu tenho

certeza de não merecer as injúrias por êle vibradas contra a minha honra.

Os fatos de que me acusa o Sr. Seabra, os dois fatos de escândalo e vergonha, que acabo de examinar, ocorreram em 1904. Desde então, pois, eu devia ter caído no desprezo do meu difamador; mas o Senado vai ver como, após todos êsses fatos, o Senhor J. J. Seabra continuou a considerar-me o mais digno da sua admiração e do seu respeito.

Em minha legítima defesa, é meu direito vir contra meu detrator com documentos que seu punho me fornece. Lerei, pois, ao Senado a carta que êle me dirigiu em 11 de agosto de 1905:

"Prezado e ilustre patricio e amigo, Dr. Rui Barbosa — Minhas afetuosas saudações.

"Creio que o meu eminente amigo não acreditará na infâmia contra mim, em relação à sua pessoa, arquivetada pelo *Correio da Manhã* de hoje.

"Os que de perto me conhecem sabem que não sou capaz da prática de atos que me fariam corar diante de mim mesmo."

Se me não falha a memória, acentuava o *Correio da Manhã* que o Sr. José Joaquim Seabra tramava contra a minha reeleição na Bahia. S. Ex. então se manifestava contra essa acusação, que considerava feia e negra, pela qual teria de corar diante de si mesmo.

(*Continuando a ler*) "Jamais escrevi carta alguma ao Sr. conselheiro Luís Viana ou a qualquer outra pessoa a propósito de semelhante assunto e, ao contrário, tôdas as ocasiões em que me tenho manifestado sôbre o futuro pleito para deputados e renovação do têrço do Senado, pelo nosso Estado, jamais deixei de afirmar ser o ilustre amigo o candidato, não

de qualquer politiquero reles, abjeto, mais sim da Bahia inteira, sem discrepância."

Era o delator miserável que êle considerava o candidato, sem discrepância, da Bahia inteira!

"Se houver alguém que possa provar o contrário, por quaisquer meios de prova, prontificar-me-ei a fazer pública a confissão de negra deslealdade.

"Felizmente desta vez a infâmia não revestiu a forma de cochicho e veio a público para ser desmascarada e confundida.

"Desculpe-me se julguei preciso dar-lhe explicação, antes pelo cumprimento de um dever de amizade para com o amigo, do que pela desconfiança de que pudesse dar crédito a semelhante aleivosia.

"Com os meus respeitos à Exma. família, sou com estima sempre seu

"Amigo, patricio, muito afetuoso, admirador e obrigadíssimo — *Seabra*."

Esta carta era escrita em 1905; a minha delação tinha ocorrido em 1904.

Entretanto, êsse homem nessa carta se confessa "meu dedicado amigo", protesta contra a hipótese de ser capaz de articular alguma coisa contra a minha honra, dizendo-me candidato da Bahia inteira. Já então nessa época, guardava no fundo de sua alma êste elemento, para com êle me vir enxovalhar diante de meu país como o último dos homens.

O Senado me perdoe o desconexo das minhas palavras nesta exposição de hoje. Custa-me em extremo defender-me de imputações tão desprezíveis.

Não me ocuparei com o "Caso Barata", também ventilado pelo Sr. José Joaquim Seabra. É um

dos atos de boa fé com que êle supôs indispor-me contra um dos meus melhores amigos. (*)

Deu-se o meu difamador ao trabalho de transcrever um discurso meu, quase inteiro, para mostrar os antagonismos que entre mim e êste ilustre membro do Senado havia existido.

Defendia eu então aqui a reforma do ensino, sustentando atos de um dos meus melhores e mais caros amigos, o Dr. Francisco de Castro, de tão saudosa memória. Nesse discurso, porém, nem uma só vez proferi palavra ou enunciei juízo que pudesse melindrar o Dr. Barata Ribeiro ou a sua honra. Argüi-o de excessos por violência na sua administração, recordei o meu voto contra a sua nomeação para membro do Supremo Tribunal Federal, mas fiz a mais ampla justiça às suas qualidades morais, à sua benevolência política e aos seus grandes serviços ao país. (**)

Se o meu agressor procedesse de boa fé, ao lado dêsse discurso devia ter transcrito aquêle em que eu desta tribuna me penitenciei completamente das arguições feitas ao Sr. Barata Ribeiro, em face das demonstrações aqui por êle produzidas contra as imputações em que essas acusações se fundavam. (***)

Tão pouco me deterei com outra intriga de natureza inqualificável, que até se pretendeu urdir entre mim e o meu ilustre amigo, Senador pelo Rio Grande do Sul, o Sr. Pinheiro Machado.

Em relação a êle, sou argüido, entre aquelas acusações, para as quais tudo serviu, como tendo em

(*) Senador Dr. Cândido Barata Ribeiro.

(**) V. *Obras Completas*. Vol. XXVIII — 1901 — Tomo I, (Rio, 1955) — Discursos de 3, 7 e 8 de junho.

(***) V. *Obras Completas*. Vol. XXIX — 1902 — Tomo V, (Rio, 1957) — Discurso de 27 de junho.

tempos acusado S. Ex. da prática de atos cruéis e desumanos.

Senhores, há poucas amizades pelas quais eu me considere mais honrado e mais feliz do que a dêste ilustre brasileiro.

O SR. PINHEIRO MACHADO — Agradecido a V. Ex.

O SR. RUI BARBOSA — Quando saímos ambos da luta cruenta, que ensanguentou o país em 1893 e 1894, natural é que os nossos espíritos se achassem reciprocamente cheios de prevenções. Aquêles que conhecem os meus hábitos de educação e reserva bem sabem que sou incapaz de propalar, ainda contra meus inimigos, acusações ou boatos da rua conduzidos de ouvido em ouvido.

Não pertenço certamente ao número daqueles que reeditam calúnias monstruosas, supondo acobertar-se à sombra dos seus autores, sem contar com as responsabilidades de quem reproduz a acusação infamante.

Em relação ao Sr. Pinheiro Machado, folgo de dar o público testemunho das qualidades, da alta elevação moral que, estou convencido, ornaram o seu caráter.

O SR. PINHEIRO MACHADO — Agradeço a V. Ex.

O SR. RUI BARBOSA — Se alguma vez passou pelo meu espírito qualquer dúvida com relação a atos que os ódios da luta política podiam ter explicado, eu teria que fazer agora retratação plena diante do meu país.

Hoje, informado inteiramente como me acho dos fatos na sua realidade, posso assegurar que, ainda na hora difícil dos combates, quando tão acesas se inflamam as paixões humanas e os nossos sentimentos naturalmente se inclinam para a crueldade, o seu papel foi sempre o de um protetor dos adversários, foi

sempre o de um mantenedor rigoroso das leis da humanidade no meio dos conflitos sanguinolentos, em que a sua pessoa se achou envolvida.

Mas, eu não tenho necessidade alguma de fazer esta retratação, porque a verdade é que entre mim e o Sr. Senador Pinheiro Machado nunca se levantara incompatibilidade de natureza alguma, nascida de acusação por mim a êle dirigida, nem por êle dirigida a mim.

O SR. PINHEIRO MACHADO — Nunca fui sabedor dela.

O SR. RUI BARBOSA — S. Ex. honrou-me sempre com o seu respeito e com sua cortesia; e nas épocas em que amigos seus não me olhavam com benevolência, a sua foi sempre grande com a minha pessoa. É do fundo dessa cortesia, do fundo dêsse respeito praticado para comigo, que nasceu a nossa amizade atual, da qual não me envergonho e que peço a Deus possa cultivar sempre, através dos acontecimentos políticos, como uma das conquistas mais preciosas da minha vida.

Até, Senhores, o meu brinde aos americanos, no banquete do Itamarati, serviu de tela ao meu agressor para um dos seus quadros inimitáveis.

Aprouve, Sr. Presidente, à sua fantasia agressiva pôr, ao lado do meu brinde, algumas páginas nas minhas *Cartas de Inglaterra* para mostrar a levianidade, a contradição e a inconseqüência do homem político, opondo a minha opinião a respeito da Inglaterra ao meu entusiasmo para com os Estados-Unidos.

Senhores, cometi, é certo, o crime de, em um brinde ao Sr. Root, haver apontado os Estados-Unidos como o maior sucesso entre as nações modernas, quando, em páginas das minhas *Cartas de Inglaterra*, eu havia colocado êste país acima daquele.

Mas, Senhores, em primeiro lugar as *Cartas de Inglaterra* foram escritas em 1894; o meu brinde à União Americana foi levantado em 1906. Não podia eu, em 12 anos decorridos, ter modificado a minha opinião no confronto entre êstes dois países?

Note V. Ex. o mau gosto, ou o bom gosto se quiserem, com que o Ministro do Sr. Rodrigues Alves metia à bulha e fazia objeto de chicana um ato de cortesia internacional, por nós praticado no momento em que todo o nosso empenho era cercar das maiores demonstrações de cordialidade um hóspede ilustre, e quando nós, adversários daquele Governo, o circundamos, para demonstrar a solidariedade inteira da Nação em tais demonstrações.

Aquêlê brinde foi um rápido improvisado a que me constrangeram as palavras do honrado Ministro do Exterior, apenas acabava de falar, saudando o Brasil, o ilustre Ministro Americano.

Quis então o Sr. barão do Rio Branco que eu me levantasse para responder. Objetei-lhe as dificuldades da incumbência que me queria impor; e só depois de constrangido pela sua insistência, pela insistência das senhoras que me cercavam, pela insistência do nosso ilustre amigo o Sr. general Pinheiro Machado...

O SR. PINHEIRO MACHADO — Apoiado. Foi depois de muita relutância da parte de V. Ex.

O SR. RUI BARBOSA — ... foi que, tremendo, me levantei para corresponder à saudação do Senhor Elihu Root.

Calcule agora o Senado se se podem medir ouro e fio, como se se tratasse de uma obra longamente meditada, as palavras de um improvisado dêstes, proferidas diante de um concurso como aquêlê, em uma língua estranha na qual eu tinha, aquela vez, a primeira ocasião de proferir um discurso.

Classificando, Sr. Presidente, os Estados Unidos como o primeiro sucesso entre as nações modernas, não exagero a verdade, nem me pesa nenhuma contradição com a preferência que em 1894 havia manifestado pela Inglaterra.

Considero, e continuo a considerar, a liberdade inglesa como mais desenvolvida, mais ampla, mais seriamente garantida. Na sua política, na sua administração, há menos vícios do que na administração e na política da grande nação do nosso continente.

Estes vícios, porém, da sua administração e da sua política, são apontados nos Estados Unidos pelos seus filhos mais entusiastas e é pela denúncia desses vícios que procuram chegar à sua correção. Nisto está precisamente uma das grandes qualidades daquela nação incomparável.

Antes que o Japão fizesse a sua entrada triunfal entre as potências do mundo moderno, ainda não se vira desenvolvimento tão prodigioso na grandeza de uma nacionalidade. Mas, ainda após essa manifestação miraculosa da raça japonesa, a superioridade americana subsiste incomparavelmente, porque vem a todas as esferas da vida intelectual e material, porque constitui, no meio das nações cristãs, o maior exemplo de um progredir grandioso, gigantesco nas condições materiais, a par de uma expansão incomparável na prática da democracia e da liberdade.

O SR. PINHEIRO MACHADO — Muito bem

O SR. RUI BARBOSA — Não me desdigo pois, nem do meu entusiasmo pela Inglaterra em 1894, em páginas escritas quando gozava os benefícios daquela hospitalidade sem igual, no seio de uma nação onde o mais obscuro estrangeiro se sente tão defendido nos seus direitos como o maior dos personagens do país; nem me desdigo da minha apologia dos Estados

Unidos em 1906, lamentando, apenas, que a minha língua, em mau inglês, fôsse tão rude, tão trôpega, que não chegasse até onde eu desejava o elogio de uma nação que tem sido o modelo de tôdas as Repúblicas Americanas, cujas instituições foram, felizmente, o padrão das nossas e cuja influência, benêficamente, se estende, sem quebra de dignidade ou soberania das nações da América, por sôbre tôdas elas, como a maior de muitas irmãs, na família imensa que tem por lar a vastidão infinita do nosso continente.

E terminaria com estas palavras o meu discurso, satisfeito de poder fazê-lo, se antes não tivesse de tocar na parte do libelo difamatório em que até a minha honra pecuniária foi atacada pelo ex-Ministro do Interior.

Tinha eu dito, em uma breve e animada resposta que dei ao Sr. Seabra, que a sua leviandade, o direito com que êle se julgava de quebrar confidências de intimidade, lhe tornavam o contacto perigoso e digno de ser evitado por aquêles que se prezavam.

Disto fêz jôgo o meu agressor para o movimento agressivo, no qual se compraz em dizer que, ao menos, as suas mãos estão limpas, não cheiram a azinhavre e que nunca teve o desgosto de ser obrigado a responder a imputações contra a sua honra.

A insolência desta natureza, Sr. Presidente, só se pode responder, ou pelo desfôrço violento da reação pessoal, ou, como agora me é dado praticar, travando do meu agressor, para fazer dêle um meio de confundi-lo, de aniquilá-lo.

É certo que tive o desgosto de sofrer imputações contra a minha honra, em uma época em que, como homem de Governo, ocupava uma situação que não desejo aos meus piores inimigos.

Tínhamos mudado as instituições dêste país, tínhamos substituído um regímen por outro, tínhamos

derribado um trono e fundado uma República; e naturalmente se tinha levantado contra nós uma tempestade, um oceano de interesses. E transpusemos êste oceano, e vencemos essa tempestade, sem corromper a ninguém, sem semear dinheiro, sem espalhar o suor dos contribuintes, deixando à imprensa tôda a liberdade antiga para nos atacar francamente.

Não procuramos levar aos órgãos de publicidade o veneno da corrupção política e administrativa.

Atravessamos êsses mares revoltos, confiados unicamente em Deus, no nosso trabalho e no amor à nossa terra.

É natural que, não procurando de parte alguma defensores — pois que não os solicitamos, não os buscamos, não os corrompemos, — é natural que passando por cima de todos os interesses, quando os interesses particulares se antepunham ao dever e ao interesse público, fôssemos alvos das maiores invenções, das maiores calúnias, das imputações mais vis.

Tenho a satisfação, porém, de haver provocado tôdas, de haver encarado uma a uma, de não haver deixado nenhuma sem resposta, quer desta tribuna, quer da grande tribuna da imprensa, em face do meu país inteiro, sem que nunca tivesse chegado a corar, senão de vergonha pelos meus difamadores.

O SR. PINHEIRO MACHADO — Muito bem

O SR. RUI BARBOSA — Sr. Presidente, essas acusações foram articuladas na primeira era, da República, nos seus primeiros anos e chegaram à sua culminância em 1890-1891.

Em 1892 já não era eu govêrno, já não exercia função pública, já estava acumulado e entregue à exploração dos maus todo êsse imenso material de fábulas vergonhosas contra mim urdidas. E, entre-

tanto, o Sr. José Joaquim Seabra me dedicava uma obra sua, um folheto, onde reunira os seus discursos proferidos à sua volta do exílio, nestes termos sole-
nes: "Ao bom e excelente amigo, ao ilustre patricio, ao primeiro dos brasileiros vivos, o Exmo. Sr. conselheiro Rui Barbosa, oferece o autor."

De tal modo, da consciência do Sr. Seabra, eu saíra puro e vitorioso do fundo dessa tempestade de invenções caluniosas contra a minha honra.

Houve mais tarde um homem que assumiu altamente a responsabilidade pública desses insultos. Era em 1896, às vésperas da eleição que devia renovar o meu mandato ou cassá-lo. Uma acusação tempestuosa, retumbante, levantou-se na tribuna da Câmara dos Deputados por um meu contrerrâneo, que ia competir comigo na luta, que ia disputar comigo nos comícios da Bahia o diploma de Senador — o Senhor Zama.

Respondi-lhe como o país bem sabe, por um discurso histórico, onde trouxe a público a minha vida mais íntima, documentada, aberta como um livro exposto à sindicância de uma comissão verificadora. (*)

No dia seguinte a Bahia me reenviava ao Senado por cerca de 100.000 votos e o Sr. Seabra, às vésperas desse triunfo eleitoral, me escrevia nestes termos:

"Bahia, 26 de outubro de 1896." (O meu discurso fôra proferido a 13 desse mês e chegara à Bahia). "Ilustre Mestre e excelente amigo, Exmo. Sr. conselheiro Rui Barbosa." *Ilustre mestre e excelente amigo!!*

"Almejo a V. Ex., bem como à excelentíssima família, a quem tenho a subida honra de cumprimentar.

(*) V. *Obras Seletas*, II — Tribuna Parlamentar (República) — Rio, 1954 — p. 279 — (Discurso de 13 de outubro de 1896).

robusta saúde e mil outras prosperidades. Permita que o abrace apertadamente pelo triunfo alcançado contra o vil caluniador; o golpe que vibraram teve efeito contrário; não pode imaginar a extensão da popularidade de que tão justamente está gozando em nossa boa terra.

"Pelo que escrevi logo que aqui cheguei e pelos meus telegramas deve estar informado do que por aqui se tem passado. . ."

Em face da síntese que o Sr. Zama fêz de tôdas as imputações levantadas neste país contra a minha honra, o Sr. Seabra me escrevia *abraçando-me apertadamente* pelo meu triunfo contra o vil caluniador! Contra quem desce agora êste estigma manejado pelo Sr. Seabra?

E depois, as relações de S. Ex. comigo continuaram a ser as mesmas; pude ser o seu candidato, em 1904, ao govêrno da Bahia; pude merecer que S. Ex. ainda hoje, na sua defesa pública, viesse confessar ser o meu nome aquêlê que na sua cédula para a eleição presidencial merecera o seu voto.

Ainda a 25 de julho de 1903, o Sr. Seabra me escrevia: "Eminente Mestre e bom Amigo Dr. Rui Barbosa — Tenho o prazer de enviar-lhe o incluso telegrama. Abraça-o sincera e efusivamente pelo justo entusiasmo que está produzindo na nossa Bahia e em todo o País a apresentação de sua candidatura a governador do nosso querido Estado, tão abastido atualmente."

Senhores, julgo poder concluir esta longa palestra satisfeito, convencido intimamente de haver reduzido a pó as agressões indignas de que fui alvo. Ponto por ponto as deixei rebatidas, e, sinto-me feliz por poder fazê-lo com os documentos que o meu próprio agressor, de um modo tão extraordinário, me deixou preparados.

Após as imputações contra a minha honra, o Sr. Seabra ainda me considerava como o maior dos brasileiros vivos, e qualificava de vil caluniador o homem que me havia ofendido, esposando as imputações contra a minha honra. Depois, em seguida ao fato trazido por êle a público, como demonstração da minha indignidade nas relações com o governo do Senhor Rodrigues Alves, outros documentos fornecidos pelo mesmo Sr. Seabra demonstram que a sua consciência me fazia justiça, que tôdas essas injúrias são invenções de última hora, criadas no fundo de sua alma, por paixões ruins, de que há de acabar envergonhando-se profundamente, ou entregando-se a essa Némesis da consciência, que não falta senão às almas completamente perdidas e que, acredito portanto, ainda há de acordar na do ex-Ministro do Interior, para me vingar completamente contra a sua maldade. *(Muito bem; muito bem! O orador é cumprimentado e abraçado por muitos Srs. Senadores.)*

ENCERRAMENTO DO CONGRESSO NACIONAL

Sessão em 31 de dezembro de 1907 ()*

O SR. PRESIDENTE (Rui Barbosa) — Está aberta a sessão.

O SR. BARATA RIBEIRO — Sr. Presidente. Fui encarregado pelos meus colegas da comissão de recepção da Embaixada Rui Barbosa de dar conta ao Senado do modo pelo qual nos desempenhamos daquela honrada missão.

Considerou o Senado que para dar maior solenidade à manifestação dos seus sentimentos, devia abrir aí uma exceção às praxes, representando na sua comissão todos os Estados da República Brasileira, como que para significar ao recém-vindo o aplauso nacional, que de há muito assinala, de modo inequívoco, a vitória dos seus talentos e de suas elevadas qualidades morais, e ostentar ao mundo sua admiração pelo grande brasileiro que conquistara para a história pátria uma glória imortal.

A Comissão do Senado, Sr. Presidente, exulta em afirmar a esta assembléia que sua voz se confundiu no eco com que as alegrias populares saudavam o seu notável vice-Presidente, e seja-me lícito acrescentar agora algumas palavras, que me permitem a serenidade dêste momento, e com as quais, estou convencido, registrarei nos Anais desta Assembléia, não só os sentimentos da Comissão do Senado, mas os do próprio Senado, e os do país inteiro.

(*) Sessão Solene de Encerramento da 2ª Sessão Ordinária da 6ª legislatura do Congresso Nacional.

Parece ao prescrutar-se os resultados da Conferência de Haia que mais uma ilusão se perdeu para as alegrias do mundo, quando é certo que uma esperança surgiu para as glórias da civilização moderna. E o apóstolo da grande obra, o oráculo da religião sublime da igualdade do direito, que lá ficou triunfante, como o dogma do evangelho do futuro, foi o vice-Presidente do Senado, foi o embaixador do Brasil. A ele cabe a glória de ter proclamado naquele areópago de nações poderosas e fortes, que o Brasil é o oriente da liberdade americana, afirmando perante o século, cujas portas descerrou êsse notável acontecimento de influência universal, que a força deve ceder o passo ao direito, à razão e à justiça.

Foi êle quem lá foi dizer que a soberania é a igualdade, e que a igualdade legitima o direito de cada povo à defesa do patrimônio nacional adquirido, conservado e aumentado pelos seus próprios esforços. Foi êle que lá foi dizer que a civilização para que caminha o mundo e a felicidade a que aspira a humanidade, nem se podem fazer com as supremacias dos fortes, nem com as lágrimas dos vencidos, mas hão de assentar na base larga do trabalho harmônico de todos os povos, cada qual maior pela maior soma de direitos e liberdades que tenha conquistado e cultive, e dois quais colha flôres e frutos.

Foi êle quem lá foi dizer que o bem estar do mundo depende do renascimento da doutrina do amor e da fraternidade de todos os homens pregada por um grande filósofo que a exemplificou com seu próprio sacrificio baseada no espírito de todos os direitos e na consagração de tôdas as liberdades, afirmando que o Brasil, na vanguarda da civilização americana, disputava, se não a posição que lhe compete pelas suas próprias condições, ao menos a primazia de ter apontado a essa parte do mundo novo o caminho para a conquista da paz. E deve aprazer-nos confessar que tôda a glória que à Nação couber na realização dêstes postulados, os beneficios que venha a colher em futuro mais ou menos remoto deve-os o Brasil ao trabalho hercúleo de seu embaixador, ao poder incomensurável do talento dêsse homem extraordinário, que se multiplica para dar combate onde se trava a luta por um princípio liberal; dêsse apóstolo da civilização do futuro, que traz na sua tradição gloriosa as mais renhidas batalhas pelos direitos do povo; na sua tradição intelectual, os mais inextinguíveis documentos, e na sua tradição moral a fé de ofício de que é um invencível.

Não poderia o Senado recebê-lo em silêncio, sob o peso das praxes regimentais, quando se alvoroça a alma da Nação ao vê-lo perto de si. E se a palavra que vos fala não tem encantos de eloquência nem fulgores de talento, tem, deveis senti-lo, os acentos das grandes emoções.

Nem isso deve espantar. Nas memoráveis concepções da arte, apagam-se os baixos relevos para destacar-se a figura proeminente que se pretende impor à admiração.

Falando em nome da Comissão do Senado para traduzir o seu pensamento, não me podiam fascinar a pretensão de ostentar qualidades que não possuo, nem de dar à minha palavra realce a que não posso aspirar, limitando-me, como o mais obscuro membro desta assembléia e daquela Comissão, a apresentar ao embaixador Rui Barbosa as homenagens do Senado, com os votos da sua mais solene admiração. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. PRESIDENTE (Rui Barbosa) — Srs. Senadores e Deputados. A fortuna, que com tanta liberalidade me acompanhou na missão à Conferência de Haia, coroa agora generosamente os seus favores, dando-me o ensejo de presidir ao encerramento do Congresso Nacional. Êste último contacto, na sessão que nos separa, com as câmaras legislativas, de cujo seio me apartei, constrangido, quase nos primeiros dias dêste ano parlamentar, para as dificuldades dessa embaixada, me proporciona ocasião de receber, nas manifestações excepcionais, com que acabais de honrar-me, a aprovação calorosa e absoluta da legislatura federal, após as das legislaturas estaduais, que o telégrafo me transmitiu à Europa, aos atos do representante do Brasil na grande assembléia internacional, onde pela primeira vez se reuniram todos os Estados constituídos e soberanos do mundo.

Ora, tendo-me achado sempre, Senhores, em todo o decurso dessa tarefa, na mais íntima e cordial harmonia com o Govêrno da Nação, pelo Presidente da República e pelo grande Ministro a cujas mãos em tão boa hora se confiou a guarda dos interêsses bra-

sileiros nas Relações Exteriores, e havendo a opinião pública, no país inteiro, significado, com uma unanimidade e um entusiasmo de que em nossa história não há exemplo, o seu apoio geral, decidido e fervoroso à nossa atitude na Segunda Conferência da Paz, temos assim um caso, talvez sem precedentes entre nós, da solidariedade perfeita e da identificação universal do povo, da nossa grande família política, da sociedade em tôdas as suas camadas, em tôdas as suas classes, com os órgãos supremos da autoridade constitucional.

Este sucesso realmente extraordinário, se por um lado, tranqüiliza e lisonjeia com o mais legítimo prazer os responsáveis pela orientação da nossa política no parlamento da humanidade, por outro, nos anima seriamente com relação à nossa Pátria, nos descobre novos elementos de confiança no seu futuro, dando-nos a ver de que excelentes condições é capaz a nossa nacionalidade, uma vez despertada por bons estímulos, para essa união de aspirações e sentimentos, na região superior da justiça, do merecimento e da verdade, que deve ser o alvo de toda a política republicana, se quisermos extrair dêste regímen os benefícios, de que é suscetível, e beber inspirações de verdadeiro patriotismo no sério desejo de recomendar a nossa terra à consideração do mundo, para assentar nessa consideração as bases de um trabalho eficaz ao nosso desenvolvimento.

Quando se considera, com efeito, de longe, Senhores, à luz que vem do alto, o Brasil, tamanho no seu território, tamanho na sua natureza, tamanho mesmo na sua população, tamanho até nos sinais de capacidade que vai dando, tamanho ainda no entusiasmo, na generosidade, na tendência para o ideal, no sentimento da honra comum, e se vê girar essa

bela esfera luminosa na órbita acanhada e rasteira das atrações e repulsões individuais, eternamente dividida, maculada e flutuante à mercê das guerrilhas da ambição, da inveja, do mau espírito de partido, deveras se sente, com lástima e com horror da parte de cada um de nós, neste mal inveterado, quanto malbaratamos da opulenta herança com que a liberalidade da Providência nos dotou na partilha do mundo. (*Muito bem*).

Mas, de outra parte, e por isso mesmo, Senhores, quando assistimos a dias como os das nossas datas memoráveis na Conferência de Haia, a dias como o de hoje, de confraternização entre todos os brasileiros, de fusão de tôdas as diversidades em uma só vibração moral, de comunhão de todos os corações em um só pensamento, nobre, humano, afinado com a verdade, com o direito, com o patriotismo, em uma só manhã se nos figura crescermos todo um século; porque percebemos que, para nos adiantarmos ao tempo de crescimento da nossa grandeza, basta que uns aos outros nos conheçamos, basta que nos queiramos uns aos outros, basta que uns para com os outros guardemos justiça, respeito, caridade, sentindo que, partículas de um grande organismo vivo, quando mutuamente nos destruirmos, a nós mesmos nos destruímos, destruindo o corpo de que somos a carne, o espírito e a vida. (*Muito bem; muito bem*).

Tais, Srs. Senadores e Deputados, as impressões, com que, durante a conferência, eu tinha os olhos constantemente fitos em nossa Pátria, no futuro da qual voltei mais crente do que nunca; e se elas harmonizam com as dos espíritos superiores que ornaram esta assembléia, como acredito, nutro a esperança de que, com o nosso comparecimento à grande assembléia de Haia, além de havermos contribuído para ci-

vilizar a guerra entre as nações, teremos lucrado também uma disposição de ânimo favorável à civilização dos costumes na política interior do Brasil.

Ligando esta expressão à fisionomia desta solenidade, creio, Srs. Senadores e Deputados, com o testemunho do meu reconhecimento sob uma forma condigna das honras que recebo, ter interpretado os vossos sentimentos com a mesma fidelidade, com que, no desempenho da comissão de Haia, servi às vossas convicções, manifestas nos aplausos com que sagrastes os meus atos e nas distinções com que acolheis a minha volta. (*Muito bem; muito bem. Aplausos, Prolongadas salvas de palmas*).

Senhores. A presente sessão legislativa, iniciada em 3 de maio, foi, entretanto, prorrogada até hoje para que pudessem ser ultimados os trabalhos que reclamavam os diversos ramos da administração pública, e principalmente os da organização dos orçamentos.

Durante o longo período que hoje finda, foram enviados por uma e outra Casa do Congresso ao Senhor Presidente da República 213 decretos ou resoluções dos quais dois foram vetados: um mandando considerar por atos de bravura a promoção ao posto que tem o capitão de cavalaria Marcos Teles Ferreira e outro mandando contar pelo dôbro do tempo de serviço os oficiais e praças do Exército e da Armada que fizeram parte das forças mantidas no Paraguai depois de terminada a guerra nessa República.

Foi também promulgada, *ex-vi* da Constituição, o decreto a que fôra oposto o veto, não aprovado pelo Congresso, autorizando o Governo a conceder uma pensão de 200\$ mensais à viúva e filhas solteiras do capitão de mar e guerra Francisco Romano Stepple da Silva.

Entre os atos legislativos emanados do Congresso, figuram certamente, em avultado número, os de mera munificência mas alguns são de reconhecida importância e satisfazem necessidades públicas. Entre estes podem ser mencionados os que se referem às nossas relações internacionais representadas em tratados e convenções sujeitos à nossa aprovação; o que revoga a disposição do art. 2º, § 36 das Preliminares da Tarifa das Alfândegas; o que regula o sorteio militar e reorganiza o exército; o que regula o direito das sucessões; o que autoriza o Govêrno a promover a fundação de um banco agrícola destinado a fornecer à lavoura o auxílio de capitais e de crédito; o que autoriza a cunhagem de moedas de prata de 2\$, 1\$ e \$500; o que cria o Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos, e muitos outros que figuram na relação junta, onde igualmente vão mencionados os créditos votados no correr do ano.

Foram reconhecidos e tomaram assento:

No Senado, os Srs. Jônatas Pedrosa, pelo Amazonas; Lauro Müller, por Santa Catarina; Francisco Sales, por Minas Gerais; Joaquim Murtinho, por Mato Grosso; Vitorino Monteiro, pelo Rio Grande do Sul; Oliveira Valadão, por Sergipe; Vieira Malta, por Alagoas; Meira e Sá, pelo Rio Grande do Norte.

Na Câmara dos Deputados, os Srs. Sampaio Marques, por Alagoas; Manuel Bonfim e Josino de Meneses, por Sergipe; Virgílio de Lemos, pela Bahia; Penido Filho, Domingos Pena e Josino de Araújo, por Minas Gerais; Oliveira Botelho, pelo Rio de Janeiro; José Murtinho, pelo Distrito Federal; Soares dos Santos e Nabuco de Gouveia, pelo Rio Grande do Sul.

Renunciaram o mandato os Deputados: Paula Ramos, por Santa Catarina, e Inácio Tosta, pela Bahia.

Faleceram os Senadores: Joaquim Catunda, que por muitos anos exerceu o cargo de 1º Secretário do Senado e representava o Estado do Ceará, e Pedro Velho, que também por muitos anos exercia o mandato de Senador pelo Estado do Rio Grande do Norte.

É com a mais profunda mágua que me refiro a essas tristíssimas ocorrências, porque estão bem presentes ao nosso espírito os serviços dos ilustres republicanos, alvos de gerais e merecidas simpatias em uma e outra Casa.

A Câmara dos Deputados realizou uma sessão secreta para resolver sobre o trata do de limites e navegação com a República de Colômbia.

O Senado fez também sessões secretas, em 16 de maio, para aprovar a nomeação que o Governo se dignou de fazer do seu embaixador na Conferência de Haia; em 28 do mesmo mês, para deliberar sobre a proposição da Câmara relativa à convenção assinada em Haia a 29 de julho de 1899, sobre conflitos internacionais; em 20 e 21 de junho, para deliberar a respeito do tratado de limites entre o Brasil e a Guiana Holandesa; em 5 de novembro, para aprovar a nomeação do Dr. Pedro Augusto Carneiro Lessa para juiz do Supremo Tribunal Federal e a Convenção Internacional Radiotelegráfica de Berlim, celebrada em 3 de novembro de 1906; e em 28 de dezembro, para resolver sobre as proposições da Câmara dos Deputados e relativas, uma ao tratado de limites entre o Brasil e a Colômbia, assinado em Bogotá em 24 de abril do ano corrente, e outra ao firmado nesta Capital pelos representantes da 3ª Conferência Internacional Americana, aderindo à Convenção Sanitária Internacional de Washington.

Em virtude de deliberação das duas Câmaras, provocada por um convite da dos Deputados, foi no-

meada uma Comissão mista incumbida de continuar o estudo relativo ao montepio dos funcionários civis e militares. A Comissão ainda não apresentou o seu trabalho.

A Receita geral da República para o futuro exercício é orçada em 75.279:380\$887, ouro, e em 258.979:900\$, papel. A destinada a aplicação especial, em 16.214:333\$334, ouro, e 12.237:500\$, papel que serão realizadas com o produto do que fôr arrecadado dentro do exercício da mesma lei.

A Despesa Geral também para igual período é fixada em 329.470:857\$314, papel, e 65.625:251\$945, ouro, distribuída pelos Ministérios, da seguinte forma:

Justiça etc. 35.267:250\$442, papel, e 10.700\$, ouro.

Relações Exteriores 2.406:499\$436, ouro, e ... 1.809:800\$, papel.

Marinha 36.006:256\$135, papel, e 8.541:662\$434, ouro.

Guerra 59.817:173\$570, papel, e 110:000\$, ouro.

Indústria etc. 88.223:188\$729, papel, e 9.155:307\$622, ouro.

Fazenda 29.186:849\$069, ouro, e 88.848:818\$868, papel, e a aplicar a renda especial na soma de 16.214:383\$334, ouro, e 18.498:369\$570, papel.

São estas, Senhores, as informações que a deficiência de tempo permite que eu vos preste ao ter a honra de presidir a nossa última sessão.

Saúdo-vos e declaro encerrada a 2ª sessão da 6ª legislatura.



HOMENAGEM DOS SENADORES

Terminada a sessão, no gabinete do vice-Presidente do Senado, recebeu Rui Barbosa significativa manifestação de seus pares. Falou em nome dos senadores do general Francisco Glicério, cujo discurso foi resumido pelo *País* de 1º de janeiro nos seguintes termos:

«Como um dos poucos sobreviventes dentre os membros do governo Provisório, onde teve por companheiro aquêle que neste momento recebe os agradecimentos do país pelo serviço notabilíssimo que lhe acaba de prestar, justo era que lhe coubesse a honra de ser o intérprete dos ofertantes do mimo de que ia fazer entrega. (*)

«Aceitasse o notável brasileiro aquêle mimo dos seus colegas como preito de homenagem ao seu talento fulgurante, à sua ilustração incomparável, à sua integridade moral, mais uma vez sobejamente provada.»

A êsse discurso respondeu Rui Barbosa, segundo o resumo publicado pelo *País* de 1º de janeiro de 1908, com as seguintes palavras:

«Começou S. Ex. aludindo à circunstância lembrada pelo Sr. Glicério de terem sido ambos membros do governo provisório e referiu-se a essa fase da vida republicana do Brasil em termos que denunciavam saudosas recordações.

«O atordoamento em que já o lançaram as sucessivas e repetidas honras e distinções, cada qual mais imerecida, com que tem sido cumulado desde o momento que de novo pisou o solo querido da pátria, mal lhe permitia encontrar palavras que imperfeitamente lhe exprimissem as emoções já esgotadas nas suas fontes tal a maneira por que tem sido obrigado a despendê-las.

(*) Numa caixa de veludo *grena* forrada de cetim amarelo, um belo cartão de ouro, medindo mais ou menos um palmo de longo por meio de largo com os dizeres: «BRASIL — HAIA — 1907. Ao preclaro senador Rui Barbosa, homenagem de admiração e respeito dos seus colegas.»

«Na sua delicada oração, porém, o senador Glicério feriu um ponto importantíssimo que lhe punha a alma em vibração, quando falara na integridade moral daquele que tivera a fortuna de representar o Brasil na Haia.

«Em representações como essa a integridade moral do representante é tudo. A inteligência é coisa vulgar, como vulgar é a ilustração. Não conseguem feitos de valor, nem triunfos duradouros a inteligência e a ilustração, se não têm por escudo, na fonte de inspirações, por diretora, a integridade moral, a inteireza de caráter. É nessa inteireza, nessa integridade, que o combatente em campanhas da natureza das que se travaram em Haia encontra a força de que precisa para vencer, força que é a da verdade, a das convicções profundas.

«É estribado nessa integridade que o lutador, desconfiado da sua fraqueza, consegue ter confiança na causa que defende e torná-la vitoriosa. Foi essa integridade moral que nunca o abandonou em momento algum da sua vida por vezes agitada, que ainda lhe deu energia para atravessar os momentos difíceis, que não faltaram na conferência de Haia, para conquistar para o Brasil a glória, que ele imerecidamente atribuiu aos dotes de inteligência, que porventura existam naquele que teve a honra de merecer a sua escolha para representá-lo na grande assembléia da paz.

«Era-lhe, portanto, grato ter ouvido do intérprete dos seus ilustres colegas, aos quais assegurava perene gratidão, a referência que fez à sua integridade moral.»

ANEXOS



ANEXO I

BRINDE A PINHEIRO MACHADO



BRINDE DE RUI BARBOSA AO SENADOR PINHEIRO MACHADO

No banquete político de 7 de maio de 1907

Senhores,

Escusadas e inúteis são, a meu ver, as manifestações da palavra, quando as do coração humano assumem, pelo concurso das multidões e pela evidência das impressões coletivas, a forma numerosa, comunicativa e eloqüente da saudação, com que, hoje, ao volver à cena dos seus trabalhos parlamentares, o Senador Pinheiro Machado se viu receber pelo ajuntamento popular desta manhã e pela seleta reunião de agora.

Desempenhando-me, pois, da incumbência, que me confiaram, de dar, pelos seus amigos, as boas vindas ao ilustre homem de Estado, não caberá espriar-me numa dessas alocuções políticas, mais ou menos amplas e solenes, das grandes ocasiões, mas apenas traduzir, com a menor contribuição possível de frases e a singeleza própria das verdadeiras expansões da alma, os sentimentos de afeto, de admiração, de entusiasmo, de solidariedade política e devoção pessoal (*bravos, muito bem*), com que os seus amigos até ontem o acompanhavam de longe, e hoje o vêem tornar ao seu seio, retemperado e vigoroso.

A nossa amizade de confunde com o nosso patriotismo na profunda satisfação com que vemos crescer constantemente essa grande autoridade, êsse

prestígio extraordinário, que lhe envolve o nome, exercendo-se do modo mais benfazejo, quer na esfera local dos interesses do seu Estado, quer na dilatada órbita das grandes questões nacionais.

Tão feliz nas lides e nos problemas da paz, como nas dificuldades e conflitos da guerra, êle triunfa sempre, com a mesma facilidade e a mesma segurança, com a mesma intrepidez e a mesma arte, com a mesma estrêla e o mesmo fulgor, nos campos de batalha ou na arena dos partidos. (*Muito bem*).

Verdade é que se lhe não oferece agora o ensejo de brilharem as qualidades superiores do chefe. O momento se desenha inteiramente pacífico nos horizontes da política nacional. Um Govêrno que rapidamente vingou a distância das grandes promessas aos grandes serviços (*muito bem*) abre a largos passos uma época de renovação e confiança. Atestando-nos a seriedade dessa estrêia, a Mensagem presidencial, que há quatro dias ouvimos, é um título de altos compromissos garantidos por notáveis realidades, que reergue o espírito público e lhe descerra novas perspectivas de futuro. (*Aplausos*).

Nem por isso, entretanto, era menor a ansiedade com que esperavam o benemérito brasileiro, ou foi menos viva a efusão com que o abraçaram hoje, os que se habituaram a ver nêle não só um guia de raro tino entre as incertezas políticas, mas ainda uma dessas úteis reservas de energia moral, concentradas numa individualidade robusta e poderosa, para as quais as nações democráticas dirigem a vista confiadamente, quando consideram no seu porvir. (*Aplausos prolongados*).

Ao Senador Pinheiro Machado, portanto, ao nosso caro amigo, ao benemérito chefe republicano. (*Salva de palmas, vivas*).

ANEXO II

MISSÃO DE HAIA

Banquete de Despedida



BANQUETE DE DESPEDIDA

Em 20 de maio de 1907

I

BRINDE DO SENADOR PEDRO VELHO

Meu Senhores,

Incumbiram-me de trazer ao Senador Rui Barbosa, com os votos da nossa estima e do nosso respeito, a expressão da nossa saudade, nesta hora de solene despedida.

Vai mais uma vez servir a pátria — e agora em terra estranha — representando-a numa assembléia que há de atrair a atenção do mundo inteiro e onde, por honra da humanidade, se devem debater os mais graves interêsses da vida das nações, porfiantes no empenho de acharem solução ao problema da paz; vai levar o contingente de sua admirável cultura jurídica e dos seus sentimentos de fraternidade cristã ao seio da Conferência Internacional de Haia — aquêles mesmo que, na terra natal, em tôda a sua vida de homem público, já hoje consagrada por um longo tirocínio, fecundo e brilhantíssimo, sempre apostolou com denodo a liberdade, por amor da liberdade, sempre galhardamente defendeu a justiça, por amor da justiça!

E se alguma coisa nos pode mitigar e arrefecer o pesar do afastamento do querido amigo e sábio mestre, é a tranquillidade e desvanecedora segurança de que, naquele congresso de sumidades que, representando a consciência culta dos povos modernos, anseiam por tornar o direito mais forte do que a força, o nome do Brasil e a sua honra e os seus créditos terão por zelador e guarda um espírito que é o mais enérgico protesto contra os maldizentes da nossa raça, o mais eloquente testemunho de que a mentalidade latina tem asas para voar aos mais altos píncaros da razão humana.

Senhores: Se alguém pode, a justo título, orgulhar-se de ser entre os seus concidadãos um homem eminente, tendo

chegado à culminância do renome e ao apogeu da fama sem haver jamais requestrado o favor da opinião, é aquêle cuja próxima ausência sugeriu êste adeus coletivo e sincero de seus admiradores e amigos.

A hegemonia de sua inteligência, capaz de especializar-se e luzir em tôdas as modalidades do saber humano, constituiu um longo reinado de quase quarenta anos, bendito reinado que se exerceu patrocinando as melhores causas da democracia. É assim que o vemos demolindo a escravidão, e com ela a realeza, para colaborar com os velhos propagandistas na fundação da República; dessa República sob cuja bandeira se arregimentou e a cujo culto, ainda fervente como na primeira hora, se dedicam, não só os legionários que lhe foram paraninfos no advento glorioso, como essa geração entusiástica de moços, que lhe montam guarda com lealdade e firmeza; dessa República de cuja obra ainda nos sentimos altivos e felizes e que segue a sua marcha triunfal, sob o olhar carinhoso e vigilante de todos os que aceitamos as responsabilidades de sua proclamação inevitável e de sua estabilidade indestrutível.

Mas — voltando a Rui Barbosa — em suas mais perigosas e ásperas pelejas as suas armas foram sempre as da razão, a tribuna o seu pôsto predileto de combate; e nos comícios, na imprensa, no parlamento ou no pretório, não sabemos o que mais admirar nas manifestações daquele talento privilegiado: se a peregrina formosura da forma, se a nobre elevação do pensamento, se o profundo saber, se a opulência inextinguível no externá-lo.

Entretanto, esta eminência não conseguiu empalidecer nem velar a nativa e encantadora bondade do seu trato pessoal e íntimo, que, sem nenhum artifício, espontânea e descuidosa, consegue avassalar os corações mais rudes e mais esquivos às doçuras da cordialidade.

E quando, Senhores, ao esplendor da inteligência destacar-se se associa a delicadeza afetiva, que é o perfume da vida; quando, a par das energias que abroquelam contra a prepotência, se cultiva a piedade pelos humildes e pelos oprimidos; quando as largas vibrações do amor da pátria não excluem a consoladora placidez do lar e da família, o homem tem realizado o supremo ideal da vida intensa e feliz.

E assim é — sem lisonja me desvanço de reconhecer e proclamar — o temperamento, a feição, a essência moral do ilustre compatriota a cujos méritos aqui vimos render esta justa homenagem.

II

RESPOSTA DE RUI BARBOSA

Senhores,

As palavras de maravilhosa eloquência, em que me acaba de saudar o vosso órgão, o orador admirável, cujos acentos vos comoveram, o meu caro e bom amigo Senador Pedro Velho, essas generosas palavras são jóias derramadas de um vaso de ouro. Na pureza da sua ressonância sentiam-se cair do seio da amizade, onde o coração as criara da substância de si mesmo, espontânea e misteriosamente, como costuma, as lapidara, as cinzelara, as floreara, singelas e rutilantes, para abrirem o sorriso das riquezas da alma na melancolia desta separação. A minha saudade vos agradece, do fundo da sua tristeza, êsse manto de estrêlas e azul, com que a vossa bondade e as vossas esperanças agasalham o espírito preocupado e vacilante do companheiro que se ausenta. Assim as nossas noites, as noites criadoras do trópico, estendem o consôlo celeste da sua meiguice e da sua resplandecência sôbre os amargores e as lágrimas da terra.

Mas por entre essa doçura que reanima e vivifica suavemente, a consciência me encara com sobressalto os escolhos da responsabilidade, que a escolha de um Govêrno patriótico me impôs, e a que o entusiasmo da vossa confiança ainda mais pesadamente me sujeita. Com essa responsabilidade, franca e abertamente vos declaro, não me creio com fôrças para arcar. Se, porém, algum dia as sentir despertarem-me no ânimo, até agora desarmado pelo receio, não as deverei senão a êsse ambiente de estímulo e energia, em que as vossas simpatias e a vossa solidariedade me envolvem.

O indivíduo, fraco e trepidante, assume outra natureza, espera, enrija, cresce, triunfa, quando uma vasta comunhão de vontades e afeições o cobre das suas bênçãos, o circunda com a sua fidelidade, o arma do seu talismã. Eu não tenho outro viático para essa empresa. Necessário é que este círculo se amplie, que em torno ao da família política se dilate o do sentimento nacional, o da benevolência dos nossos cidadãos todos, para que desta influência penetrante resulte ao mesquinho instrumento de um nobre povo neste concêrto universal a coragem da sua missão, o vigor do seu cargo, a inspiração do seu mandato.

Como, de outro modo, como ousaria eu, sem nome e sem valia, acercar-me daquele cenário deslumbrante, onde se vão juntar, representados pelos seus homens de eleição, todos os governos do mundo civilizado? Modesto é o papel do Brasil naquele convívio incomparável. Modestíssimo será o lugar dos seus delegados. Mas essa modéstia tem uma dignidade peculiar, nos seus deveres estritos de vigilância pelos interesses da nossa nacionalidade, devoção aos do gênero humano, fraternidade com a nossa vizinhança continental, como homens, como brasileiros, como americanos.

Alguma coisa de providencial e divino sobressai nesse concílio ecumênico da civilização ocidental, na face daquela assembléia, que vai abranger em um só corpo deliberativo tôdas as nações organizadas. Não será, por certo, o sacrário, donde saia instantaneamente realizada a transubstanciação miraculosa da guerra na paz. Novas transações deixarão, sem dúvida, ao egoísmo dos interesses o quinhão preponderante no resultado. Mas os interesses, ainda egoísticos, não são de todo maus. Na esfera internacional tem sido justamente os interesses, que, obrigados a concessões mútuas, cada vez maiores, para se não destruírem de

todo uns aos outros, vão restringindo progressivamente o predomínio da força, e ensanchando o do direito. Os interesses dos homens servem involuntariamente à política de Deus.

Grandes exclusões mutilaram, na primeira conferência da Haia, a representação da humanidade atual. A segunda abre as portas de par em par a todos os povos dotados de instituições regulares. A influência, o peso, a ciência, a autoridade serão, entre êles, muito diversos. Os grandes empunharão, naturalmente, o cetro da majestade. Mas os menores terão, também, a sua voz e o seu voto no Parlamento das Nações.

Na magnificência da cena, a maior, até hoje, dos anais da existência intelectual do homem sobre o globo terrestre, outros concorrerão precedidos augustamente pela sombra dos séculos, règiamente coroados com os emblemas da glória e do poder supremo. Nós, entretanto, no plano inferior dos novos e dos fracos, não entraremos envergonhados e bisonhos, mas tranqüilos e conscientes; porque não iremos somente com o nosso território e a nossa natureza, mas com a nossa tradição e a nossa história, como um país que nunca exerceu a guerra senão em defesa da sua liberdade ou dos seus vizinhos, que tem resolvido pelo juízo arbitral ou pela ação diplomática as mais graves e inveteradas questões da nossa integridade, que engastou na sua Constituição a lei áurea do arbitramento, que não tem outra ambição, enfim, senão a de retribuir em respeito às Repúblicas suas irmãs o respeito que lhes merecer.

Basta, Senhores, já me alonguei em demasia. A emoção me afoga a palavra à hora iminente da partida. Um abraço, o meu reconhecimento, e meu coração pela carícia destas finezas, bálsamo santo para os espinhos da saudade.



ANEXO III
VISITA À BAHIA



VISITA À BAHIA

SAUDAÇÃO DO GOVERNADOR JOSÉ MARCELINO DE SOUSA NO
BANQUETE OFERECIDO EM PALÁCIO, A 24 DE MAIO DE 1907

A Bahia, mãe extremosa, não cansa de se rever nas glórias do seu filho idolatrado, glórias múltiplas manifestadas na tribuna, adquiridas na imprensa e conquistadas nas lições, quando êle como mestre pontifica no campo do direito.

E a mocidade, principalmente, que é o futuro desta terra e desta pátria não cessa de demonstrar-lhe as expansões do seu entusiasmo.

Ainda hoje, nos poucos momentos em que no seio desta terra veio reconfortar-se para conquistas, porventura de mais imperecíveis louros, na grande assemblêia internacional de Haia, todos assistiram a mocidade acadêmica entoar-lhe cânticos de júbilo, hinos de louvor, como glória que êle é desta terra, desta pátria e mesmo da raça latina.

Não posso, pois, deixar de, em nome do presente, levantar a minha taça em honra desta individualidade verdadeiramente excepcional, considerada como a culminância intelectual do país.

Assim, pois, em nome do presente e em nome do passado brilhante da Bahia, brindo ao conselheiro RUI BARBOSA, que, melhor do que qualquer baiano, concretiza e representa o brilho de suas tradições e o fulgor de suas glórias.

RESPOSTA DE RUI

Disse o Dr. José Marcelino que a Bahia, em relação a mim, não cessa de se rever num dos filhos mais distintos e estremecidos.

Essas palavras exprimem sentimentos que sobem de valor, têm duplo aprêço por serem proferidas

pelos lábios do ilustre baiano, cuja influência sobre os destinos de sua terra natal tem sido, principalmente nos últimos tempos, excepcional.

Filho da Bahia, dêste torrão bendito e abençoado, não devo a ela senão magnanimidade, não tenho outros títulos senão os que me concede o seu carinho maternal, hoje entregue ao benemérito e patriótico Governo do Dr. José Marcelino, cuja ação reparadora sobre a política nacional tem sido bastante fecunda.

Não é a política, entendida sob o culto de formas, não é a política reduzida a formas que pode elevar o nome da Bahia.

As formas podem salvar e elevar alguma coisa, quando representam idéias e tradições; as formas podem elevar alguma coisa, quando essas formas são grandes e devem ser consideradas como garantias dos direitos e liberdades.

Se as formas contêm vãos princípios e aparências sofisticadas, essas formas não podem ser respeitadas por que elas são apenas hipocrisias.

Assim elas significam e são recursos de ocasião para resistência aos grandes destinos de uma nacionalidade.

E, depois de declarar sentir não ser, no momento, possível falar com largueza sobre a política baiana, nem referir-se aos altos méritos do Dr. Araújo Pinho, em que êle e a Bahia viam um homem superior, capaz de ser o continuador da política econômica, digna e elevada do preclaro Dr. José Marcelino de Sousa, o conselheiro Rui Barbosa disse:

Quando hoje, ao chegarmos em frente a esta maravilhosa Bahia, contemplei o fino azul do seu panorama, a beleza imensurável de suas montanhas, os seus edifícios antigos, as suas catedrais históricas, eu senti, dentro em minh'alma, as reminiscências dos

meus primeiros anos, senti dentro em minh'alma a amarga doçura das coisas antigas e dizia-me o meu coração que Deus ainda há de reservar-me a fortuna de ver rejuvenescer de sua velhice a velha e gloriosa Bahia.

E, em seguida, afirmou levantar a sua taça em honra do digníssimo chefe da Nação, o conselheiro Afonso Pena, cujo governo se orientava pelos princípios de uma verdadeira política econômica, progressista e patriótica, cuja ação benfazeja estava sendo exercida por uma política mais brasileira e menos politiqueira.

Jornal de Notícias — Bahia, 25 de maio de 1907.



ANEXO IV

MANIFESTAÇÃO DOS BRASILEIROS EM PARIS



Alenio de Cima Barbosa.

MANIFESTAÇÃO

DOS BRAZILEIROS DE PARIZ

Em honra do

Ex^{mo} Sr. Conselheiro Ruy Barbosa

Embaixador do Brazil

Em HAYA

PARIZ 31 DE OUTUBRO DE 1907

PREAMBULO ✦ DISCURSOS



PARIS

IMPRIMERIE CENTRALE DE LA BOURSE. — ALCAN-LÉVY
117, Rue Réaumur 117

—
1907

Fôlha de rosto do opúsculo publicado em Paris contendo os discursos pronunciados por ocasião da manifestação dos brasileiros ao Embaixador Rui Barbosa — *Tamanho original* — Exemplar da coleção do Senhor Mário de Lima Barbosa, oferecido à Casa de Rui Barbosa.

<<

CASA DE RUY BARROSA
NºSinto demais
Minhas senhoras

>>

Meus caros patriotas

Esta expressão dos sentimentos que vos
ditarou esta generosa homenagem, não
sei o que mais me commora e que
mais vos agradeça: se a doce bondade
do pensamento que a inspira, se a
formosura da obra d'arte que o repre-
senta, se a eloquencia da palavra
que o traduz. O mundo está cheio
de oradores. Mas aquellas em cuja
voz se ouve o transbordar de uma alma
cheia de ideal, e de um coração cheio
de humanidade, são mais raras que as
gemmas dos thesours dos reis.

No meu caminho de Haya para o
Brasil esta reunião interpoz hoje uma
anticipação da patria, viva e presente
em vós entre os esplendores de Paris. Hoje
accentos do hymno que o nobre orador
acaba de entoar á perennidade della,
tudo a rimar surgiu de dentro de nós
mesmos, grande, límpida, radiante,
como um corpo celeste atravessando o
profundo horizonte azul donde o crepúsculo

1ª fôlha manuscrita do discurso pronunciado em Paris a 31 de outubro de 1907 (Documento do arquivo da Casa de Rui Barbosa).

MANIFESTAÇÃO DOS BRASILEIROS EM PARIS

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. DR. G. DE TOLEDO PISA.
MINISTRO DO BRASIL EM PARIS

Exmo. Sr. Embaixador,
Minhas Senhoras,
Senhores,

Os nossos distintos compatriotas aqui presentes tiveram a extrema gentileza de encarregar-me da grata tarefa, que aceitei gostosamente, de vir saudar o Exmo. Sr. Dr. Rui Barbosa pelo papel saliente que representou, e pelo brilho que deu ao nome do nosso País, na Conferência Internacional da Haia.

O nosso digno Embaixador honrou ali a alta cultura jurídica brasileira e o nosso invencível amor aos princípios do direito e da justiça.

Na reunião internacional, que acaba de encerrar-se, S. Ex^{sa}, nobilitou e elevou consideravelmente o nome da nossa Pátria.

A minha posição oficial me não permitiria a análise dos atos da Conferência, mesmo que, por ventura, os conhecesse a fundo.

A minha reserva se justifica ainda pelo meu sistemático respeito por uma sábia lei imperativa de lógica científica.

Tentada em vão pelas inteligências superiores de Bacon e Descartes, a codificação das leis da Filosofia Primeira só se operou em pleno século XIX graças à abundância de materiais científicos e à cerebração sem rival do fundador

da filosofia e da religião positiva. E uma das leis científicas e demonstradas dêsse código fundamental da razão humana, que se chama a Filosofia Primeira, ensina serem proibidas as construções subjetivas sem materiais objetivos, isto é, ser impossível formar juízos certos e seguros sem o auxílio de documentos reais. E até este momento não possuo dados suficientes sobre os trabalhos de conjunto da Conferência da Paz. O que sabemos, porém, sobre ela é que V. Ex^a, senhor Embaixador, procurou e conseguiu honrar e glorificar ali a nossa terra, e isso basta para comover profundamente e para reunir, em uma deliciosa síntese afetiva, os corações dos nossos compatriotas, nos quais a distância da terra natal afervorou o sagrado e nobre sentimento de patriotismo.

Parece aos não iniciados nos segredos da Conferência da Haia, que V. Ex^a teve ali uma dupla e delicada missão: combater produtos de concepções errôneas e falsas e sustentar o direito, a justiça e a moral.

Teve V. Ex^a de combater combinações, filhas de preconceitos internacionais, oriundos, talvez e principalmente, do orgulho material e intelectual, terrível moléstia humana, difícil de ser extirpada, mal profundo, que avassalou todo o continente europeu e que se propagou nos países novos da Nossa América, entregues, sem defesa, à ação dissolvante de uma crítica absoluta, que tudo podia destruir e nada podia reconstruir.

Na nossa grande e bela terra, destinada pela fatalidade histórica a exercer, em porvir não remoto, funções capitais na vida pacífica da humanidade, essa moléstia se alastrou de modo grave, quase pavoroso, gerando, em muitos moços ativos e operosos, um sistemático delírio intelectual, um frio ceticismo, essa verdadeira cárie do espírito, resultante de uma metafísica desregrada e perturbadora, exaltada e impudente nas suas ambições, grosseira e repugnante nas suas manifestações objetivas.

O orgulho intelectual, destruindo a veneração e atrofiando a simpatia, gerou um grave estado cerebral, que profundos observadores qualificam de imbecilidade do espírito, confirmando o ensino do meu ilustre mestre e amigo Ernest Lavisse, notável professor de história e atual diretor da Escola Normal Superior de Paris, quando afirma que: «les hommes d'esprit sont souvent des imbéciles.»

Recorrendo, no estudo das sociedades, ao método analógico, que tem sua aplicação desde a ciência biológica, podemos afirmar com segurança, como resultado de uma longa e escrupulosa observação, que essa moléstia terrível, que devastou a Europa, já decresceu sensivelmente, e tende cada vez mais a decrescer, com a lenta, mas real, penetração da moral nos domínios da política.

Efetivamente, temos feito progressos consideráveis e contínuos nos costumes sociais e políticos no correr dos tempos.

Para prová-lo, basta lembrar as transformações relativamente gigantescas operadas na moral européia, entre os congressos de Rastadt e da Haia, no curto período de pouco mais de um século. As lâminas dos punhais, que feriram os diplomatas de 1799, estão agora reduzidas, senhor Embaixador, a inofensivos dardos jornalísticos, manejados pela ignorância enfatuada e pela insolência normal às entidades subalternas e peculiar aos indivíduos incultos, sem os mais elementares dotes sociais e sem os mais simples preceitos fundamentais da educação moral.

Foi grande e incontestável o progresso realizado nos costumes e nos hábitos da sociedade européia, que é a nossa, no decurso dos últimos séculos, nos quais conquistamos uma larga e nobre tolerância.

Na vizinhança da sala dos cavaleiros, que tão gentilmente recebia agora os delegados de quase todos os países do mundo civilizado, há ainda traços do martírio de varões ilustres da história política dos Países Baixos. Aí se deram cenas trágicas e dolorosas da história da Holanda, que repercutem ainda na consciência delicada e sensível da posteridade.

É, pois, certo que mesmo a esclarecida pátria de Hugo Grotius não foi, no passado, o que ela é na atualidade.

Há mais de dois e meio séculos foi ela dura e injusta para com o fundador do direito internacional.

O grande vulto de Grotius, de precoce e bela inteligência, de nobre e elevada moralidade, de firme e enérgico caráter, o ilustre fundador do direito das gentes, viveu longos anos e morreu expulso, banido, proscrito da pátria holandesa, em pleno século 17, pelos raios da intolerância, sempre selvagem.

Vêde, entretanto a Holanda de hoje, tão carinhosa com a diplomacia, honrando os discípulos do grande mestre, que tanto lustre deu, dá ainda e dará sempre à sua pátria.

Quanto progresso realizado nos costumes!

Quanta tolerância conquistada para a expressão das mais altas emoções e para a manifestação de tôdas as idéias e pensamentos úteis ao bem da humanidade.

Já ganhamos muito, meus ilustres compatriotas, na aplicação da moral à política, mas ainda falta nos longos ciclos a percorrer para melhorar, como devemos, a áspera rudeza relativa da nossa vida social e política.

Quais as causas desta rígida dureza?

Uma delas é certamente o vivermos hoje sob uma constante preocupação material e quase exclusiva exaltação intelectual, sem a necessária compensação duma moral sistemática, nem o necessário contrapêso do culto das faculdades afetivas e simpáticas.

É este um estado verdadeiramente anômalo, doloroso e aflitivo, revelador de desequilíbrio cerebral, que tem uma imensa e perniciosa repercussão em tôda a vida social.

A nossa instrução incompleta e insuficiente, ainda que variada e erudita, é incapaz de ver no homem todos os fatores essenciais do equilíbrio pessoal e da harmonia social.

Quando a natureza humana é composta de três grandes modalidades, indestrutíveis e inseparáveis, o sentimento, que estimula, a inteligência que concebe e a atividade, que executa, exigindo cada uma a sua cultura relativa e proporcional, os homens mais notáveis e os estadistas mais conspícuos da política ocidental não percebem senão duas destas modalidades: a inteligência e a força muscular, com completo esquecimento da moral, cuja supremacia é essencial, é indispensável e imprescindível para a ordem privada, doméstica e social.

Grave e obscuro problema, senhor Embaixador, que havemos de resolver em nosso país, cultivando os três grandes aspectos — moral, especulativo e ativo — que caracterizam o organismo humano, se quisermos melhorar a nossa vida e exercer sobre o mundo uma benéfica influência no futuro.

E a moral não pode, em caso algum ficar em segundo plano, e muito menos ser esquecida.

Ela será sempre a primeira, sob pena de ruína completa das construções feitas, dos edificios levantados e das concepções arquitetadas sem a sua assistência, sem o seu concurso, sem a sua colaboração primacial e sem a sua supremacia constante e efetiva.

É a moral que dá vida e relêvo a tudo, que engrandece, enobrece e dignifica tôdas as concepções e todos os atos, desde o círculo modesto da vida íntima e doméstica, até a mais alta e vertiginosa esfera da vida social e política.

* * *

Nenhuma fórmula poderá jamais encerrar com maior clareza esta verdade do que a do fundador da religião humana e altruista, quando proclamou que a «simpatia e a síntese concorrem para formar e regular a sinergia», e quando ensinou que o homem deve pensar para agir e agir por afeição.

* * *

Figura conspícua de um congresso, que era um microcosmo, uma verdadeira miniatura do mundo social contemporâneo, V. Ex^a, Sr. Embaixador, notou sem dúvida, desde logo, com a sua habitual sagacidade, a modéstia, a polidez, a urbanidade, a humildade e outras virtudes sociais, dos representantes dos países mais vastos e poderosos do Extremo Oriente.

De um dêles, do representante do Japão, poderoso e triunfador ouviu V. Ex^a, palavras de moderação, de modéstia e de grandeza moral, nas quais afirmou que o amor da sua pátria pela humanidade foi provado por três séculos de paz ininterrompida; grande homenagem à ordem humana por parte de um país que põe a felicidade eterna e serena da paz muito acima da glória turbada e passageira da guerra.

Belo e nobre o exemplo de virilidade nacional, dominada e dirigida por uma moral superior, produto de uma evolução milenária, graça e encanto do continente asiático.

Quem se não comove, quem se não comoverá sempre, cheio de respeito, ante o espetáculo moral dado pelos imperadores da China, quando, humildemente, chamam a si a responsabilidade dos erros administrativos e até dos males causados ao país por fatalidades físicas inclutáveis!

Comparemos, Senhores, êste grande e nobre exemplo de humildade com o nosso arrogante orgulho de funcionários públicos Ocidentais, que não toleramos, sem violenta reacção material ou verbal, a mais insignificante observação, respeitável quando justa, e digna de inspirar só dó e compaixão, quando parte e se origina de taras mórbidas, puramente patológicas.

É reconhecida, Senhores, e proclamada em tóda parte, a doçura asiática, o encanto que seduz e faz tão aprazível, atraente e simpática a invariável correção social dos homens do Oriente.

Qual é o segredo dessa alta cultura social e moral, fonte de tanta superioridade para os indivíduos, como para os povos, que a possuem?

Grande parte da população asiática do Extremo Oriente conserva, a milhares de anos, crenças fetichico-astrolâtricas, que se caracterizam pelo espírito concreto, que desenvolve em extremo a fixidez do sentimento e da inteligência, promove a agudeza da observação mais minuciosa e gera uma admirável sagacidade e uma rara precisão.

Esse estado mental, quase inicial, que é sempre sintético, correspondendo ao primeiro período da intelectualidade humana, como se vê da lei dos três estados, se aproxima em seus resultados, do estado social positivo, último da série, tanto é verdade que os extremos se tocam.

Nas sociedades fetichico astrolâtricas é admirável a constituição da família, da propriedade e a segurança individual.

As maneiras são afáveis, humildes, doces, pacientes e afetuosas, a moral, constituída sobre bases sólidas, exerce constante ação sobre tódas as manifestações da actividade social.

Em resumo, o fetichismo, tão desprezado por espíritos superficiais, oferece uma grande âncora fixa, capaz de garantir por longos séculos e milhares de anos, a permanência dos elementos essenciais do culto moral, da fé intelectual e do regimen pacífico, condições indispensáveis à felicidade do homem, na família e na sociedade.

Ele oferece, mais do que as fases especulativas, e já um tanto revolucionárias, da teologia e da metafísica, que bri-

lharam e brilham ainda na Europa inteira, um lastro poderoso para manter em equilíbrio a nau da vida, balouçando em oceano de ondas agitadas, batido por todos os ventos e varrido por tôdas as tempestades.

Dai a paciência, a cordura, a mansuetude das sociedades asiáticas, as quais há muito viram desaparecer do seu seio as figuras dos sucessores de Tamerlão, que ainda a pouco percorriam e devastavam a Europa.

Os estados psíquicos capazes de engendrar construções morais duradouras e sólidas, são os estados fixos, permanentes e reais, um dos quais é o Fetichismo, sendo o outro o Positivismo, que, por ser recente nos domínios da moral, apela, cheio de confiança, para o futuro e para a mais remota posteridade.

Os estados intermediários, de criações provisórias, têm um caráter relativamente efêmero, ainda que suas obras sejam muitas vezes seculares, pois os estados mentais correspondentes são flutuantes e divagadores. Verdadeiros autófagos e novos Saturnos, devoram-se a si mesmos e a seus próprios filhos.

Daí a maior estabilidade e a relativa superioridade da moral fetichica da Ásia, sôbre a moral flutuante da Europa.

Essas vastas aglomerações humanas, essas massas populosas, de uma indústria ativíssima e profundamente pacífica, nunca foram dominadas pelo orgulho material e intelectual, estado doloroso e cheio de perigos, a que jamais chegaram.

Pois esta Moléstia do espírito nasceu, com o politeísmo, contemporâneo, das formações das faculdades abstratas, desenvolveu-se gradualmente até chegar a seu apogeu, ao seu período superagudo, sob a metafísica, instrumento de diversos e de ruína que, quando domina sem contraste, espalha o erro, a dor, o luto e ruínas por tôda a parte.

Fêz V. Ex^a, Senhor Embaixador, uma observação profunda, judiciosa, verdadeira e feliz, quando denunciou aos representantes de todo o Ocidente, em seu último e eloquentíssimo discurso, os graves perigos da attitude da Conferência da Haia, proclamando que, a supremacia internacional pertencia à força.

Se o gesto das grandes potências do Ocidente, contra o qual V. Ex^a protestou com tanta eloquência e penetrante intuição humana, conseguisse modificar a pacífica atividade chinesa e barbarizar aquelas admiráveis populações, calmas, tranqüilas, laboriosas e pacientes, a Europa e todo o Ocidente pagariam bem caro a sua imprevidência intelectual e a sua relativa inferioridade moral.

Felicitemos, pois, Senhores, o Embaixador brasileiro na Conferência da Haia, por ter assinalado ao Ocidente inteiro o perigo de uma obra inspirada pelo orgulho, sem a assistência da moral.

* * *

Não era preciso mais nada, Senhor Embaixador, para tornar memorável a presença de V. Ex^a na Conferência Internacional da Haia.

Proclamar os perigos da força orgulhosa em uma assembleia em que figuravam as personificações do orgulho e da força, foi uma obra de alta moral, que dá lustre ao nome de V. Ex^a e ao nosso país, que vê traduzidos com tanta fidelidade, os seus intuitos e sentimentos pacíficos e humanos.

Honra, pois, ao Embaixador do Brasil que soube vingar a moral abandonada e procurou dar-lhe o lugar que, de direito, lhe pertence à frente de todas as manifestações de vida humana, sejam especulações puramente intelectuais, sejam trabalhos ativos e práticos.

A moral é a força fecunda, radiante e imortal, que dá vida, luz e doçura às obras humanas.

É ela que nobilita as cogitações solitárias, as mais altas operações do espírito, as quais se esterilizam e murcham quando não têm sua fonte nas inspirações da simpatia, e seu destino final no bem humano.

É a moral que faz perdurar, através dos séculos, as gigantescas construções religiosas, que erros de dogmas intelectuais, oriundos da sombria ignorância das velhas idades, pareciam destinar a rápido desaparecimento.

É a moral que vivifica as cousas da matéria e faz a grandeza da religião fetichica inicial, dá alma às plantas, que nos nutrem, à árvore que nos protege, à pedra que nos dá o fogo, à água, que nos apaga a sede.

É ela, a moral, que nos torna cara a terra em que viemos ao mundo, em que nossos olhos se abriram à luz clara e benéfica do sol.

É a moral que santifica e prende perenemente as fibras mais íntimas do nosso coração à angélica criatura, que nos abriu os olhos carinhosamente e nos revelou, em doces confabulações, os primeiros mistérios da vida e a pureza do amor materno.

É a moral que faz santas as mulheres, que nos suavizam a vida e nos acompanham, paciente e doces, nas moléstias, na velhice e na morte — a mãe veneranda, a espôsa e as filhas adoráveis, a verdadeira providência do homem sobre a terra.

É a moral que nos leva, no meio das faustosas recepções européias, entre soberanos e chefes de Estado, em palácios ornados com o luxo das tapeçarias de Gobelins e as mais belas estátuas, a olhar com os olhos da alma, cheio de respeito e de saudades, para o teto pobre e humilde dos sertões do Brasil, em que tivemos os primeiros passos da vida guiados por obscuros, mas virtuosos progenitores, cujas sombras veneranda presidem ainda hoje a todos os nobres combates da nossa existência diária.

É a moral que engrandece a nossos olhos a nossa Pátria ausente, quando a vimos perturbada pela tresloucada ambição de alguns filhos, ou quando a sabemos ameaçada pela irresponsável cobiça estrangeira.

É a moral que nos dá força para amá-la e defendê-la, em todas as circunstâncias e contra todos, achando delícias nas próprias dores do combate, dispostos à derrota e à morte, pois que em nobre causa a mesma queda é nobre.

É a moral que, engrandecendo o cenário da vida, enobrecendo as nossas funções e santificando os nossos deveres, dá ao homem, por ela sustentado a força resistente e efficacíssima contra os ataques da calúnia, as insinuações da torpeza, a ingratidão dos covardes e a sistemática malevolência dos parvos, despidos de razão e de dignidade, que injustos e inconscientes, procuram inutilmente ferir pelas costas, no meio dos mais gloriosos combates, os mais esforçados defensores da causa e do solo sagrado da pátria.

Prestou V. Ex.^a um grande serviço, Senhor Embaixador, rendendo homenagem à moral, fonte de todo calor de toda

doçura, de tãda simpatia e dignidade na vida privada e na vida dos povos.

* * *

No seio de uma Conferência numerosa, rica em nobres personalidades, estou certo que V. Ex^a, encontrou alguns belos tipos representativos da mais alta cultura do nosso Ocidente, sobretudo da França e da Suíça, países que brilham entre os mais adiantados na evolução intelectual e moral da Europa.

Da moral suíça, pode-se dizer que ela chegou, por esforços continuos e repetidos da sua forte população, a ser alta e pura como a sua bela e imponente montanha de Jungfrau, até há pouco intangível, acima virgem, em plena luz, na frase do poeta das Orientais.

Da França basta dizer que, sob o Gabinete Waldeck-Rousseau, devolveu, de Marselha à China, os despojos bélicos e os riquíssimos troféus que os seus militares haviam trazido do longínquo Oriente até as praias do mar Mediterrâneo.

Belo exemplo, Sr. Embaixador, da intervenção da moral nas coisas da guerra e da política, e, se V. Ex^a permite, mandarei daqui uma saudação respeitosa à grande memória do eminente estadista, que sacrificou a saúde e a vida na defesa da justiça e da moral e que só desceu ao túmulo depois de ter grandemente honrado a França e a Terceira República.

Entre os homens que V. Ex^a, encontrou ombro a ombro, na Conferência da Haia, devem ter merecido a sua simpatia e estima os dois eminentes delegados franceses Léon Bourgeois e Estournelles de Constants, espíritos abertos a tãdas as noções do direito e corações sequiosos de ampla justiça social e internacional.

Esses e outros, sobretudo os claros e leais portugueses que V. Ex^a encontrou ali, são herdeiros, como nós, da inteligência helênica, apta para as mais belas especulações e as mais vastas abstrações, porém instrumento perigoso de infinitas divagações, quando se isola do método positivo, que a põe em contato com a realidade exterior, alimento estimulante, corretivo para tãdas as várias operações do entendimento humano.

São representantes e servidores da gloriosa civilização greco-latina, que gerou a abstração pelo politeísmo e viu crescer a inteligência criadora e classificadora das ciências abstratas.

A beleza desta civilização é imensa e a sua sedução irresistível, mas é força confessar que, aparelhando quase exclusivamente os instrumentos de inteligência e de ação, deixou em abandono relativo os órgãos do sentimento, sede da moral.

Distanciou-se assim da Ásia pela inteligência e pela energia conquistadora, mas deixou a esta a primazia na moral, doçura, força e encanto da vida, que torna invencíveis os homens e as nações que a possuem.

Tratemos de estabelecer o equilíbrio, Senhor Embaixador, em benefício de nossa pátria, aplicando à jovem América, reunidas em consórcio harmonioso as faculdades intelectuais e as forças ativas do Ocidente, sob a nobre presidência da finíssima moral asiática, melhorada, engrandecida e sistematizada de Moisés a Auguste Comte desde a teocracia inicial até a religião humana, altruísta, positiva e final.

Cumpre lembrar aqui que foi por intermédio de uma grande figura asiática, o majestoso vulto de S. Paulo, que nos veio, pela feita da Ásia Menor banhada pelo Mar Mediterrâneo, a semente fecunda, que gerou a grande escola do Catolicismo, durante séculos a única dispensadora da moral aos povos deste continente.

Não desanimemos, Senhor Embaixador, diante da diferença de nível entre a Ásia, a Europa e a América, entre a velha avó encanecida, cuja cabeça veneranda encerra a maior soma de experiência humana, a Europa, filha pujante e bela, rica e nobre, em plena fase fecunda de experiência, de riqueza e de saber, e finalmente, a neta juvenil, cheia de vigor e de fogo, a jovem América, com uma seiva robustíssima, ameaçando, com o seu rápido desenvolvimento, quebrar os moldes normais da história da evolução das sociedades políticas sobre a terra.

Como V. Ex^a, bem disse, em uma dessas frases que fazem a glória de Shakespeare e o desespero dos seus imitadores, o futuro invade o presente e transforma em poucos anos em nações fortes as nacionalidades apenas nascentes.

Com efeito, a América ameaça pesar na balança do mundo com uma rapidez assustadora para todos e para nós

mesmos, pois que a responsabilidade moral cresce com a função social e com a influência internacional.

É preciso, pois, que, ao desdobramento das nossas forças físicas e ao desenvolvimento das nossas riquezas materiais, corresponda um acréscimo proporcional do patrimônio fecundo da moral, para que a última e a mais nobre das ciências exerça sempre a sua generosa supremacia no vasto campo da atividade humana na América.

Não temos motivo para desanimar, senhores, na grande tarefa, que nos pesa sobre os ombros.

Ao grupo, já rico, de homens notáveis, que trabalham no Brasil pelo triunfo da justiça, pela vitória do direito, pela implantação do dever, pela constituição da ordem normal, sempre presidida pela moral, vai-se juntar de novo, cheio de alento e com forças refeitas, o paladino esforçado, cujas campanhas em prol da nossa civilização vêm de longe e datam da sua primeira mocidade.

Aos louros, já adquiridos em prêmios anteriores, juntará os que acaba de conquistar na Haia, dando tanto realce ao nome do Brasil.

Pelo pouco que sabemos dos trabalhos da Conferência da Haia, V. Ex^a, procurou estabelecer e fazer triunfar ali os princípios mais liberais e mais consentâneos com a dignidade das nacionalidades, que só querem assentar a sua vida e a sua glória nos sólidos alicerces da moral social, evitando os conflitos bárbaros, que caracterizaram as fases anteriores e já decorridas, da história da humanidade.

Essa linha de proceder, essa norma de conduta dão grande brilho e fazem honra ao Brasil e ao seu Embaixador no Congresso da Haia.

Se a atitude de V. Ex^a, podia desagradar e ferir hábitos de inveterado orgulho e preconceitos destinados a desaparecer, atraiu, do outro lado, o sincero aplauso de notáveis tratadistas de direito internacional e de vários publicistas que, de diversos pontos da Europa, sobretudo da França e da Suíça, batem palmas ao valoroso esforço doutrinário do eminente Embaixador do Brasil.

Tal é a força da verdade, tal é o prestígio das causas boas e simpáticas, servidas por operários de mérito real, que, nos últimos tempos da Conferência da Haia, os seus próprios

adversários rodeavam de estima o Embaixador Brasileiro, confessando a sua justa e merecida preponderância no seio do grande Congresso.

É a conquista operada pelo esforço tenaz de uma bela inteligência, aquecida pelo calor do mais alto patriotismo.

Feliz o homem que pode dar combate aos abusos da força e aos estreitos preconceitos internacionais ou intercontinentais, elevando altares à família e à pátria, prestando, ao mesmo tempo, homenagem e culto à humanidade.

Felizes os que podem, regressando ao solo amado do berço natal, ensinar o respeito à lei, o amor à ordem e tôdas as virtudes da obediência e da humildade, condições essenciais do aperfeiçoamento humano.

Felizes os que podem ensinar que mais vale manter a ordem social ao lado de governos constituídos e normais do que agitar perpétuamente a sociedade em convulsões estêreis, apaixonadas e nocivas.

Felizes os que podem fazer em tôda a parte e, com mais carinho, no solo sagrado da pátria, o ensino de tudo que é real, útil, certo, preciso, orgânico, relativo e simpático.

Tal é a função do combatente ilustre e generoso que, tendo gasto, sem contar, os seus esforços em benefício do nosso país, volta para o seu seio espalhar novo ensino em prol da justiça e da paz.

Nenhuma pátria merece mais esforço, mais amor, mais dedicação e sacrifício, da parte de seus filhos, do que a pátria brasileira, que nos foi sempre amorável e doce.

Modesta, mas sempre boa e nobre no seu passado, calma, pacífica, laboriosa e digna no presente, sustentáculo da paz e da moral no porvir, sempre grande, bela e generosa, a nossa terra brasileira merece que por ela, sacrifiquemos a força dos nossos braços, a luz dos nossos olhos, o fulgor da nossa inteligência e os alentos mais puros dos nossos corações.

É em homenagem aos serviços que lhe foram prestados por seu Embaixador na Conferência da Paz e como um penhor das esperanças que depositam em V. Ex^a, no futuro, nas campanhas pacíficas, em que brilham as mais nobres faculdades humanas, que os nossos compatriotas, aqui reunidos, vêm ofertar a V. Ex^a, por meu obscuro e humilimo inter-

médio, uma modesta Placa Comemorativa e uma pequena estátua, que um dos mais belos talentos da escultura francesa consagrou ao gênio alado da Fama.

Os subscritores dêste primoroso lavor artístico confiam que o gênio, simbolizado nesta obra prima de Barras, lembrará sempre a V. Ex^a, os poucos dias durante os quais nos honrou aqui com a sua presença e recordará, no futuro, a sua estimada família, a seus dignos filhos e queridos netos, o nome laureado de um dos mais preclaros servidores do Brasil, que acaba de pôr, e espero que porá sempre, acima de tudo, a grandeza moral, a glória e o bem da nossa terra.

Para êles, para os subscritores desta modesta lembrança patriótica, ela significa isso e mais ainda. O bronze, de que é feita a estátua da Fama, simboliza a fé profunda que temos todos na perpetuidade e na perenidade da nossa pátria, cuja grandeza depende do concurso harmônico, dedicado e generoso de todos os seus filhos; simboliza a fé imensa e invencível que depositamos na sua missão futura de guiar o mundo por inteligências integralmente esclarecidas e caracteres vigorosos, sob a eterna inspiração e a supremacia da moral.

RESPOSTA DE RUI BARBOSA

Sr. Ministro,

Minhas Senhoras,

Meus caros patricios,

Na expressão dos sentimentos que vos ditaram esta generosa homenagem, não sei o que mais me comova e que mais vos agradeça: se a doce bondade do pensamento que a inspirou, se a formosura da obra d'arte que o representa, (*) se a eloquência da palavra que o traduz. O mundo está cheio de oradores? Mas aquêles em cuja voz se sinta o transbordar de uma alma cheia de ideal e de um coração cheio de humanidade, são mais raros que as gemas dos tesouros dos reis.

No meu caminho de Haia para o Brasil esta reunião interpôs hoje uma antecipação da pátria, viva e presente em vós entre os esplendores de Paris. Aos acentos do hino que o vosso orador acaba de entoar à perenidade dela, todos a vimos surgir de dentro de nós mesmos, grande, límpida, radiante, como um corpo celeste, atravessando o profundo horizonte azul de onde o cruzeiro nos estende os seus braços de estrêlas. A distância, assim explorada, não nos empana o cristal da objetiva com o orvalho da saudade: amplia o campo visual e purifica o ambiente,

(*) Nessa ocasião foi oferecido a Rui Barbosa um bronze de Luis Ernesto Barras, *A Glória coroando o Gênio*.

deixando-nos seguir no éter imaculado o curso da imagem, luminosa. As paixões não lhe estremecem o equilíbrio. As discórdias não lhe retalham a grandeza. Os interesses não lhe embaciam o fulgor. É a visão da pátria sem dissensões nem manchas, clara, tranqüila, sorridente, assomando, imenso disco resplandescente, numa atmosfera sem nuvens, com essa proximidade da refração dos grandes astros na transparência do céu americano.

Encarada a esta luz, a ausência chega a ser um benefício divino. O indivíduo criado no egoísmo e na malevolência pela ação ruim dos conflitos intestinos, dos atritos quotidianos com o próximo, se envergonha então do nível ordinário de sua vida de esterilidade, sem descortino nem providência, sem amor nem entusiasmo. No círculo da sua perspectiva surge, repentinamente evocado, o futuro de seu país. As facções, as desuniões, as revoluções, as sedições desaparecem ao longe, como sombras de súbito espancadas pela claridade matutina. Dêsse espetáculo interior, contemplado com arrependimento e com admiração, renasce, convertido e transformado, o patriotismo, na verdadeira inteligência de amar a terra natal, segundo os interesses do seu crédito perante o mundo.

Hoje, com efeito, mais que nunca, a vida assim moral como econômica, das nações é cada vez mais internacional. Mais do que nunca, em nossos dias os povos subsistem da sua reputação no exterior. Sobretudo os povos em elaboração como o nosso, como todos os do nosso continente. As correntes de que se vê atualmente sulcada em todos os sentidos a superfície do globo, já não permitem as civilizações isoladas, nacionais, de outros tempos. As mais confinadas de outrora, as do remoto e misterioso oriente, essas mesmas já não resistem à invasão, e até lhe

abrem os braços. Quanto mais nós, que temos na Europa a nossa ascendência direta, e dela haurimos, dia a dia, na sua cultura, na sua emigração, nos seus capitais, a substância do nosso crescimento.

Quando os nossos estadistas se convencerem de que no conceito exterior do Brasil, na sua boa nomeada entre as nações, está o mais seguro critério dos seus interesses, a influência dessa preocupação terá sobre o nosso desenvolvimento efeitos incomparáveis. Ela nos temperará as paixões, nos abonará as lutas, nos civilizará os costumes, nos facilitará os problemas, dará outro tom, outra direção, outro movimento, outra energia, outra fecundidade às nossas instituições, às nossas aspirações, às nossas deliberações. Será, para a nossa política, uma era nova, determinada pelo nosso contato, pela nossa cooperação, pela nossa intimidade com as grandes nações de um e outro hemisfério, das quais nos aproximaremos no valor, aproximando-nos nas relações. Bem menores ainda somos do que nos presume o patriotismo fátuo; mas somos já muito maiores do que nos figura o patriotismo céptico, pessimista ou negligente.

Esta é uma das impressões mais vivas que trago da Segunda Conferência da Paz. O que nela colhemos em proporções difíceis de exagerar, me leva a sentir profundamente o erro cometido em não comparecermos à primeira. Nada nos poderia dar medida mais expressiva do quanto se chegaram a perder, entre nós, de vista os supremos interesses da nossa nacionalidade. Dos Estados latino-americanos só o México e o Brasil foram convidados, em 1899, à Assembléia da Haia. O México acudiu ao apêlo. O Brasil, não. Por quê? No Congresso Pan-Americano do ano passado se declarou que a ausência do Brasil fôra um protesto contra a exclusão de suas irmãs.

Com a nossa presença o teríamos lavrado melhor. Em vez de protestar inarticuladamente, pela abstenção e pela mudez, não decifradas, senão seis anos depois num cumprimento arriscado à incredulidade, teríamos erguido a voz para reivindicar o direito dos excluídos.

Destarte grangearíamos desde então o reconhecimento de todos êles; e, quando a Segunda Conferência lhes abrisse, como lhes abriu, as portas, teríamos assegurado ao Brasil, pelas simpatias de todos, o pôsto conquistado pela nossa iniciativa fraternal, de primeiro entre os seus pares na América Latina, de órgão e guia dos povos da nossa raça naquele continente.

Dêsse papel nos não mostramos indignos no augusto congresso que se acaba de encerrar. Vossa benevolência exagera aí o valor do meu concurso pessoal. O Embaixador do Brasil não foi mais que um instrumento feliz das circunstâncias, nas mãos daquele sob cuja Providência se tecem os destinos das nações. Nunca a senti de um modo mais íntimo que nesses quatro meses de perigos e trabalhos, os mais formidáveis de toda a minha vida, aliás tão farta de provas e acidentes.

Com a consciência, que nunca me abandonou, da minha inferioridade, eu me achava assoberbado pela tarefa, que se impunha à representação do Brasil, compreendida como eu a compreendia. Entre os que imperavam na majestade da sua grandeza e os que se encolhiam no receio da sua pequenez, cabia, inegavelmente, à grande república da América do Sul um lugar intermédio, tão distante da soberania de uns como da humildade de outros. Era essa posição de meio termo que nos cumpria manter, com discrição, com delicadeza e com dignidade.

Abaixo das oito grandes potências que entre si repartem o domínio da força, nenhum Estado se adianta ao Brasil no conjunto dos elementos, cuja reunião assinala a superioridade entre as nações. Considerados eles no seu todo, nenhuma, dentre as potências de segunda ordem, se nos advantaja. Creio mesmo que nenhuma nos iguala. Nossas tradições diplomáticas nos colocavam, a certos respeitos, numa grande altura, lado a lado com os governos que haviam exercido a magistratura arbitral em grandes litígios entre as maiores potências do globo. Nossa fraqueza militar nos punha a uma distância mui longa dessas potestades armadas.

Esta situação, na sua extrema delicadeza, devia ter uma linguagem sua, moderada e circumspecta, mas firme e ativa, quando necessária. Tratava-se de achá-la e de a falar naturalmente, com segurança, com calma, com desassombro, com tenacidade. Não era fácil; mas não seria impossível. Um sentimento instintivo dêsse dever se apoderava de mim, desde que transpus os severos umbrais do Riderzall. Aos primeiros passos êle me encheu de terror. Nos dias de estréia, quando entrei, da minha cadeira, a encarar o círculo de grandezas que me cercava, não sei exprimir o desalento, a sensação de impotência, de pavor, de abandono total de mim mesmo que me entrou no ânimo e o aniquilou. Mal se me ofereceu, porém, a ocasião de acudir pela honra do nosso pôsto. as forças, a coragem, a resolução me vieram não sei donde, vi-me de pé com a palavra nos lábios, e desde então me tracei a mim mesmo a linha mediana e reta da nossa atitude, observada até ao fim, mercê de Deus, com invariável perseverança.

Graças a ela, a impressão transparente, se não de antipatia e hostilidade, certamente de contrariedade e estranheza, com que no comêço me escutavam,

cedeu pouco a pouco à de tolerância, à de estima, à de simpatia, à de aplauso. Um homem de convicções honestas, com a intrepidez e a pertinácia das suas convicções, necessariamente há de acabar por se impor ao respeito do seu auditório, por mais adverso que lhe seja. Esta regra não podia falhar numa assembléia, em cujo seio se reunia a flor da cultura de todos os povos. A verdade, o direito, a justiça não podiam falar em vão à sua inteligência, à sua cortesia, à sua magnanimidade. É nestes casos que a fraqueza dos pequenos reduz e conquista a soberba dos grandes.

Por me haver possuído entranhadamente e ativamente desta situação, permitiu Deus que ali servíssemos com utilidade, com eficácia, a certas causas, de importância vital, para a humanidade que aquêle grandioso concílio das soberanias se debateram. Nossa confiança no poder do direito foi tôda a nossa força. Ela acabou por nos reconciliar com aquêles mesmos, de cujos projetos havíamos causado a ruína ou a cuja hostilidade havíamos oposto vigorosa repulsa. Os golpes que a princípio ali trocávamos, deixaram tão sòmente a reminiscência do contraste, assinalando a fase embrionária de relações, que terminaram do modo mais afetuoso. De sorte que, par a par com a maior admiração ante a obra, tão mal apreciada até hoje, da Segunda Conferência da Paz, essa convivência de quatro meses com os membros da grande assembléia não me deixou, para com êles, no espírito, senão reconhecimento, afeição, respeito; e foi com lágrimas de saudade nos olhos que, aos 19 de outubro, me apartei pela última vez daquela casa, cujas paredes, carregadas de séculos, acolheram a primeira assembléia universal dos Estados soberanos.

Da *má imprensa* que lhe tem recompensado os grandes trabalhos, ela há de encontrar um dia a des-

forra no juízo ulterior do tempo. A publicidade moderna é impaciente e impressionista. Sua condição e suas qualidades características estão ordinariamente em diametral antagonismo com as da História, reflexiva, desinteressada, impassível. Eu não tenho dúvida nenhuma que esta reformará de um modo absoluto, a êste respeito, a sentença do jornalismo contemporâneo, precipitado e injusto na sua severidade contra a Segunda Conferência da Paz.

Esta satisfaz em largas proporções ao objeto do seu programa e não lhe irrogam censura senão por não no haver querido ultrapassar. O que estava no seu programa era a mitigação das leis e costumes da guerra. Ela o fez. Era a codificação do direito da neutralidade. Ela a realizou em grande parte. Era a reforma da côrte atual de arbitramento, suas garantias, seu processo. Ela os deixou notavelmente melhorados. Era a estipulação do arbitramento obrigatório. E ela, se lhe não conseguiu definir, assentar, convencionar os casos, adotou-lhe, firmou-lhe, proclamou-lhe solenemente o princípio; passo quase gigantesco, se refletirmos na trajetória das suas conseqüências futuras, nas dificuldades pouco menos que invencíveis opostas à sua declaração, na exígua minoria obstante à sua consignação num tratado universal. Se não criou a côrte de justiça internacional, ninguém a poderá culpar, razoavelmente, de não ter consentido em exorbitar do seu programa num ponto fundamental, para improvisar, arrastada por uma corrente repentina, uma instituição concebida na véspera, submetida ao seu voto sem estudo nenhum, indecisa em forma e caráter no próprio espírito dos seus adeptos, supérfluas as necessidades reais do arbitramento e exposta a se converter, sob o ascendente de algumas potências, num meio de amoldar aos seus interesses o direito geral das nações.

Se os resultados visíveis da Segunda Conferência ficam, entretanto, aquém das esperanças dos entusiastas da paz, os seus resultados invisíveis, quero dizer a sua obra de insinuação, de penetração, de ação moral, foram muito mais longe. Em cometimentos desta natureza a tarefa consumada não se há de calcular pelo agregado material de novidades mais ou menos sensacionais em matéria de compromissos categóricos, mecanismos aparatosos e instituições imponentes. Tôda essa máquina de coisas de alto vulto pode ser mais ou menos vazia de sinceridade e irreabilidade, quando o que se engendra, o que se constrói, o que se alardeia, precede a obra necessária dos anos, tentando impor à evolução do homem e dos povos criações arbitrárias ou prematuras da teoria.

Nos resultados morais, que não cabem nos artigos de um inventário, mas inclinam com um pêso inapalpável a concha da balança no espírito do bom observador, é que consiste a seriedade prática e a estabilidade orgânica do progresso. Todo o mundo, que nos circunda, o próprio mundo material, o grande cosmos da criação tôda e o pequeno do nosso habitáculo, é menos efeito das causas que se percebem, que das que se não divisam. Suprimi do formoso planeta que ocupamos o ambiente que o envolve, e que os nossos dedos não tateiam, os nossos olhos não enxergam, os nossos ouvidos não escutam, despi-o dêsse elemento invisível onde respira a natureza viva, e a terra rolará no espaço nua, devastada, solitária, inhabitável, amortalhada na sua esterilidade como os astros sem atmosfera.

Neste sentido me parece que o alcance da Segunda Conferência leva ao da primeira uma vanta-

gem incomensurável. Ela mostrou aos fortes o papel necessário dos fracos na elaboração do direito das gentes. Ela adiantou as bases da pacificação internacional, evidenciando que, numa assembléia convocada para organizar a paz, não se podem classificar os votos segundo a preparação dos Estados para a guerra. Ela revelou politicamente ao mundo antigo o novo mundo, mal conhecido a si próprio, com a sua fisionomia, a sua independência, a sua vocação no direito das gentes.

Resta que a América Latina, a mais beneficiada nesses resultados, e o Brasil, o mais ativo operário na sua promoção, compreendam o valor decisivo desta situação para o seu futuro. Exposto de ora avante com a outra à observação das nações, em cujo concêrto pretendem a honra da igualdade reclamada, a sua política entra hoje no caminho de novas e grandes responsabilidades. Permita Deus que o sentimento dela incuta à política de nossa terra e à das suas irmãs uma alma nova, a grande alma do porvir, imbuída nessa alta moral, de que o vosso orador acaba de fazer a eloqüente apologia, e feita de trabalho, de instrução, de energia, de fé, de aliança entre a tradição e o progresso, de amor à lei e ao direito, de aversão à imoralidade e à desordem.

Façamos desta aspiração uma prece ao Deus onipotente, cujas bênçãos tantas vezes nos têm acariciado como a filhos mimosos em grandes transe nacionais. Mas com o coração voltado para Êle, saibamos ser justos e agradecidos, não esquecendo, na manifestação com que me honrais, os dois apoios essenciais da minha missão: o gênio do Ministro cuja colaboração assídua, incessante, luminosa, nunca

cessou de me acompanhar, e o tino, a resolução, a firmeza do Presidente da República, a quem nunca esmoreceu, nos momentos graves, o sentimento do valor da nossa nacionalidade e da dignidade da nossa posição. Ter compreendido como êles o compreenderam e auxiliado como êles auxiliaram a nossa tarefa na Segunda Conferência da Paz é o maior serviço que nunca se prestou aos interesses nacionais do Brasil. Envolvei, pois, nas vossas homenagens, Senhores, êsses dois grandes patriotas. Eu me considero feliz de ter podido servir à nossa Pátria ao lado de dois espíritos tão nobres.

ANEXO V

MANIFESTAÇÕES EM PERNAMBUCO



MANIFESTAÇÃO EM PERNAMBUCO

DISCURSO DO GOVERNADOR SIGISMUNDO GONÇALVES
SAUDANDO RUI BARBOSA, EM BANQUETE OFERECIDO
NO PALÁCIO DO RECIFE, EM 26 DE DEZEMBRO DE 1907

Eminente Sr. Dr. Rui Barbosa!

A situação oriental do Recife proporcionou-nos a honra e a ventura de sermos os primeiros na pátria a receber a vossa visita depois que fizestes a segunda descoberta do Brasil.

Senhores! — Cabral descobriu o Brasil para a geografia. Rui Barbosa acaba de descobri-lo para a política universal, acaba de impô-lo ao mundo como nação de primeira ordem, onde, se não a força material, a força do talento e do saber; êle mostrou que se mede pela dos primeiros povos da terra.

Sômente, senhores, depois da revelações de Rui Barbosa, quando o chefe da delegação brasileira em Haia conseguiu triunfos que pelo consenso unânime, como outros já o reconheceram, o impuseram como a primeira figura da grande Conferência Internacional da Paz, é o Brasil reconhecido na política universal como potência de primeira ordem.

Escalando por Scheveningen, o encantador *rendez-vous* holandês, conduzido pela ardente brisa brasileira, chegou triunfante à Haia o princípio da igualdade dos estados soberanos, grandes e pequenos, fortes e fracos, para a constituição do tribunal de Arbitramento.

Grande, gigantesco, indefinível passo para a Paz, que, sujeita ao tribunal do Arbitramento, depende do direito que o constitui, e não da força que nêle não impera.

Os Estados Unidos da América do Norte e os orgulhosos países da Europa entendiam que só êles, por que são fortes, tinham o direito de intervir no julgamento das questões internacionais, e que nós outros, republiquetas latinas e equiva-

lentes, nos devíamos submeter ao seu *sic volo, sic jubeo*, contentando-nos com a honra de lhes servirmos de rebanho de Panúrgio.

Era a eterna partilha da presa entre o rei das florestas e os seus companheiros.

Mas, senhores, no caso o leão era o direito, que encarnado em Rui Barbosa, ergueu-se e impôs pela sua força a justiça e a igualdade triunfou!

Como em toda parte certo ciume que se consome na nossa vizinhança remexeu-se em Haia, mas imediatamente se conteve, e, dominado, submeteu-se à direção do embaixador brasileiro, como todas as outras repúblicas espanholas, porque o interesse era um só e o mesmo, e Rui Barbosa era quem tinha a capacidade para a todos comandar.

Senhores, não permitindo o tempo senão poucas palavras sou forçado a limitar-me às que tenho proferido, para saudar por Pernambuco ao grande brasileiro que tanta glória acabou de conquistar para a pátria, e concluirei vos pedindo que elevemos um brinde entusiástico ao nosso glorioso e genial embaixador, o triunfador em Haia!

Viva o Dr. Rui Barbosa!

RESPOSTA DE RUI BARBOSA

O Dr. Rui Barbosa começou dizendo que ia proferir poucas palavras, por lhe faltar tempo para mais, palavras que dirigia ao desembargador Sigismundo Gonçalves, governador do Estado, e ao Dr. Eustáquio Pereira, representante do *Jornal Pequeno*, os quais lhe haviam coberto de elogios imrecidos, e a quem agradecia tanta manifestação de agrado.

Referindo-se ao discurso deste último, disse que a biografia com que o acabava de honrar era toda a sua vida e trouxera-lhe recordações dos tempos de outrora. Quanto ao Dr. Sigismundo, as suas palavras ditadas pela madureza de um homem de Estado teriam o valor de uma sentença se já não fôsem a prova das melhores qualidades de espírito e de saber, de entusiasmo e de patriotismo.

Referindo-se ao triunfo alcançado na Conferência da Paz, em Haia, triunfo aludido pelos dois oradores que o haviam precedido, S. Ex. disse que ele era só da idéia, do país, que, representado por outro qualquer, certamente obteria o mesmo resultado. Qualquer faria o que ele fez: procurar

colocar o Brasil no lugar a que tem direito entre as repúblicas latinas.

O mais é uma ilusão — continua o orador — e foi uma ilusão favorável ao homem que pelas circunstâncias tinha sido escolhido para representar o Brasil.

— Há um poder sobrenatural entre qualquer assembléia e eu, confesso, tive medo da missão, medo que bem depressa desapareceu, pois se tratava de um princípio desconhecido e eu representava êsse princípio, eu ia pugnar pela verdade, pelo direito e a verdade e o direito se impõem.

O Dr. Rui Barbosa procurou ainda, com a sua grande modéstia, desmerecer o seu valor intelectual e o valor do extraordinário triunfo que o fez ídolo dos brasileiros e terminou dizendo que para exprimir tôda a sua gratidão, a tantas provas de afeto que recebia, só um longo discurso, no qual pudesse traduzir todo o júbilo de sua alma naquele momento.

A Província, Recife — Sexta-feira, 27 de dezembro de 1907



ANEXO VI

RECEPÇÃO NA BAHIA



Manuscrito do discurso proferido na manifestação popular na Bahia
em 29 de dezembro de 1907. (Documento do Arquivo da C.R.B.).

RECEPÇÃO NA BAHIA

DISCURSO DO DR. VIRGÍLIO DE LEMOS, NA MANIFESTAÇÃO
POPULAR REALIZADA NO PALÁCIO DO GOVÊRNO,
A 29 DE DEZEMBRO DE 1907

Exmas. senhoras.

Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado.

Exmo. Sr. Conselheiro Rui Barbosa.

Acabastes, Sr. Embaixador, de receber os cumprimentos de boas vindas e as saudações oficiais da cidade invicta e gloriosa de que sois o filho mais insigne e mais eminente: ides, agora, receber as homenagens cordiais e entusiásticas d'êste grande povo da Bahia, de cujo seio fecundo emergistes para glória dela, lustre da Pátria e honra da Humanidade.

Quando o govêrno da República, num momento de inspiração suprema, vos escolheu embaixador do Brasil na Conferência das Nações, e por aqui passastes em busca do augusto cenário, de onde deveríeis insculpir em caracteres vivazes e de duração eterna, o vosso nome e o de nossa pátria nos fastos de oiro das grandes conquistas da Civilização, a voz humilde que ora vos fala em nome da Bahia, interpretava a culta opinião dos intelectuais do país, afirmando êste conceito, que o vosso gênio confirmou, e êle se envaidece de poder repetir-vos; «Dizer que o eleito para levar às potências do mundo a nossa mensagem de paz, de civilização e de humanidade é o Sr. Conselheiro Rui Barbosa é afirmar que está reservado à nossa Pátria nesse imponente e augusto concêrto dos povos, um lugar de honra que raras nações lhe disputarão e nenhuma talvez lhe possa conquistar. Sejam quais forem as divergências, que, no rugir das paixões, no defrontar dos princípios e no tempestuar das incoerências, tenhamos tido com êsse homem verdadeiramente extraordinário, a ninguém jamais seria permitido arrancar-lhe dos ombros a régia purpura com que as multidões o sagraram, nos domínios do gênio e do saber nacionais, o espírito mais alto, a inteligência mais abun-

dante, a individualidade mais complexa, a coragem cívica mais intrépida, mais irredutível e mais em evidência neste país.»

Tomando, em seguida, de empréstimo, ao vosso inexaurível escriptorio literário uma de suas gemas mais puras e lapidadas, o jornalista de então, ora transformado em intérprete dêste Estado e dêste povo, vos descrevia a mentalidade colossal: «É um vulto extraordinário o dêste homem e dá a lembrar, como em Carlyle, um panorama de penhascos escavados à borda das águas azuis, com o cristal das ondas franjando-se em espuma branca, a marulhada rebramindo contra os promontórios silenciosos, o vôo solitário das aves marinhas, e por cima, nas tréguas da procela, quando as faíscas não esfuziam pelas arestas atrevidas, a eterna calma do firmamente e a força o conflito, a pureza, a eloquência, a imortalidade».

Prevendo, com segurança e precisão absolutas, o êxito final de tão escabrosa e benemérita incumbência, assim se exprimia ainda aquêlê que vos dirige a palavra: «É a essa individualidade tão acima da craveira comum que o Sr. Presidente da República envolveu na clâmide sagrada de embaixador do Brasil, na próxima Conferência da Paz. Desta investidura vai colher a nossa Pátria os mais abundantes e largos proventos. Pela voz eloquente e sábia do seu representante, ela dirá ao mundo que o ideal por que se batem os espíritos mais cultos da Humanidade e ali congrega as potências do novo e do velho continentes, já é em grande parte uma conquista do nosso espírito humanitário, encorporada em nossos costumes e na grande carta de nossas liberdades políticas. Ninguém neste país poderia, com o gênio, com o saber e com a energia doutrinária do Sr. Rui Barbosa, reivindicar para a nossa Pátria essa glória que lhe marcará o primeiro lugar entre os povos que andam a sonhar com o reinado da justiça nas relações internacionais. Fazendo-o, vai S. Ex^a prestar à sua nação um serviço sem igual, um serviço de excepcional benemerência. A sua eloquência demostênica, a universalidade do seu saber, a sua paixão pelo direito e pela liberdade, hão de atrair a atenção do mundo inteiro para o Brasil, e mais de uma nação terá inveja da grandeza moral de um povo, para o qual a deslealdade de certo corrilho sul-americano e a imperícia de certos governos nossos têm conquistado a triste e injusta fama de incapaz e de improgressivo».

Excedestes, Sr. Embaixador, de maneira excepcional, nossa expectativa. Despropositado, e até mesmo impossível, seria, neste momento e neste lugar, o estudo completo da vossa atitude em face das Potências estrangeiras e da vossa intervenção nos trabalhos da Conferência. Posso garantir-vos, porém, que não houve um só baiano, que não houve um só brasileiro, que não houve uma só criatura humana, aqui residente, que não acompanhasse com o maior interesse, com o mais inexcédível entusiasmo e com o mais sagrado dos orgulhos, o desdobrar majestoso do vosso saber e do vosso inexcédível patriotismo nos múltiplos debates em que, pompeando a vossa universal erudição, assombrastes a assembléia de sábios onde fostes o *primus inter pares*, e de onde fizestes ao mundo culto a revelação dos altos dotes morais dêste povo e desta nacionalidade de que fostes ali o símbolo maravilhoso.

Como sábio, Sr. Embaixador, como jurisconsulto profundo e sagacíssimo, enchestes de glória o vosso nome e o de vossa Pátria. De um país de cultura inferior, de um povo de tendências anárquicas, como nos julgava, em suas apreciações injustas e pouco atenciosas, a opinião européia, passamos a ocupar um lugar de relêvo entre as nações da face da terra. Isto quer dizer, senhor, que o saber de um só homem conseguiu redimir, ante juizes eivados de parcialidade e de preconceitos quase invencíveis, a proclamada incapacidade de todo um povo. Mas, Sr. Embaixador, nós bem sabemos que modificações tão fundas e tão radicais não se operam, de momento e por encanto, nos julgamentos dos homens e das coletividades, principalmente quando êles tiverem como elementos de informação a ignorância dos fatos, as rivalidades de raça, as presunções de supremacia, todo êsse acêrvo de preconceitos seculares, que andam estratificados, como rochas impermeáveis ao oxigênio da verdade, nalma das velhas nações envaidecidas de suas façanhas e de seu comprovado poderio. Daí, Sr. Embaixador, a atmosfera de tédio e mesmo de irreverência com que foram recebidos, no cenáculo das potestades, o vosso grande saber e a vossa estupefahenda atividade. Outro que não possuísse a vossa envergadura teria baqueado, arrastando, no seu desastre pessoal, a honra de sua Pátria. Não praticastes, porém, essa pusilanimidade. Enfrentastes os fortes, tosastes a juba dos leões impertinentes, e terminastes conquistando para o vosso país o respeito e a consideração das coletividades ali congregadas.

Reconhecido o vosso valor, encetastes então o magistério supremo do Direito, iluminando com os fulgores do vosso gênio os recantos mais obscuros da jurisprudência internacional. Cada tese que vinha à tela dos debates vos fornecia ensejo para uma preleção nova, onde apuráveis os princípios cardeais do Direito das Gentes, desempecando-os de conveniências subalternas, e não raro reclamando para nossa pátria a glória de já os ter propugnado e defendido com antecedência às demais nações na pureza ideal dos seus conceitos. Com referência a este último ponto, Sr. Embaixador, com referência ao ponto de vista exclusivamente brasileiro, os anais da Conferência de Haia, graças ao vosso alto tino patriótico, guardarão eternamente o registro eloquente de belos e generosos feitos nossos, porventura desconhecidos e com certeza olvidados, por aquêles que se arrogam o direito de ditar a lei nas relações da internacionalidade.

Mas, Sr. Embaixador, onde vos excedestes a vós mesmos conquistando fama e benemerência universais, foi quando, em obediência aos sentimentos mais generosos de nossa pátria vos transmudastes de embaixador do Brasil em embaixador da Humanidade, e desfraldando, naquele cimo de luz, o estandarte da Justiça Internacional, bradastes aos prepotentes coligados para a obra da iniquidade: «Só quereis reconhecer a igualdade para os fortes. Eu reclamo a igualdade de direito para os povos, porque a minha Pátria entende e sustenta contra as potestades da Fôrça que tôdas as Nações são iguais perante a Lei das Nações».

Pasmos de tanta audácia, as grandes potências estremeceram diante deste Evangelho, e tentaram a resistência. O momento era solene; era uma como antecipação do dia de Juízo, de que nos fala a formidável, mas formosíssima profecia da cristandade. A vossa atitude era firme e erecta como o símbolo do Dever. A vossa voz trovejava, sonora e vibrante, como a de Jeová nos cimos escavados do Sinai, promulgando as «Tábuas da Lei». A vossa face era pura e serena como a face eternamente casta daquele bronze (apontando a estátua do *Dever Cívico*) em que a Bahia simboliza a rigidez inquebrantável do vosso civismo.

Consumastes, Sr. Embaixador, nesse momento excepcional na vida dos povos a maior e a mais fecunda das revoluções, a revolução do Direito na esfera das relações internacionais, amparando os fracos contra as emboscadas da fôrça.

e conquistando, para a nossa Pátria o maior título de bene-
merência a que uma nação poderia aspirar.

No entanto, as grandes potências ainda buscaram, nas combinações dos bastidores, desviar o rumo dos acontecimentos, organizando o *comité* dos sete sábios incumbido de «escogitar algum acôrdo», capaz de conter e extinguir a torrente de luz que haviéis desencadeado.» Ninguém, comenta um juiz insuspeito e competente, ninguém extranhou a presença de Rui Barbosa entre tais luminares, em cujo grêmio êle agiu *isolado, tendo contra si tôdas as forças arregimentadas do mundo*, menos as do Japão, que se manteve reservado. Os outros delegados representavam *mais de 800 milhões de homens e tôda a força armada do globo*, exceto sempre o Japão; enquanto Rui Barbosa apresentava o Brasil com 25 milhões de habitantes e um Exército e uma Marinha incapazes de ação efetiva, fora de suas fronteiras e de suas águas. Mas êle nunca fraqueou; campeão de um princípio que era a sua fé, não se temeu dos adversários. Depois de uma série de debates, teve a satisfação de ver os Estados Unidos colocar-se de seu lado, abandonando o projeto de privilégio a grandes potências no Tribunal Permanente, cabendo a cada Estado, grande ou pequeno, o direito do voto.

Perdidas tôdas as esperanças, Sr. Embaixador, tentaram ainda emudecer a vossa voz, falando às conveniências do nosso país e conferindo-lhe um lugar no cenáculo dos leões, dos tigres e dos leopardos. Mas ainda uma vez salvastes a honra e a dignidade de nossa Pátria, quando lhe respondestes com soberana altivez: «Pode se transigir sôbre interêsses ou sôbre direitos de estimação econômica, mas não se pode fazer isso sem fraqueza, sem deserção e sem falta de brio sôbre direitos que afetam a honra». Reafirmada e defendida a lealdade inquebrantável do Brasil para com as nações mais fracas, que lhe haviam aceitado o cavalheiroso e destemido patrocínio, prossequistes doutrinando para o presente e profetizando para o futuro.

«Quanto aos outros Estados, retidos na antecâmara com a faculdade de aquiescência ulterior, eu teria a dizer que o mais abominável dos erros é aquêle que se comete insistindo em fazer crer aos povos que as categorias entre as nações devem ser estabelecidas segundo a sua situação militar. Há cêrca de três anos a Europa não descobria em seu horizonte

político senão os Estados Unidos, como uma espécie de projeção européia e a única representação apreciável do Ocidente. A Ásia e a América Latina eram apenas expressões geográficas com uma situação política de condescendência. Um belo dia, no meio do espanto geral, deu-se fé de uma aparição temível no Oriente: era o nascimento inesperado de uma potência. O Japão entrava no concêrto europeu pela porta da guerra que êle abriu com sua espada. Nós, os Estados da América Latina, fomos convidados à prática dêsse concêrto, entrando nêle pela porta da paz. Transpusemos o seu limiar nesta Conferência, e vós começastes a conhecer-nos como operários da paz e do direito. Mas se nos iludissem, se fôssemos repelidos com a experiência de que a grandeza internacional não se mede senão pela força das armas, então, por vossa causa, o resultado da Segunda Conferência da Paz seria o desvio da corrente política do mundo no sentido da guerra, obrigando-nos a procurar nos grandes exércitos e nas grandes marinhas o reconhecimento da nossa posição indicada debalde pela população, pela inteligência e pela riqueza».

Desde que o mundo existe, Sr. Embaixador, não guarda a memória dos homens notícia de uma batalha mais temerária e de uma vitória mais sublime. Vai caminho de um século, ante as devastações assombrosas do gênio da guerra, se congregaram, em santa aliança, as grandes potências da Europa, e escreveram, à custa de milhares de vidas e de sacrifícios sôbre-humanos, a epopéia de Waterloo. As grandes potências que enjaularam Napoleão em Santa Helena cresceram em número, em experiência, em riqueza, em poderio, em formidáveis maquinismos de dominação. Foi contra elas que travastes, isolado e solitário, a grande pugna da razão contra a prepotência, da paz contra a guerra... e vencestes! e vencestes a poder de gênio, praticando a mais divina das ações: fortalecendo os fracos e empobrecendo os poderosos.

A Bahia, mãe piedosa e amantíssima, se envaidece de vossos feitos, e bendiz, como o mais memorável dos seus dias, aquêle em que, nos estos da fecundidade, vos gerou para redentor dos Povos e evangelizador do Direito. É ela, Sr. Embaixador, a heroína de todos os tempos, quem aqui vos abre o regaço maternal e vos deposita na fronte augusta de triunfador sem par o ósculo sagrado, símbolo castíssimo do seu amor e da nossa gratidão. Ela jamais esquecerá que, entre outros serviços de valor, que lhe tendes prestado, muito e poderosamente contribuistes para a sua atual regeneração

política. Ela confia em que continuareis a ser, junto aos altos poderes nacionais, o defensor impertérrito de sua honra e de sua libertação. Graças ao amparo que lhe destes, ela começa de renascer na honestidade impoluta do seu governo e na libérrima soberania de sua vontade.

Agora, Sr. Embaixador, aceitai, com as homenagens da nossa mais acrisolada admiração, este mimo: aceitai-o com a mesma abundância d'alma com que vô-lo oferecemos. Na imobilidade do seu bronze, perene e eterno como a vossa glória, ele revelará aos vossos filhos e às gerações futuras a sublimidade da vossa atitude naquele momento extraordinário em que desfraldastes, altaneiro e triunfante, a bandeira gloriosa da Igualdade dos Povos perante o Direito das Nações. Esta formosa estátua, Sr. Embaixador, simboliza o *Dever*, que, com tamanho denodo, soubestes cumprir lá no areópago dos sábios, onde, no dizer do poeta:

Teu verbo culminou deixando a terra,
Como o sol da razão no azul da paz.

RESPOSTA DE RUI BARBOSA

Aqui não há precisão de encostar o ouvido ao seio do povo para escutar o coração da pátria. Ele bate grande e violento à flor do peito neste arfar de oceano arrebatado, como se as expressões ordinárias da emoção humana o não pudessem conter, como se as suas pulsações despertassem todos os rumores do céu e da terra, como se estivéssemos a ver descobrir-se vivo e palpável nos seus movimentos gigantescos, no seu assombroso rigor de propulsão, no borbotar do seu sangue generoso, o centro da vida orgânica da nação a que o Senhor destinou por habitáculo no planeta a metade da América do Sul.

Tenho-vos admirado outros dias, massa imensa das vagas populares agitada pelo sopro divino do entusiasmo, quando me permite Deus vir renovar em instantes de infinita doçura as fontes da vida no regaço da mãe carinhosa, ao contacto deste solo, à luz destes horizontes, ao ar destas montanhas, ines-

gotáveis de energia, de graça e de espírito como a terra grega, onde habitaram a força, a eloquência e a beleza.

Mas nunca vos reconheci como hoje, grandeza do meu torrão natal, gênio do futuro brasileiro, alma da Bahia, onde as fraquezas e injustiças humanas, perpassando rapidamente, não deixam mais vestígios que as névoas das nossas madrugadas no azul eternamente puro do nosso firmamente.

A inteligência vos coroa, resplandecendo nos lábios dos vossos oradores. As paixões do bem vos abraçam, referendo no marulho das vossas multidões. Mas acima dêsse poder de sensibilidade e dêsse poder de talento sempre se revelou em vós ainda mais assinalado o poder de ação, o poder de sacrifício, o poder de solidariedade nas grandes causas nacionais. Quando se houve mister de acudir à fronteira longínqua violada pela inimigo estranho, vossos filhos foram sempre os primeiros, os mais numerosos, os rivais dos mais intrépidos, e vossos batalhões correram sempre à morte em ondas e ondas incessantes dêsse voluntariado copioso, açodado, superabundante em todos os tempos ao apêlo da nossa honra, com a mesma espontaneidade, a mesma candura, a mesma galhardia, a mesma veemência, com que hoje cresceis nesta vasta enchente humana aos ecos da Conferência da Paz.

No meio dêste espetáculo, cujas alturas se banham na claridade remota do porvir como os cimos donde um raio do sol, ainda escondido, reflete sobre a orla do mar alvoroçado o primeiro sorriso da manhã, — que vem a ser o nome de um homem, a sombra de uma individualidade qualquer, ainda ampliada pela grandeza da vossa imaginação, pela prodigalidade do vosso amor, pela representação da vossa con-

fiança? Nada mais que o prestígio de um símbolo accidental. Bendito Deus, que me tem favorecido sempre com a consciência do meu nada, para não conhecer nunca a vertigem da fortuna, para não me embriagar jamais no capitoso licor da vaidade, para em tais momentos me aniquilar aos pés do meu Criador, clamando-lhe do fundo do meu ser: "Não a mim. Senhor, não aos vossos miseráveis instrumentos, como eu, mas a vós nas vossas grandes criações, ou nas vossas maiores imagens, no povo, no direito, na humanidade. A elas a glória, as bênçãos, o culto das grandes obras que enchem os séculos, e nos renovam através do mal o testemunho da vossa bondade."

O que faz dêste comício imenso uma cena solenemente histórica, o que o eleva acima dos interesses e dos conflitos, das políticas e dos governos, o que lhe imprime o caráter de uma verdadeira apoteose, é que aqui não há ídolos, nem fanatismos, nem seitas, nem emulações pessoais. É a glorificação Jesinteressada, coletiva, unânime, não de uma opinião, nem de um partido, nem mesmo de um país, mas de uma civilização que exhibe vitoriosamente os seus primeiros títulos à posse futura do mundo moral: a glorificação do continente americano.

A América não é um agregado eventual de grupos humanos: é um todo providencial. Deus a fez integral, solidária, indissolúvel, sob a divergência superficial dos elementos, saxônios ou latinos, que nela preponderam. Através das suas diversidades originárias e dos seus transitórios antagonismos, tôdas essas nações aderem umas às outras por um laço de cooperação natural, não menos necessário e mais estreito ainda que o do equilíbrio político entre as velhas potências do mapa europeu.

Era a essa integridade suprema do hemisfério americano que se vinha opor a teoria da desigualdade

jurídica dos Estados. Ela reduziria o continente americano, o continente do futuro, a uma justa-posição grosseira de humilhações e privilégios, de cobiças e espoliações, de exclusões e precedências. Banindo abertamente das relações entre os governos o princípio da igualdade perante a lei, que constitui a base fundamental de tôdas as sociedades livres, retirava à independência dos fracos tôda a sua realidade, abrindo para a vida americana uma era de ambições e receios, de prevenções e surpresas, de misérias e atentados, incalculavelmente nefasta.

Dêse perigo nos salvou um movimento geral de reação entre as nações americanas. Nos próprios Estados Unidos, a própria opinião pública lhe sorriu com simpatia. Não houve, pois, vencedores nem vencidos; e, se ao Brasil tocou a honra da iniciativa da resistência, às suas irmãs americanas coube a da unanimidade no apoio. São dois papéis, que se completam, e da fusão dos quais resultou o advento da América triunfante nas serenas regiões do direito.

Tal, na sua síntese evidente, a lição do drama de Haia, que a intuição das suas testemunhas mais diretas imediatamente classificou, sem contestadores, como o nôvo descobrimento da América, o seu descobrimento político, a revelação do pêso dêse grande fator, até então desconhecido, na vida internacional.

À vocação da necessidade a consciência jurídica despertou vivíssima nos pequenos Estados, particularmente nos da América e o Brasil acudiu ao reclamo da sua posição nacional. Nela não me parece que outro o pudesse substituir. Os demais, na sua generalidade, reconheceram, pelas manifestações mais positivas da sua adesão e da sua confiança, que êle se desempenhava sincera e discretamente dos deveres do seu pôsto: o que lhe indicavam as tradições da sua

história, os precedentes da sua diplomacia e a importância da sua expressão geográfica, do peso da sua população, do valor da sua cultura. Ninguém lhe disputou essa atitude, ninguém lhe desconheceu a sua dignidade; e se o vosso representante não faltou às exigências dêsse imprevisto, é que a sua simplicidade tudo lhe facilitava, é que o concurso das simpatias gerais o armava de um poder maravilhoso; é que qualquer outro brasileiro com a inteligência do lugar e da ocasião sentiria em si, como êste, a substituição da sua pessoa pela da sua nacionalidade.

Eu quisera comunicar-vos, tão funda quanto em mim penetrou, essa noção do grande acontecimento. Não é uma impressão de vitória ou superioridade nacional. É uma impressão de fraternidade e solidariedade internacional. Êle, por si só, em certo sentido, teria feito tanto pela boa vontade entre os povos quanto as comissões gerais de arbitramento, e, embora observadores superficiais o não vejam, bastará, para consagrar, aos olhos da História, como o pórtico da paz no século XX, a Conferência de Haia.

Ali o corpo se me fatigou; mas o espírito me adquiriu uma saúde nova. Vi tôdas as nações do mundo reunidas, e aprendi a não me envergonhar da minha. Medindo de perto os grandes e os fortes, achei os menores e mais fracos do que a justiça e o direito — compreendi que, se nos desprezavam, é porque nos não conheciam, e que, para nos conhecerem, bastava um govêrno patriótico, um agente capaz e um público interessado. Interessar o público, entre nós, em negócios internacionais, quando êles não assumem a forma sensível de uma afronta, uma guerra, ou uma lesão material, era um sério problema. A vibração com que a nossa pátria, do norte ao sul, acompanhou a Conferência de Haia, mostra que o resolvemos, e que, para estremecer por essas questões, compreen-

dendo-as intensamente, sobram ao nosso povo o tino, a simpatia, a vivacidade. Queira Deus que se não quebre a cadeia dessa iniciativa feliz, e que os sucessores desta situação, imitando-lhe o exemplo, timbrem, com ela, em associar a nação ao conhecimento dos seus grandes interesses no exterior. Das maiores aspirações a que se liga a sorte dêste país, não há nenhuma que se não entrelace no estrangeiro com o problema do nosso crédito, da nossa reputação, da nossa estima entre as nações donde nos há de vir a consideração, o povoamento e a riqueza.

Quando, senhores, hoje ao surgirmos com o dia nas águas dêste pôrto, se me estendia ante os olhos o formoso panorama destas colinas, a memória, remontando ao passado, me lembrava a minha chegada aqui há doze anos. Então, como agora, a Bahia correu a me apertar nos braços. Era o expatriado que recebia nos vossos carinhos a desforra da sua longa amargura. Hoje é o embaixador que recebe nas vossas flôres o prêmio dos seus breves serviços. A distância de uma a outra data, a diferença entre o regresso do exílio e a volta da embaixada assinalam o caminho que vai das dissensões fraticidas à harmonia da família brasileira. Deus não permita que ela reveja nunca mais a tristeza dêsses períodos funestos. Os germens do vosso progresso, agora exuberantes, demandam, para amadurecer, a perenidade da paz. Ao amanhecer de hoje, quando o olhos se me estendiam do mar sôbre o vosso ninho florido, parecia-me vê-la descer dêstes serros numa grande serenidade luminosa, imergir as encostas, as praias, os longes do céu na sua doçura infinita, e perder-se no vago do horizonte, que a visão do meu espírito dilatava aos confins do país, como se esta antiga metrópole nacional, recuperando o seu ascendente na política brasileira, perdido, não se sabe como, entre

as disposições do regímen actual, reempunhasse a autoridade de seu prestígio de outrora, convertida, por um novo rasgo do seu gênio, em metrópole da paz. Não vejo em quem pudesse assentar melhor a honra dêste exemplo, a majestade cívica desta coroa.

* * *

BRINDE DO GOVERNADOR JOSÉ MARCELINO NO BANQUETE
OFERECIDO EM PALÁCIO PELO GOVÊRNO DA BAHIA

Bem estais vendo, Sr. Senador Rui Barbosa, bem estais sentindo os transportes de alegria e de entusiasmo e as expansões carinhosas com que a Bahia vos estreita, palpitante de legítimo orgulho materno; é que voltais triunfador de uma grande peleja pela igualdade das nações soberanas, onde medistes fôrças com as maiores mentalidades de todo o mundo, transformando-vos de estrênuo paladino dos direitos individuais em fervoroso apóstolo da igualdade das nações. Nas delirantes aclamações da alma popular baiana deve ser-vos muito grato a pureza e a espontaneidade que as ditam. Aqui se acham, acercando-se do glorioso baiano, tôdas as classes: representantes do operariado, do comércio, do exército, da armada, da indústria, das academias, da imprensa, das profissões liberais, da magistratura, de todos os poderes públicos federais, estaduais e municipais, tôda a Bahia, em suma, e eu nada mais faço do que exprimir e sintetizar o seu justo sentimento, levantando a minha taça em vossa honra e bebendo pela vossa saúde e prosperidade e pelo cintilar perene da vossa estrêla.

RESPOSTA DE RUI BARBOSA

Agradeço o brinde que me acaba de ser dirigido e não podendo expressar condignamente tudo quanto vai em minha alma, por não permitir-me a tirania da disciplina de bordo que me designou hora fatal para a saída do vapor, peço vênica para sintetizar tôda minha gratidão no brinde que levanto ao meu grande, prezado e distinto amigo, benemérito governador dêste Estado, Dr. José Marcelino de Sousa.

A Bahia. Segunda-feira, 30 de dezembro de 1907.



ANEXO VII

MANIFESTAÇÃO POPULAR NO RIO DE JANEIRO



DISCURSO DE COELHO NETO

EM 26 DE JANEIRO DE 1908, NO PAVILHÃO DE REGATAS
EM BOTAFOGO

Meu grande patricio, falo entre dois mares: entre o oceano, por vêzes agitado, mas ora calmo, e o povo.

Ouvimos há tempos o aflar das ondas e o murmúrio dos peitos ansiosos por êste espetáculo digno desta solenidade.

Êste mesmo pavilhão em que nos encontramos participa da casa, porque se esteia na terra, e participa da nau, porque parou sôbre o mar e parece sôbre êle flutuar.

Se não houve um propósito, e entrou nisto o acaso com a sua providência, querendo que a festa que ora celebramos a êste grande brasileiro, fôsse em terra nacional eu poderia lembrar que tudo isto concorrerá para mais enaltecer a prova de aprêço, de efusão, de carinho e de amor que devemos a êste que foi exaltado como um grande espirito da nossa pátria em Holanda. (*Muito bem*).

Mas meu caro patricio, eu vos conheço de longa data: foi a vosso lado que eu me fiz miliciano da imprensa e sei como combaticis nesse tempo. Súbitamente, porém, quando daqui partistes confrangeu-se-me o coração: eu tive receio por vós, pelo meu culto.

Mas o que fizestes na Holanda? Na Holanda que vos lançou para o mundo, que fêz do grande patriota, do patricio illustre e venerando, uma glória, não nacional, mas universal?

Executastes o programa traçado na Bahia, isto é, desfraldastes a bandeira do direito e do amor.

VOZES — Muito bem.

E nós hoje vos agradecemos, e por quê, grande brasileiro?

Porque fizestes o que vos cumpria; porque, repito, executastes fielmente o programa que haviéis traçado — o respeito ao direito e o amor à liberdade.

Lá chegastes, e as orações que produzistes foram pela liberdade, pelo respeito alheio.

Plantastes ali uma política nova — semeastes a política do amor.

(Muito bem, bravos).

Completastes na Holanda a grande obra iniciada na Pátria: fostes leal; honrastes o nome da Pátria; a enaltecestes, a tornastes grande e respeitável.

VOZES — Muito bem.

O SR. COELHO NETO — Mas vejamos, senhores, antes dêste quais foram os grandes serviços de Rui Barbosa.

Vejamos.

Quando se escutavam os grandes gemidos dos oprimidos; quando o sangue rojava pelas colinas; quando a mãe escrava não tinha o direito de acalentar, de acarinhar, de beijar seu filho, quem foi que procurou fazer cessar êsses gemidos, estancar essa torrente de sangue, permitir que a mãe escrava acarinhasse o fruto de seu amor?!

Rui Barbosa!

VOZES — Muito bem.

O SR. COELHO NETO — Senhores, a liberdade de nossa pátria por que não dizê-lo? — está ligada ao nome de Rui Barbosa.

E como começou o movimento libertador entre nós?

Soldados obedeciam às ordens de seus generais, mas êsses generais obedeciam a uma outra ordem superior, à ordem de Rui Barbosa que é de fato general em chefe.

E o seu trabalho em favor da pátria não cessava, era contínuo, era de dia e de noite, às vêzes sem ter recebido uma só refeição. E êle estava sempre em seu pôsto, a trabalhar pela pátria; a estimular àqueles que mourejavam a seu lado, a ensinar-lhes a amena doutrina do amor, a pregar-lhes

o respeito às coisas pátrias, ensinando-lhes que uma só coisa existia — a Pátria.

Era todo o seu programa a liberdade.

Não contente com tudo isto, êle que havia feito da sua fê a nossa religião, tornou-se o advogado de Deus. E aqui temos, a um tempo, a voz dêsse homem, ecoando sôbre a terra, servindo à causa de Deus, e à causa dos homens.

Mais ainda. Quando exilado, longe de sua pátria, quando seu coração latejava saudoso pela pátria, no momento em que a França injustamente, condenava ao degrêdo um inocente, a primeira voz que se fêz ouvir, clamando justiça, em todo orbe, foi a do exilado.

VOZES — Muito bem, apoiado!

O SR. COELHO NETO — Senhores, que mais falta a acrescentar à fê de officio gloriosa dêsse grande homem?

Que mais falta?

Ah! falta ainda alguma coisa.

Houve um instante em que o foram buscar no seu lar sereno e remançoso para trabalhar em favor da pátria, para fortalecê-la pela força da sua dialética, para aclará-la com o clarão do seu talento.

E quem o foi buscar?

O Barão do Rio Branco, êsse homem que representa para a nossa pátria uma mercê divina, e que, um dia, foi arrancá-lo, foi intimá-lo para, em nome da pátria levar ao estrangeiro a persuasão do seu direito, servindo-se da doutrina nova de que há pouco vos falei, da política do amor, do carinho, da vontade indomável, do respeito sôbre os direitos.

E o que fêz Rui Barbosa, no desmpenho de tão árdua missão, está nos corações de toqdos vós.

VOZES — Muito bem.

O SR. COELHO NETO — Sou incapaz de repetir o que está nos corações de todo o brasileiro, desde a criança até ao adulto.

VOZES — Muito bem.

O SR. COELHO NETO — Fazê-lo seria uma falta de deferência, uma intolerância de minha parte.

Agora, vos digo, srs.: êste homem que acaba de receber tôdas as manifestações: que acaba de ver, na hora de seu desembarque, um povo inteiro, para vê-lo, para adorá-lo, para respeitá-lo, vem aqui ouvir a minha palavra; e eu que represento a simplicidade e a força — o povo — trago-lhe alguma coisa de emocionante, dádiva dêsse oceano, que freme, que se agita, que ulula, que se contorce nas grandes convulsões, e que, neste instante, submisso, quieto, se roja para beijar-lhe as plantas.

VOZES — Muito bem; muito bem.

O SR. COELHO NETO — Meu grande patricio, um dos membros da comissão desta pomposa solenidade, dentro em pouco vos entregará um mimo de grande valor, porque foi trabalhado entre as grades de uma prisão, por um homem que sonha, como Patrocínio, com a liberdade. É um objeto pequeno, frágil, aquêle que vos vai ser entregue por um dos mandatários do povo.

Não é um monumento; é uma simples medalha. Não refulge nas praças como as estátuas; não cinzela sôbre o sol do dia; mas tem um valor muito mais subido: assenta em pedestal extraordinário — o coração dos vossos patricios — e vale como um incentivo ao vosso acrisolado patriotismo, e como um escudo de grande força.

VOZES — Muito bem; muito bem.

O SR. COELHO NETO — Mas, não vos posso dizer mais nada.

Conheço-vos de longa data, e é a primeira vez que, de público, confesso o meu culto, a minha dedicação ao vulto mais forte, mais justo, mais digno, mais admirado e mais amado de minha pátria.

VOZES — Muito bem; muito bem. (*Palmas*).

Revista da Época, Ano V, n. 4, fevereiro de 1908.

* * *

RESPOSTA DE RUI BARBOSA

Meus Senhores,

A agitação e a magia de quadros como êste não toleram expansão oratória.

O momento me obriga a um grande esforço de condensação: é necessário dizer tudo o que penso, tudo o que sinto, tudo o que aspiro, se fôr possível numa só palavra.

Senhores, aquêles que iniciaram e levaram a efeito esta festa, não contentes em gravar no bronze, na prata e no ouro a expressão de sua generosidade, foram pedir ainda a um dos mais notáveis artistas de nossa prosa vernácula uma das maravilhas do seu cinzel privilegiado.

Habitudo na sua liberalidade a prodigalizar primores de talento, jóias de poesia (*Muito bem*), deu-se êle pressa em pôr o seu coração, a sua fantasia, a sua eloquência ao serviço do vosso entusiasmo. Eis, pois, imortalizada, em traços indeléveis, pela sua palavra, a passagem do vosso representante no Congresso de Haia.

Infelizmente, porém, a imagem foi infinitamente acima do original. (*Não apoiados gerais*).

A imagem não é mais do que uma dessas ampliações imensas de serviços cujos merecimentos, na sua totalidade, pertence à verdade que os ditara, à pátria que os influenciou.

VOZES — Muito bem.

O SR. RUI BARBOSA — Meus senhores, se na vossa glorificação existe alguma coisa que corresponda efetivamente à realidade; se nos meus atos alguma coisa houve que merecesse realmente esta glorificação, para exprimir o meu agradecimento a todos vós, a todos os que compõem esta manifestação incomparável, ao povo, aos moços, às crianças, não posso encontrar outras palavras senão as do poeta já uma vez empregadas por mim na dedicatória dos meus discursos em Haia ao Barão do Rio Branco.

e tão acertadamente impressas agora por vós no reverso desta medalha:

*"Eu, desta glória só fico contente,
Que a minha terra amei, e a minha gente" (*)*

(Prolongada salva de palmas. Bravos! Muito bem).

(*) Versos do poeta português Antônio Ferreira, gravados no anverso da medalha oferecida. Tem ela no anverso o busto de Rui encimado pela seguinte inscrição: «Homenagem ao Conselheiro Rui Barbosa» e os versos supracitados. No verso, a miniatura do Palácio dos Cavaleiros de Haia, onde se realizou a conferência. Foram igualmente oferecidas as matrizes encerradas em estôjo de veludo com as cores verde e amarelo.

ANEXO VIII

BANQUETE OFICIAL OFERECIDO PELO
GOVERNO



ANEXO IX

DISCURSO AGRADECENDO O BANQUETE OFERECIDO EM PALÁCIO
PELO PRESIDENTE AFONSO PENA, EM 2 DE FEVEREIRO DE 1908

O Sr. Rui Barbosa não tem expressões, com que agradecer ao seu eminente amigo o ilustre Sr. Dr. Afonso Pena a alta distinção da honra que lhe faz com esta rara demonstração de apreço, e bem assim as suas palavras, tão singularmente generosas.

Ditas do alto da autoridade moral inerente à sua pessoa e da sua elevada situação atual na magistratura suprema da nação, a mais subida recompensa não poderia aspirar, da parte do governo que representou, o embaixador do Brasil em Haia.

Se êle tanto relutou em se encarregar dessa tarefa, é que não acreditava nas suas forças, para corresponder a confiança tamanha como a com que então o honrava o presidente da república. A declaração, por êle agora feita, de que o seu delegado, não só satisfez, senão ainda lhe excedeu a expectativa, lhe compensa amplamente as inquietações, com que no decurso daquela tarefa, o afligiu o vivíssimo sentimento da sua grave responsabilidade.

Entretanto, insistindo num testemunho cuja reiteração lhe é muito grata, notará, mais uma vez, que a êsses resultados, na importância dos quais tanto se compraz o povo brasileiro, não poderia ter chegado o seu representante na Segunda Conferência da Paz, se não fôsse a comunhão e a permuta contínua de sentimentos, em que lhe foi dado estar sempre, no desempenho de tão árdua missão, com o ilustre ministro das relações exteriores, cujos serviços ao país o tornam hoje um homem necessária na sua pasta, e com o chefe do Estado, cujo apoio nunca lhe faltou.

O Sr. Rui Barbosa considera com prazer na atração, que tem aproximado a sua vida à do seu ilustre amigo, o Dr. Afonso Pena. Começaram ambos, para o serviço do país, nos bancos de um ano juridico hoje famoso pelo número de homens notáveis que tem dado à nação, e, depois de freqüentes contactos, com alguns raros desvios, num e noutro regimen, acabaram juntando-se, é de esperar que definitivamente, num momento tão sério e solene para os dois antigos condiscipulos, um exercendo o govêrno da república, o outro incumbido por êle de representar, na assembléia universal das nações, a civilização, a honra e as aspirações do Brasil.

Retribuindo, sob estas impressões, o brinde com que o presidente da República o acaba de honrar, faz votos o Senhor Rui Barbosa para que essas bênçãos, de que S. Exa. falava, recaiam abundante sôbre êle, o seu lar, a sua família, o seu futuro, de que tanto deve esperar o país.

Minuta autógrafa no Arquivo Histórico do Palácio Itamarati

ANEXO IX

ENTREGA DA MEDALHA DE OURO MANDADA
CUNHAR PELO GOVERNO



DISCURSO DO PRESIDENTE AFONSO PENA

NA RECEPÇÃO OFICIAL EM PALÁCIO PARA A ENTREGA, A RUI BARBOSA, DA MEDALHA DE OURO MANDADA CUNHAR PELO GOVÊRNO PARA COMEMORAR OS SERVIÇOS PRESTADOS AO PAÍS NA CONFERÊNCIA DA HAIA, EM 15 DE NOVEMBRO DE 1908

O Govêrno da República, querendo significar a Vossa Excelência o seu alto aprêço pelos inexcêdíveis serviços que prestou à Pátria, como nosso embaixador na Segunda Conferência da Paz, que se reuniu em Haia no ano de 1907, mandou cunhar esta medalha comemorativa que tenho o prazer de oferecer a V. Ex.

Nessa memorável assemblêia das nações civilizadas, V. Ex., com uma nobre eloquência, sólida e extensa cultura jurídica, soube elevar bem alto o nome do Brasil.

Defendendo os princípios mais liberais na sua aplicação às relações internacionais e à igualdade jurídica das nações, que foram aqui proclamados pelo ilustre estadista americano Sr. Root, V. Ex. testemunhou perante o mundo civilizado os ideais que sempre guiaram, e guiam o povo brasileiro.

Cabe ao Brasil a glória de primeiro haver consignado em seu pacto fundamental, como regra primordial para dirimir questões internacionais, o arbitramento, condenando ao mesmo tempo, de modo formal, a guerra de conquista.

Destarte afirmou a Constituição Brasileira o nosso profundo amor à paz. Só nos anima o progresso moral e material do país, e êste só se obtém com o trabalho tranqüilo e continuado.

Escolhendo o dia de hoje, que relembra o maior dos acontecimentos políticos da nossa pátria, no qual representou V. Ex. papel proeminente, quero mostrar que a República

registra entre os serviços mais relevantes os prestados à causa da Paz e do Direito dos povos.

Receba V. Ex. esta medalha, destinada a comemorar o grande acontecimento ao qual estão ligados de modo honroso e digno o nome de nossa Pátria e do seu eminente embaixador.

RESPOSTA DE RUI BARBOSA

Senhor Presidente da República,

Agradeço do fundo d'alma a V. Ex. o alto generoso pensamento da recompensa com que o seu governo resolveu premiar em mim o modo como a embaixada brasileira em Haia se desempenhou da sua missão, bem assim as palavras, tão cheias de eloquência quão repassadas de bondade, com que V. Ex. acaba de lhe honrar os serviços.

Eu me felicito vivamente de que Deus me haja permitido satisfazer à confiança em mim posta por V. Ex., quando houve por bem eleger-me para um encargo de tão delicada responsabilidade, e pelo Senado da República, ao autorizar a minha nomeação, por V. Ex. deliberada.

Não atribuo tal fortuna a merecimentos meus, senão à excelência dos princípios que ali advogamos, à cooperação com que me auxiliava o governo brasileiro, ao calor da solidariedade, com que a opinião pública sempre daqui me alentou, às simpatias que acabamos por despertar no seio da memorável assembléia e, sobretudo, às bênçãos daquele cujo amparo não falece às boas causas, defendidas pelos bons meios.

Oxalá que êsses resultados, tendo ido então além de nossas esperanças, persistam em as exceder na ação benfazeja do seu estímulo sobre o civismo dos

brasileiros, e que o bom espírito da nação, tomando sèriamente a peito os interêsses do nosso futuro nas relações internacionais, coroe com os beneficios da paz e da prosperidade a administração de V. Ex., para continuar, após ela, a nos assegurar, já entre os nossos irmãos da América, já entre os povos do outro continente, essa benevolência, de que tanto depende o desenvolvimento progressivo dos nossos destinos, provàvelmente grandes e úteis em um porvir não remoto.



ANEXO X

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES



SAUDAÇÃO DE EUCLIDES DA CUNHA

Em 30 de dezembro de 1907

Por mais profundo meditar, a sua palavra não corresponderá à grandeza dos sentimentos dos que o foram buscar para dar ao ilustre Embaixador as boas vindas.

Não poderia também interpretar o sentimento nacional, tão grande se revela a simpatia fervente, o entusiasmo que o rodeia. O seu intuito não é fazer a apologia do ilustre Embaixador ao Congresso da Paz, porque para isso bastava apontar a sua longa carreira política, tão trabalhada de lutas; seria, porém, tarefa longa e inútil. Apenas iludiria a ignorância de quem só viu a política do seu país numa quadra de romantismo. O orador vê no Embaixador Rui Barbosa, não um representante do Brasil, mas, sim, o plenipotenciário da América Latina.

A sua atitude no Congresso de Haia definiu princípios gerais que jamais se confundirão. Não crê, diz o orador, (apreciando o papel que assumiu o ilustre Embaixador) que nenhum homem possa produzir isolado êsses deslocamentos na História. — «Fôstes o deputado do continente! Demonstrou-se êsse fato. Os políticos, — filósofos liberais da Europa, — têm na América os seus melhores discípulos. As suas idéias, vistas de longe, aumentam de forma, como se a existência física se ampliasse na vastidão do Atlântico. Daí nos sentirmos crescer com a sua grandeza. A nossa experiência de povos novos sempre nos parecera maior diante da superioridade revelada pelas velhas raças trabalhadoras. Presumimos às vezes concretizar-se nelas as maiores utopias dos sonhadores

(*) Infelizmente não foi taquigrafado êste discurso nem a resposta de Rui Barbosa. De ambos publicou o *Jornal do Comércio* simples resumos, transcritos depois (setembro, 1942) em artigo que, sob a epigrafe «Euclides e Rui Barbosa», publicou Francisco Venâncio Filho na *Ilustração Brasileira*.

pacifistas. E quase que tínhamos a representação objetiva do quadro ideal da solidariedade humana.

Acreditávamos numa evolução tão perfeita que se prendia à própria evolução da terra; acreditávamos que o cosmopolitismo crescera tanto que a própria atmosfera se impregnara dêle, para dentro dela se operar a transformação moral das raças.

O seu fulgor irradiava nos tratados, nas convenções que ampliam o império da justiça, e nas posições em que parece figurar a apoteose da prosperidade dos povos irmanados pelo trabalho.

Ê fato que havia sombra nesse quadro luminoso; o capitalismo absorvente e o industrialismo ferrenho faziam surgir o socialismo, levantando o maior dos problemas que agitam a sociedade.

Os *trusts*, açambarcando tudo, pareciam prognosticar o esmagamento da maioria dos povos em proveito de quatro ou cinco nações fortes e imperialistas.

Parecia que o sonho dos velhos filósofos não se tornaria realidade, porque os erros caminhavam passo a passo com os adiantamentos.

O congresso interparlamentar, que se reuniu em Paris, sob a presidência de Júlio Simon, era prenúncio de que a Europa nos precedera para o ideal da paz.

Via-se Alfredo Nobel, o sinistro inventor da pólvora sem fumaça e da dinamite, legar tôda a sua fortuna à obra dos pacifistas, e Nicolau II, em momento crítico para a autocracia, declarar, numa proclamação ao povo, que era patrício de Tolstói.

Tudo nos ditava que as nações fortes, as nações exorbitantes, seriam as primeiras a remover os tropeços que perturbavam a marcha do extraordinário ideal. Por isso surpreendeu a todos ver que, depois de tantos congressos, não se havia adiantado um passo.

A organização do tribunal permanente nem o mérito da originalidade possuía, querendo avaliar as nações por cabeças de habitantes, como se avaliam rebanhos.

Com a oposição levantada pelo nosso ilustre delegado do Brasil, não se impressionaram os açambarcadores da filosofia; naquele momento, até a ironia graciosa dos jornalistas o desenhou ao mundo como *l'Enfant terrible*.

Chocou o extraordinário da revelação, quiseram apegar-se a pequenas regras de regimento interno para tolher-lhe a liberdade da palavra, impedindo-o de permanecer na tribuna.

Era preciso abrir-se um período de síntese, em que se entrechocassem os efeitos de vinte séculos de cultura.

Naquela ocasião, não éreis o representante de uma nacionalidade, não éreis um satélite; éreis um sistema, até falando astronômicamente, porque arrastáveis convosco uma constelação de países.

Deixo-vos nesta altura; mas, antes de terminar, peço licença para dizer que não se pode atribuir o papel que desempenhou o nosso delegado unicamente as suas qualidades pessoais.

O seu aparecimento é tão lógico, tão geométrico, como a resultante de um paralelogramo de forças.

Refere-se também o orador ao ilustre Chanceler, reputando extraordinário o seu encontro com o Dr. Rui Barbosa.

A irradiação da inteligência do segundo consorciou-se com a austeridade moral do estadista.

Termina o orador dizendo que, na saudação que levanta, brinda também o futuro da nossa pátria.

* * *

RESPOSTA DE RUI BARBOSA

A oração que acabais de ouvir foi um poema de história, de eloquência e de filosofia. A resposta precisaria de reflexão, que não podia ser feita de momento.

A série de manifestações, com que a generosidade do povo brasileiro tem recompensado os seus insignificantes serviços, lhe esgotaram tôdas as fontes de emoção e de pensamento.

Só lhe resta agradecê-las.

Há um ponto, porém, do discurso do eloquente orador, que êle subscreve, para que o mérito na sua

missão pertença ao Barão do Rio Branco e ao governo do Dr. Afonso Pena.

Longos meses vacilou em aceitar encargo tão pesado, mas o sentimento do apoio de um grande espírito e de uma alta capacidade política o prepararam para a luta, o habilitaram a não envergonhar o seu país.

Pensa que tudo se deve ao apoio do governo, em primeiro lugar; em segundo, ao sentimento da opinião pública de sua pátria, cujos ecos lhe chegavam aos ouvidos como um supremo conforto, fazendo ter a ilusão de que sentia os corações de seus patrícios pulsarem de encontro ao seu, e, em terceiro, à conjuração feliz dos fatores históricos de que falou o orador precedente.

Também não acredita no valor individual do agente senão como reflexo do meio.

Ao sair daqui, os representantes do Brasil não levavam projetos, nem tão pouco programas. Iam apenas corresponder a convite que lhes fôra dirigido.

Graças, porém, aos incidentes e aos erros que ali nos favoreceram com a ocasião de rebater a injustiça, de defender o direito, conseguimos impedir a realização do mal.

Isso devido, não ao nosso valor, mas ao dos princípios; conseguimos ver ruir planos que viriam prejudicar o ideal de confraternização.

Impedindo a organização do Tribunal de Arbitramento, obtivemos uma vitória.

Refere-se de passagem à criação do tribunal da paz, em que ficou sozinho na defesa do direito de seu país.

Houve mais tarde quem o acompanhasse no seu isolamento.

O govêrno da República Argentina não assinou o tratado referente àquele tribunal, e a opinião de todos os governos se modificou quando chegou aos seus ouvidos a voz da reflexão e da justiça por órgãos de seus delegados.

O orador conclui o seu discurso, dizendo que encurta as velas da sua reminiscência e da boa vontade para agradecer a todos. (*)

(*) FRANCISCO VENÂNCIO FILHO — *Rio-Branco e Euclides da Cunha*, Impr. Nac., 1946, ps. 62-67.



ANEXO XI

PROPOSTA DE UM PRÊMIO NACIONAL



DISCURSO DO DEPUTADO LÔBO JURUMENHA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão em 16 de maio de 1908

O SR. LÔBO JURUMENHA — Sr. Presidente, tendo de apresentar um projeto de lei relativo ao grande brasileiro Sr. Dr. Rui Barbosa, em lugar do discurso que me competia e devia proferir em justificativa do mesmo projeto, vou ler um artigo de fundo que tem de ser publicado amanhã, no jornal do meu município, *O Futuro*, e do qual sou o único redator.

O que teria de dizer, já escrevi neste artigo que leio.
Ei-lo:

Tôdas as nações civilizadas têm o maior culto e a maior veneração pelos seus grandes homens. São êles cercados de todo o acatamento e respeito e os seus nomes constituem parte do patrimônio sagrado da Nação.

Se buscam o seio dos sepulcros, revivem e se eternizam nos edifícios, monumentos e estátuas que atestam o que foram; enquanto vivos, além da veneração e homenagens, devemos evitar que experimentem os agrores e vicissitudes da adversidade e isto, principalmente, porque os espíritos superiores em nada se preocupam com o bem estar físico e terreno.

Quem já viu o grande filósofo, o grande estadista, o grande cientista preocupar-se séria e vivamente com o aumento e multiplicação dos seus haveres, com o seu bem estar e o futuro dos seus?

Vivem engolfados nas contemplações abstratas do mundo científico, — como filósofos que são.

Daí o dever imperioso de ampará-los para que possam, despreocupados das contrariedades terrenas, mais e mais benêficamente serem úteis à ciência e à grandeza de sua pátria.

Todos estamos lembrados das grandes manifestações feitas pela Câmara dos Deputados, pelo Senado e pela Nação inteira, em justa e merecida homenagem, a Rui Barbosa, pelos grandes, reais e inestimáveis serviços prestados altivamente pelo grande brasileiro, na Conferência de Haia.

Sem hipérbole, podemos afirmar que nenhum cientista contemporâneo do velho, novo e novíssimo mundo possui maior e mais assombroso talento do que o eminente Sr. Dr. Rui Barbosa.

Ninguém se lembrou, entretanto, de isolar este grande vulto, da adversidade e lutas da vida, para que, plácidamente e com todo o vigor de sua possante inteligência e de sua prodigiosa erudição, pudesse ele entregar-se, exclusivamente, em aumentar a grandeza de sua Nação e, diga-se mesmo, a servir à humanidade, ao mundo inteiro.

Quem poderá duvidar da competência e operosidade admirável de Rui Barbosa, para terminar, com o maior brilhantismo, o nosso Código Civil e entregá-lo à Nação, sem que seja preciso o menor retoque?

E por que não o tem feito?

Nestes últimos tempos, abstração feita de reais e inestimáveis serviços, que nos prestou o grande estadista na Conferência de Haia, aí vemo-lo, nesta Capital, mourejando e se finando no labor exaustivo de sua banca de advogado e na materialidade da Vice-Presidência do Senado, servindo, mau grado seu, de alvo às ambições políticas de partidarismo apaixonado.

Para que Rui Barbosa, a nossa maior relíquia, possa se manter na esfera superior que lhe compete e não seja profanado pela política, será apresentado no Congresso projeto de lei.

Não sou suspeito, Sr. Presidente, porque nem ao menos tenho a felicidade de conhecer pessoalmente o Sr. Dr. Rui Barbosa, e o artigo que acabo de ler é a expressão sincera do que sinto.

Submeto, portanto, à consideração da Câmara dos Deputados o projeto de lei que mando à Mesa. (*Muito bem; muito bem*).

* * *

CARTA DE RUI BARBOSA

Rio, 17 de maio de 1908

Exmo. Sr. Dr. Lôbo Jurumenha (1)

Se me coubesse a felicidade, que me não cabe, de ter as relações de V. Exa., eu, agradecendo-lhe a sua generosa iniciativa, em meu benefício na Câmara dos Deputados, lhe pediria retirasse o projeto (2), com que ali me honrou ontem, de um prêmio pecuniário aos trabalhos do embaixador do Brasil na conferência de Haia.

Recompensas políticas dessa natureza não calam a boca às paixões subalternas, senão quando sagradas e impostas pelo consenso virtualmente unânime da opinião pública no seio dos seus órgãos eletivos; e o poder contestável das maiorias não bastará, talvez, para levantar o dinheiro à altura de serviços, que, tendo logrado a fortuna inestimável de elevar e engrandecer a Pátria aos olhos do estrangeiro, só em si mesmos encontram galardão condigno.

(1) Deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro.

(2) Projeto n. 4, de 1908: «O Congresso Nacional decreta: Art. 1º — Fica o Governo autorizado a emitir mil apólices, que entregará ao Sr. Dr. Rui Barbosa, tendo, em cada apólice, além de outros, os seguintes dizeres: *A Nação ao grande brasileiro Rui Barbosa. Apólice emitida em virtude do decreto n., do valor nominal de um conto de réis, juros de quatro por cento, pagáveis trimestralmente no Tesouro Federal ou em qualquer delegacia do Tesouro, no estrangeiro. Intransferível e extinta nos termos do mesmo decreto.* — Art. 2º — Por falecimento do Sr. Dr. Rui Barbosa, serão consideradas extintas as apólices de n. . . . a 500 e as demais passarão em usufruto à sua mulher a metade, e 250, repartidamente às filhas, enquanto solteiras, considerando-se extintas todas pelo falecimento das mesmas. — Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário. — Sala das sessões, 16 de maio de 1908. — LÔBO JURUMENHA» (Anais da Câmara dos Deputados. Sessões de 27 de abril a 30 de maio de 1908. Vo 1. I, Rio, 1908, pgs. 146-148; 168 e 181). O projeto não teve andamento.

O fato, sem precedente, da importância internacional adquirida pelo Brasil na Conferência da Paz, com o seu incalculável alcance, pelas conseqüências atuais e futuras que o avultam, não sendo susceptível de se medir em terras ou em moeda sonante, excede, contudo, pelas dimensões sociais, o tamanho das que poderiam caber no ativo de um indivíduo.

Embora queiram apoucá-lo interessados em o abonhar, elas subsistirão.

Mas, do que nesse extraordinário sucesso maravilha e surpreende o merecimento, muitas vezes o tenho dito, pertence ao autor de todo o bem, ao Senhor das nações, que de maior altura as precipita arruinadas, e da mais baixa humildade as ergue poderosas. O homem, que se lhe move nas mãos, pouco mais vem a ser que um instrumento feliz.

A honra, porém, de ter correspondido à eleição da Providência com brilho e crédito da sua terra natal, sobeja para o indenizar das maldades, com que o ódio, a ingratidão e a inveja, mais cedo ou mais tarde, se desforrarão nêle da raiva de haverem tido que emudecer coactos, num momento de aclamação nacional.

Esse caráter de alta exceção revestiram as expressões gerais de aplausos e reconhecimento com que o Brasil inteiro acolheu os meus atos na assembléia de Haia. Era de esperar que de tanta magnanimidade me restasse, afinal, ao menos o respeito, isso que dos estranhos obtive, assinaladamente, por demonstrações quase singulares, e de mim reverteu sobre o meu país, num congresso que reunia todos os Estados constituídos. Não precisaria eu de outro escudo, para me forrar à malícia de ironias, debates e confrontos depreciativos.

Quando o estrangeiro, por uma lisonjeira ilusão a meu respeito, cuidava estar vendo em mim a imagem exata do povo que eu representava, certamente o não media pela extensão das suas fronteiras, desconhecidas ao mundo. Pena seria agora levarem-no a supor que o Brasil, assoberbado pela opulência dos seus latifúndios, débil senhor de infinitos desertos, ainda não contente com a imensidade de seus domínios indefesos, requinte a alucinação da grandeza territorial ao ponto de ter em maior preço a dilatação do seu solo que a conquista de um nome e uma autoridade moral entre as nações respeitadas.

Com particular consideração e estima, de V.
Exa. patricio e crº e atº e muito obdº

RUI BARBOSA



ANEXO XII

RESPOSTA A J. J. SEABRA



POR UMA VEZ

Era meu propósito absoluto deixar correr entregue a si próprio o aranzel do Sr. J. J. Seabra, cujas qualidades características se vão excedendo a si mesmas neste parto de montanha, anunciado há muito como um ciclone de escândalos irresistíveis. Persisto e conto acabar nessa resolução. O autor da obra prima há de ser julgado, mais uma vez, pela valia do seu produto.

Na exibição de hoje, porém, contra mim se empina uma calúnia tão desmarcada, perversa e revoltante, que não me seria lícito deixar de lhe opor o mais imediato desmentido.

Serve de pretexto à invenção a circunstância, ajeitada pelo detrator de que eu, numa sessão do Senado "enumerei a série de favores, com que o tenho beneficiado desde Ministro da Fazenda no Governo Provisório".

Já do pretexto começa a falsidade. De favores ou benefícios meus a outrem sou incapaz de fazer alarde. Atribuíam os amigos do meu difamador a inveterados e incansáveis rancores a minha atitude no caso de Alagoas. Então, forçado, em legítima defesa, esbocei a história das minhas relações com o Sr. J. J. Seabra, para mostrar com alguns fatos, em nada a êle desairosos, a benevolência que, da minha parte, sempre os animara. Nada mais.

É disso, entretanto que êle se vale, para coonestar um atentado como o dêstes períodos, embebidos na mais triste má fé e inspirados no mais odioso espírito de mentira:

"Esqueceu, e lembro-as para correr em auxílio de S. Ex. neste particular, duas finezas características a que corroboram mais ainda seu assêrto.

"Ia acesa e quente a agitação produzida pelo Tratado de Petrópolis; a imprensa, com paixão e até com violência, ocupava-se do assunto, encontrando um pretexto para atacar o Ministro das Relações Exteriores.

"A demissão pedida pelo Sr. Rui Barbosa do cargo de Ministro Plenipotenciário, com que o Governo o distinguira para negociar o tratado, concorreu para aumentar a agitação.

"Em certo domingo, às 2 horas mais ou menos da tarde, anunciaram-me a visita do Senador Rui Barbosa, em minha residência à rua Carvalho de Sá n. 30.

"Apressei-me em ir ao encontro de S. Ex., e depois de trocarmos afetuosos cumprimentos, dissemos S. Ex.:

"Traz-me aqui assunto de alta relevância e muito sério, o Governo corre perigo de ser deposto se continua na pasta do Exterior o Rio Branco;

"— Tenho motivos para saber que o Exército e a Armada não concordarão absolutamente com o tratado, nas bases em que está sendo negociado, e se levantarão se o Governo persistir em tais bases, e o meio de evitar o desastre é retirar-se o Barão.

"— Mas, como é possível sacrificar o Barão? O Rodrigues Alves tal não fará'.

“— Acima e superior aos homens devem estar as instituições, respondeu-me S. Ex. que a propósito e sobre o mesmo assunto fêz-me outras considerações.

“No dia seguinte era o dia designado para o meu despacho com o Sr. Presidente da República, e, depois dêle, relatei a S. Ex. o que ouvira do Senador Rui Barbosa.

“O Sr. Presidente disse-me sem hesitação: — Pois bem, cairemos todos, porque em hipótese alguma abandonaria o companheiro no meio do caminho. O Barão fêz grande sacrifício vindo ocupar a pasta de ministro e só o fêz a reiterados pedidos meus.

“Entramos em considerações a respeito dos temores do Senador Rui Barbosa; e o tratado sobre o qual todo o govêrno estava de acôrdo, fêz-se sem opposição alguma, e, antes, com aplausos da Nação e das classes armadas.

“Tempos passados, é que vislumbrei o motivo porque se procurava ameaçar o govêrno, na pessoa do ministro da Justiça, caso não se retirasse o ministro do Exterior: é que se falava neste como possível candidato à sucessão presidencial”.

Esta ação má é a autofotografia do escritor.

Se uma comunicação de natureza tão intimamente confidencial se houvesse dado entre mim e o Senhor Seabra, as noções de moral menos exigente, da honra mais vulgar deviam bastar-lhe, para lhe tornar sagrado êsse depósito da confiança de um homem no caráter do outro. Devassá-lo ao público era deslealdade, baixeza e cobardia.

Mas aquela consciência, como se para ela não houvesse deveres ou sentimentos sagrados, não se considera autorizada sòmente para trazer à praça confidências recebidas no seio da amizade ou entregues à sua fé: manipula, inteiramente de sua lavra, segredos inconfessáveis, para enxovalhar com o apa-

rato da revelação escandalosa aquêles que tiveram o infortúnio de lhe haver passado pelo contacto.

Se, contra o meu costume quase invariável até então com os homens do poder, visitei o Sr. Seabra durante o seu ministério, foi porque êle, ao aceitá-lo, me procurou em minha casa, rendendo-me os protestos da mais calorosa devoção. Animado por isso, alguns pedidos fiz àquele ministro, dêsses a que o homem público e o homem de coração se não podem subtrair; mas nunca em benefício meu ou dos meus.

Daí, porém, a confiar no Sr. Seabra, a ter com êle confidências, a constituí-lo depositário de intimidades, cuja revelação me pudesse prejudicar, vai, bem se vê uma distância infinita.

Nunca a transpus. A minha experiência, a minha reserva natural, o conhecimento daquela índole impulsiva e mal equilibrada; não me permitiam transpô-la. Que desatinado seria eu, para me servir de semelhante veículo em negócio de tão raro melindre, como o de impor ao presidente da República, em nome das classes armadas, a demissão de um ministro?

Tal coisa nunca me passou pela mente. Tão absurda ela é que o autor do conto não enxerga para lhe dar côr de verdade, senão a hipótese de andar eu já então arredando rivais à minha candidatura presidencial. Mas, quando, por amor de uma pretensão como essa, que eu nunca tive, apesar de ver sempre entusiasmado por ela o Sr. Seabra, fôsse eu capaz de me aventurar a conspirações como a figurada nessa história, quem acreditaria que buscasse por confidente de minha emprêsa a um homem que relações de intimidade nunca teve comigo e que há tanto tempo se assinalava politicamente como o gênio da levianidade?

A fábula do Sr. Seabra, pois, não tem senão a consistência das palavras que tão mal a envolvem.

Durante a negociação do tratado de Petrópolis se acreditava e propalava geralmente que a cessão de território nacional ao estrangeiro seria mal vista ao elemento militar. Eu participava dessa presunção, cujos vestígios não ocultei no meu voto, oficialmente publicado. Possível é, assim, que ao ministro do Interior falasse no em que tôda a gente falava, crendo ou descrendo.

Mas disso a intimidá-lo com a deposição militar do governo, em lhe sugerir a exoneração do ministro do exterior, ia, já se vê, um abismo.

Vingando-o, para me assacar a linguagem que me assaca, o Sr. Seabra falta hoje absolutamente à verdade. E, se já desde então, o fazia, se me traía desde então, pintando-me nesses traços ao Sr. Rodrigues Alves, não era eu a primeira vítima dessa vocação famosa na intriga e na deslealdade.

Haja vista a de que o *Correio da Manhã* o denunciou a êle nas suas relações com o Sr. Campos Sales, quando seu *leader* na Câmara dos Deputados.

Agora, pode continuar. Não há processo mais fácil. Cada visita minha à sua secretaria ou à sua casa, poderá servir de moldura a um aleive contra a minha reputação. É o único serviço útil, que esta lhe poderia dever.

Rui Barbosa.

Petrópolis, 22 de março.



ÍNDICE ONOMÁSTICO

- ALBUQUERQUE, Cactano Manuel de Faria — ps. 14, 15
- ALENCAR, Alexandrino Faria de — ps. 43, 45.
- ALVES, Francisco de Paula Rodrigues — ps. 53, 55, 59, 60, 68, 74, 198, 201.
- ARAÚJO, Josino de — p. 81.
- AZEREDO, Antônio Francisco de — ps. 11, 19, 48, 61.
- BACON, Francis — p. 113.
- BANDEIRA, Sebastião — ps. 46, 47.
- BARBOSA, Rui — ps. IX, 3, 5, 6, 10, 11, 12, 15, 17, 20, 22, 23, 24, 27, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 54, 61, 63, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 75, 77, 85, 95, 96, 97, 103, 110, 113, 127, 139, 140, 141, 147, 148, 151, 153, 160, 164, 165, 166, 167, 168, 172, 175, 176, 181, 183, 189, 190, 191, 193, 198, 199, 201.
- BARCELOS, Ramiro Fortes — p. 40.
- BARRAL, Condessa de (Luísa de Barros — condessa de Barral e de Pedra Branca — p. 32.
- BARRAS, Luis Ernesto — p. 127.
- BARROS, Prudente José de Moraes — p. 50.
- BOCAIUVA, Quintino de Sousa — ps. 19, 20, 21, 49, 50.
- BONFIM, Manuel — p. 81.
- BOTELHO, Francisco Chaves de Oliveira — p. 81.
- BRAGANÇA, Luís de Orleans — Dom — ps. 3, 4, 5.
- CALMON [Moniz de Bittencourt] Pedro — p. 22.
- CAMPOS, José Luis Coelho e — p. 6.
- CARLYLE, Thomas — p. 148.
- CARVALHO, Anfilóbio Botelho Freire de — ps. 14, 15.
- CASTRO, Francisco de — p. 65.

- CATUNDA, Joaquim de Oliveira — p. 82.
CERQUEIRA, Dionísio de Castro — p. 57.
COELHO, Erico Marinho da Gama — ps. 12, 15.
COELHO NETO, Henrique Maximiano — ps. 163, 164, 165, 166.
CORREIA, Inocêncio Serzedelo — p. 14.
COUTO, marquês do — p. 46.
CUNHA, Euclides da — ps. IX, 181, 185.
DANTAS, Manuel Pinto de Sousa — p. 56.
DESCARTES, René — p. 113.
EU, Gastão de Orleans, conde d' — ps. 21, 22.
FERREIRA, Antônio — p. 168.
FERREIRA, Marcos Teles — p. 80.
FIGUEIRA, Domingos de Andrade — p. 17.
FONSECA, Manuel Deodoro da — ps. 49, 50.
FRANÇA, Jerônimo Teixeira — p. 22.
GAMA, Luis Felipe de Saldanha da — p. 43.
GLICÉRIO, Francisco — ps. 19, 20, 23, 24, 49, 85, 86.
GONÇALVES, Sigismundo Antônio — ps. 139, 140.
GOUVEIA, José Tomás Nabuco de — p. 81.
GRATIUS, Hugo — p. 115.
HÉRCULES — p. 48.
IMBASSAI, Artur — p. 60.
ISABEL, Princesa — p. 22.
JURUMENHA, Antônio Pinheiro Lôbo — ps. 189, 191.
LACOMBE, Américo Jacobina — ps. VII, X.
LASSANCE, Guilherme Carlos — ps. 20, 22.
LAVISSE, Ernest — p. 114.
LEMONS, Virgílio de — ps. IX, 81, 147.
LESSA, Pedro Augusto Carneiro — p. 82.
LÔBO, Aristides da Silveira — ps. 19, 49.
MACHADO, José Gomes Pinheiro — ps. 31, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 91, 92.
MAGALHÃES, Benjamin Constant Botelho de — ps. 19, 21 e 49.
MALLET, João Nepomuceno de Medeiros — ps. 21 e 22.
MALRA, Euclides Vieira — p. 81.

- MARANHÃO, Pedro Velho de Albuquerque — ps. 82, 95, 97.
MARQUES, Manuel Sampaio — p. 81.
MARTINS, Gaspar da Silveira — p. 37.
MELO, Custódio José de — ps. 42, 43, 44.
MELO, Licurgo José de — ps. 43, 44.
MENDONÇA, Salvador de Meneses Drummond Furtado de — p. 19.
MENESES, Jesuíno de — p. 81.
MONTEIRO, Tobias do Rêgo — ps. 22, 46.
MONTEIRO, Vitorino Ribeiro CARNEIRO, p. 81.
MORAIS, Prudente de — V.: BARROS, Prudente José de Moraes
MOURA, Inácio — p. 22.
MÜLLER, Lauro Severiano — p. 81.
MURITIBA, Manuel Vieira Tosta Filho, Barão de — p. 22.
MURTINHO, Joaquim Duarte — p. 81.
MURTINHO, José — p. 81.
NICOLAU II — p. 182.
NOBEL, Alfredo — p. 182.
OLIVEIRA, José Simeão de — ps. 21, 22.
PAULO, Comissário — p. 46.
PEDRO II — Dom — ps. 6, 14, 17, 19, 22.
PEDROSA, Jônatas de Freitas — p. 81.
PEIXOTO, Floriano Vieira — ps. 19, 33, 38, 39, 44.
PENA, Afonso Augusto Moreira — ps. 5, 9, 10, 57, 105, 171, 184.
PENA, Domingos — p. 81.
PENIDO Fº, João Nogueira — p. 81.
PEREIRA, Eustáquio — p. 140.
PEREIRA, Lafayette Rodrigues — p. 56.
PEREIRA, Manuel Vitorino — p. 56.
PINHO, João Ferreira de Araújo — p. 104.
RAMOS, Vitorino de Paula — p. 81.
RIBEIRO, Cândido Barata — ps. 65, 75.
RIBEIRO, Frederico Solon Sampaio — ps. 21, 22, 49.
RIO-BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, barão do — p. X, 51, 52, 53,
54, 56, 167, 184, 185, 198, 199.
ROOT, Elihu — ps. 67, 175.
SÁ, Francisco Sales de Meira e — p. 81.

- SALES, Francisco Antônio de — p. 81.
SALES, Manuel Ferraz de Campos — ps. 31, 201.
SANTOS, Luís Soares dos — ps. 81.
SANTOS, Mourão dos — p. 51.
SEABRA, José Joaquim — X, 27, 29, 30, 33, 42, 43, 51, 52, 53,
54, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 70, 72, 73, 74, 197,
200, 201.
SILVA, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e — p. 32.
SILVA, Francisco Romano Stepple da — p. 80.
SOLON. V.: RIBEIRO, Francisco Solon Sampaio
SOUSA, José Marcelino de — ps. 103, 104, 160.
TAMERLÃO — p. 119.
TAVARES, Rubem — p. 21.
TOLSTOI, conde Leão — p. 182.
TOSTA, Joaquim Inácio — p. 81.
VALADÃO, Manuel Presciliano de Oliveira — p. 81.
VARELA, Alfredo — p. 61.
VELHO, Pedro — V.: MARANHÃO, Pedro Velho de Albuquerque
VENÂNCIO Fº, Francisco — ps. 181, 185.
VIANA, Luís — p. 63.
VITORINE, Manuel — V.: PEREIRA, Manuel Vitorino
WANDENKOLK, Eduardo — p. 19.
ZAMA, Aristides César Espindola — ps. 72, 73.
ZEBALLOS, Estanislau — p. X.

INDICE

	<i>Pág.</i>
ADVERTÊNCIA	VII
NO SENADO FEDERAL	
I — Banimento da Família Imperial do Brasil (14-V-1907)	3
II — Banimento da Família Imperial (14-V-1907)	17
III — Eleição senatorial no Estado de Alagoas (17-V-1907)	27
NO CONGRESSO NACIONAL	
IV — Encerramento da 5ª legislatura do Congresso Nacional — Discursos do Senador Barata Ribeiro (31-XII-1907)	75
ANEXOS	
I — Brinde ao Senador Pinheiro Machado (7-V-1907) ...	91
II — Banquete de Despedida (Missão de Haia) — Brinde do Senador Pedro Velho (20-V-1907) — Resposta de Rui Barbosa	97
III — Recepção na Bahia — Brinde de José Marcelino. Resposta de Rui	103
IV — Manifestação dos Brasileiros em Paris — Discurso de Rui Barbosa em Paris, agradecendo a manifestação da colônia brasileira (31-X-1907)	127
V — Manifestação em Pernambuco	139
VI — Recepção na Bahia — Discurso de Virgílio de Lemos no Palácio do Governador	147
Discurso de Rui Barbosa, agradecendo a manifestação popular	153
Agradecimento de Rui (29-XII-1907)	159
VII — Manifestação Popular no Rio de Janeiro Discurso de Coelho Neto	163
Discurso de Rui Barbosa no Distrito Federal, agrade- cendo a manifestação popular (26-I-1908)	166

	<i>Pág.</i>
VIII — Banquete Oficial	171
IX — Discurso de Rui Barbosa no Palácio do Catete, agradecendo a medalha comemorativa da 2ª Conferência de Haia oferecida pelo Governo (15-XI-1908)	175
X — I — Saudação de Euclides da Cunha a Rui Barbosa, em nome do Barão do Rio Branco (30-XII-1907)	181
II — Resposta de Rui Barbosa à saudação de Euclides da Cunha	183
XI — Proposta de um Prêmio Nacional	187
Discurso do deputado Lóbo Jurumenha	189
Carta de Rui Barbosa (17-V-1908)	191
XII — Resposta a J.J. Seabra — Por uma vez (22-III-1907)	197
Índice onomástico	203

AOS 31 DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE
1962, ACABOU-SE DE IMPRIMIR NAS OFICINAS
GRÁFICAS DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA
NACIONAL, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO,
PARA A CASA DE RUI BARBOSA,
ÊSTE TOMO PRIMEIRO

DO VOLUME XXXIV

DAS

Obras Completas de Rui Barbosa

MANDADAS PUBLICAR PELO GOVÊRNO DA
REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL







